

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
CURSO DE JORNALISMO

ANDERSON FONSECA DOS REIS

**A FONTE DE TODO O MAL: OS MANDOS E DESMANDOS DO GOVERNO BOLSONARO
DURANTE AS QUEIMADAS AMAZÔNICAS DE 2019 E A SUBVERSÃO DA IMAGEM
PÚBLICA CONFORME A FOLHA DE SÃO PAULO**

Porto Alegre
2020

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ANDERSON FONSECA DOS REIS

**A FONTE DE TODO O MAL: OS MANDOS E DESMANDOS DO GOVERNO
BOLSONARO DURANTE AS QUEIMADAS AMAZÔNICAS DE 2019 E A
SUBVERSÃO DA IMAGEM PÚBLICA CONFORME A FOLHA DE SÃO PAULO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ivone Maria Cassol

Porto Alegre

2020

ANDERSON FONSECA DOS REIS

**A FONTE DE TODO O MAL: OS MANDOS E DESMANDOS DO GOVERNO
BOLSONARO DURANTE AS QUEIMADAS AMAZÔNICAS DE 2019 E A
SUBVERSÃO DA IMAGEM PÚBLICA CONFORME A FOLHA DE SÃO PAULO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Ivone Maria Cassol (orientadora)

Prof^a. Dr^a. Beatriz Dornelles (examinadora)

Prof. Me. Luiz Antonio Araujo (examinador)

Porto Alegre

2020

AGRADECIMENTOS

Em um país em que mais de metade da população não concluiu o ensino médio e apenas 21% dos brasileiros, entre 25 e 34 anos, possuem ensino superior, é fator de privilégio poder concluir a etapa de graduação. Estudar em uma das melhores universidades privadas do país só foi possível por meio de incentivo do Prouni, programa criado em 2004, que democratizou e possibilitou o acesso às universidades.

Ao falar sobre privilégios, preciso referenciar aqueles com os quais tive o prazer de dividir essa fase tão importante da minha vida. Às amigas, Aline Possaura, Cassia Marques e Marina Spim e aos amigos Eniédersen Miranda e Arthur Pacheco, meu mais profundo agradecimento pelos momentos vividos, o apoio oferecido e a amizade construída ao longo de tanto tempo.

Nos momentos de dúvidas, incertezas e fraquezas, sempre encontrei força e conforto no ombro e nas palavras de apoio da minha melhor amiga, Emylin Pedroso. Ao amigo, André Menezes, por aturar minhas longas horas de monólogo e interrupções e por aconselhar nos momentos de necessidade. Aqui, estendo meu agradecimento a todos os amigos do grupo Cópula em POA, nascido para acompanhar os jogos da Copa de 2014, integrado por alunos da PUCRS, e que se mantém unido seis anos depois: Betina Biasibetti, Bruna Kohler, Brunno Fredes, Giovana Mayer, Mônica Teles e Rayssa Amorim.

Agradeço também à Alana Guimarães, companheira de jornada por tantos anos e com quem dividi boa parte do período de graduação. Serei eternamente grato por todo auxílio e suporte. Aproveito para agradecer ao Astro e a Krishna, seres que me alegam mesmo nos piores dias e com os quais posso contar com o carinho incondicional. À Gabriela Schmitz, por dividir as angústias da construção deste trabalho e o prazer da conclusão.

Não menos importante, à minha orientadora, Ivone Cassol, pela paciência, ajuda e crença ao longo desses quatro semestres e ao coordenador do curso de Jornalismo, Fábio Chelkanoff, não apenas pelo auxílio enquanto aluno, mas também pelo apoio no momento de maior dificuldade já enfrentado.

Por fim, à minha família, pelo apoio infinito, amor imensurável e paciência inabalável ao longo dessa jornada.

RESUMO

O trabalho aborda as influências e impactos de declarações e ações do governo Bolsonaro ao longo do período de crise das queimadas ocorridas na Floresta Amazônica em 2019. O recorte é feito a partir da cobertura da Folha de São Paulo nos meses de novembro e dezembro de 2019, período em que já era possível analisar os efeitos. A pesquisa se propõe a investigar como a imagem e reputação dos governantes, e também do país, fora afetada a partir das decisões e abordagens escolhidas para lidar com os incêndios criminosos. A partir dos conceitos de jornalismo ambiental de Bueno (2007), Trigueiro (2012) e Girardi (2012) e da abordagem de Weber (2004) e Gomes (2004) são analisadas as notícias da FSP. Também Barros Filho e Peres-Neto (2019), Bueno (2009) e Argenti (2006) embasam as reflexões sobre reputação, além de imagem. O conteúdo analisado se constitui de 16 textos, veiculados pela Folha de São Paulo, estudados a partir da metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011). Dentro dos modelos propostos pelos teóricos, foi possível concluir que Jair Bolsonaro e demais integrantes de seu governo subvertem as expectativas criadas em torno do comportamento de líderes de uma nação e, dessa forma, prejudicam a imagem e reputação construída na área ambiental ao longo de décadas.

PALAVRAS-CHAVE: Imagem; Reputação; Queimadas; Amazônia; Folha de São Paulo; Governo Bolsonaro.

ABSTRACT

The work approaches the influences and impacts of speeches and actions taken by the Bolsonaro government during the period of crisis due to the Amazon Rainforest fires in 2019. The cut is made from the coverage of Folha de São Paulo during the months of november and december of 2019, period in which it was already possible to analyze the effects. The researche aims to clarify if or how the image and reputation of the government officials, and also the coutry, were affected by the decisions and aproches chosen to deal with the criminal fires. Starting from the environmental journalism, Bueno (2007), Trigueiro (2012) e Girardi (2012), conceptualize an define the main points of approach in the area. The authors Weber (2004) e Gomes (2004) are crucial to the analysis of the news under the image bias while Barros Filho e Peres-Neto (2019), Bueno (2009) e Argenti (2006) base for reputation. The content analyzed consists of 16 texts, published by Folha de São Paulo, studied by the Bardin's (2011) content analysis methodology. Within the models proposed by theorists, it was possible to conclude that Jair Bolsonaro and other members of his government subvert the expectations created around the behavior of nation leaders and, thus, they damage the image and reputation built in the environmental area over decades.

Keywords: Image; Reputation; Fires; Amazon; Folha de São Paulo; Government Bolsonaro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeiro texto da análise	57
Figura 2 – Segundo texto da análise	59
Figura 3 – Primeiro editorial da análise.....	60
Figura 4 – Quarto texto da análise.....	62
Figura 5 – Quinto texto da análise	64
Figura 6 – Sexto texto da análise.....	65
Figura 7 – Sétimo texto da análise.....	66
Figura 8 – Oitavo texto da análise	68
Figura 9 – Nono texto da análise	69
Figura 10 – Décimo texto da análise.....	70
Figura 11 – Décimo primeiro texto da análise	71
Figura 12 – Décimo segundo texto da análise.....	72
Figura 13 – Décimo terceiro texto da análise.....	73
Figura 14 – Décimo quarto texto da análise.....	74
Figura 15 – Segundo editorial da análise.....	75
Figura 16 – Último texto da análise	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Definições de Opinião Pública.....	37
Tabela 2 – Notícias de novembro de 2019.....	55
Tabela 3 – Notícias de dezembro de 2019.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 JORNALISMO, PODER E MEIO AMBIENTE	12
2.1 JORNALISMO AMBIENTAL E CONCEITOS DE NOTÍCIA.....	12
2.2 MIDIA E POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO BOLSONARO	17
2.3 FOLHA DE SÃO PAULO, AGENTE FISCALIZADOR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	28
3 OPINIÃO PÚBLICA, IDENTIDADE E IMAGEM E REPUTAÇÃO	35
3.1 OPINIÃO PÚBLICA	35
3.2 IDENTIDADE.....	41
3.3 IMAGEM.....	45
3.4 REPUTAÇÃO	49
4 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DA FOLHA	53
4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA	53
4.1.1 Objeto de pesquisa	54
4.1.2 Categorias	57
4.2 EFEITO DAS QUEIMADAS.....	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	94

1 INTRODUÇÃO

A crise das queimadas na Amazônia em 2019 e a imagem e reputação do governo de Jair Bolsonaro constituem a questão principal do presente estudo. Entender e analisar o impacto na imagem do presidente a partir das notícias publicadas pelo site da Folha de São Paulo são objetivos do trabalho que se debruça sobre textos veiculados em novembro e dezembro de 2019, período posterior ao cenário mais intenso e que possibilita a observação do resultado das ações tomadas nos momentos mais decisivos.

A evolução dos meios de comunicação alterou a forma com que os políticos gerenciam sua vida pública. Antes, a presença física no momento do ato era indispensável para que determinada atitude fosse documentada e, posteriormente, noticiada. Após a consolidação dos meios midiáticos na sociedade em geral, estes passaram a mediar os debates públicos e transformaram o que era localizado em fenômenos nacionais em globais. De acordo com Thompson (2002, p. 63), esse processo, chamado transformação da visibilidade, causou uma “complexa reordenação das características espaciais e temporais da vida social”

A exigência de se manter uma imagem pública positiva, comumente chamada “política de imagem”, criava a necessidade de um trabalho efetivo entre os órgãos públicos e a mídia. Segundo Gomes (1999, p. 242), o conceito é estabelecido como “[...] a prática política naquilo que nela está voltado para a competição pela produção e controle de imagens públicas de personagens e instituições políticas [...]”.

A política de imagem trata com dois fenômenos, ora distintos, ora complementares: a imagem ideal e as expectativas criadas em relação a ela. A imagem ideal está relacionada a um determinado perfil que identifica desejos e critérios de um público e, assim, busca adequar o ator político a esse perfil. Dessa forma, entendia-se o porquê de muitas campanhas políticas seguirem sempre um mesmo padrão, já que determinados temas sociais geram impactos mais positivos para a imagem do que outros.

Hoje, com a disseminação das redes sociais, houve diminuição na dependência da mídia tradicional, pois tanto indivíduos quanto organizações encontram na internet, seja em sites próprios ou em perfis nas redes sociais, um meio mais abrangente e eficaz de atingir seu público (BARROS FILHO e PERES-NETO, 2019). Esses atores

não dependem mais exclusivamente de espaço em rádios, jornais ou emissoras de televisão para que suas ideias e mensagens sejam transmitidas. Da mesma forma, também o receio de falar sobre temas sensíveis não se faz tão presente em algumas alas do meio político por saber que encontrarão nesses canais respaldo e difusão justamente por aqueles que estejam dispostos ou procurando ouvir essas mensagens. O conceito de reputação e imagem pública construído nos moldes tradicionais sofreu adaptações, em função dos discursos muito mais específicos e direcionados à parte do eleitorado que é mantido fiel.

O pesquisador escolheu como objeto de análise a Folha de São Paulo não apenas pela relevância do veículo, mas também por ser o principal alvo de hostilização e ataques do governo ao que chama de “extrema imprensa”, sendo considerada por ele como “toda a fonte do mal” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019a). Além disso, o veículo de comunicação possui o maior número de visualizações de páginas diárias entre os sites de notícias do Brasil, segundo dados da empresa de auditoria Instituto Verificador de Comunicação (IVC Brasil) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

No contexto da crise que motiva o estudo, outras áreas, além da ambiental, também foram afetadas. Declarações do Presidente da República e do Ministro do Meio Ambiente criaram atrito no âmbito político. Países integrantes do G20, criticaram abertamente o posicionamento do governo brasileiro em relação às queimadas, enquanto Alemanha e Noruega bloquearam repasses de verbas destinadas ao Fundo Amazônia, que seriam utilizadas para proteger e recuperar áreas na floresta, em razão da gestão, considerada por eles, ineficaz. Ao mesmo tempo, outros países da União Europeia ameaçaram votar de maneira contrária ao acordo UE-Mercosul.

A partir deste contexto, o estudo pretende examinar e compreender de forma mais profunda os impactos na imagem do governo Bolsonaro, em seu primeiro ano de mandato, utilizando como base as notícias publicadas pelo referido jornal.

Autores como Nelson Traquina (2000, 2004, 2005), Lage (2014), Reginato (2016) e Motta (2002) sustentam as discussões sobre as teorias da comunicação e aspectos intrínsecos ao jornalismo.

Os autores Barros Filho e Peres-Neto (2019), Gomes (1999, 2004), Farias (2019), Lippmann (2008), Argenti (2006), Weber (2004, 2009) e Baldissera (2006, 2008) embasam o entendimento e análise sobre reputação, imagem, identidade e

opinião pública e também expectativas acerca do comportamento de figuras políticas. Para analisar o tema “Jornalismo Ambiental”, que engloba o trabalho a ser desenvolvido, são utilizadas as obras Bueno (2007, 2008, 2009), Ângelo e Carvalho (2008), Trigueiro (2012), Girardi (2012, 2018, 2019) e Baccheta (2000) para definir e demonstrar, além da importância, os critérios de noticiabilidade usuais desta editoria e o espaço usualmente destinado à ela nos veículos jornalísticos.

Para analisar o conteúdo captado ao longo do estudo, são utilizadas as obras de Bardin (2011) e Fonseca Júnior (2008) que versam sobre os procedimentos eficazes para a análise de conteúdo.

Contando com cinco capítulos, o trabalho está estruturado com introdução (capítulo um), onde são expostas as motivações e definições norteadoras deste documento, bem como a segmentação dos assuntos relacionados no decorrer desse.

Em seguida, o capítulo “Jornalismo, Poder e Meio ambiente” irá abordar a construção e o entendimento coletivo da cobertura jornalística sobre o tema e a forma como se relacionam na estrutura brasileira. Os dois subcapítulos seguintes tratam dos principais conceitos e da relação entre a mídia e o poder político, além de relacionar com o formato das coberturas do poder público, geralmente, de confronto, utilizado pela Folha de São Paulo.

O terceiro capítulo do trabalho se dedica aos conceitos de “Opinião Pública, Identidade, Imagem e Reputação”, que ajudam na aplicação posterior dos mesmos na análise das notícias sobre a forma como a presidência da República tratou o problema dos incêndios.

No penúltimo capítulo se realiza a análise das notícias escolhidas do já referido veículo, como também a metodologia de análise, a apresentação das reportagens e o resultado obtido por intermédio dessas. Também contribuem para analisar as expectativas com relação aos representantes de uma nação e a subversão desta por Jair Bolsonaro.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo com os argumentos e análises a respeito da pesquisa e as reflexões motivadas pelos autores consultados.

2 JORNALISMO, PODER E MEIO AMBIENTE

Os conceitos norteadores e a relação entre as diferentes esferas de saberes pautam a construção do capítulo. Para desenvolver o presente estudo, cabe inicialmente compreender, de forma mais específica, o vínculo construído pelas variadas áreas ao tratar das questões ambientais no país, todas elas reunidas e analisadas a partir da perspectiva jornalística.

Eventos relacionados ao meio ambiente motivam abordagens diversas do jornalismo. São pequenas ocorrências do cotidiano como a poda de árvores nas cidades até notícias urgentes e avassaladoras como a grande barragem que se rompe e arrasa uma localidade inteira, matando centenas de pessoas como as ocorridas nos últimos anos no estado de Minas Gerais.

O rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, em 2015, causou grande comoção em todo o país e teve uma cobertura ampla pela mídia em razão da gravidade. Porém, mesmo que problemas semelhantes tenham ocorrido poucos anos depois, como Brumadinho, também no estado mineiro, em 2019, o olhar da mídia é apenas factual, tratando o caso por semanas ou, no máximo, poucos meses, sem dedicar expansão da cobertura e a conscientização sobre o meio ambiente.

A gestão do meio ambiente, por sua vez, implica em políticas públicas que são debatidas, criadas e fiscalizadas pelos poderes constituídos. Com maior ou menor importância e consequências para economia e a sociedade, essas ações ou a ausência delas provocam a atenção dos meios de comunicação. Para atingir os objetivos deste estudo é preciso compreender as relações que se estabelecem, o que é feito amparado nas contribuições de autores como Bueno (2007), Gelós (2008) e Traquina (2000).

2.1 JORNALISMO AMBIENTAL E CONCEITOS DE NOTÍCIA

Ao atribuir destaque, geralmente, à ocorrência de uma catástrofe, seja provocada pelo homem ou pela própria natureza, Baccheta (2000) considera que a imprensa concede um viés sensacionalista ao abordar a questão ambiental. Segundo ele, a mídia "contribui para gerar indiferença na opinião pública, ao não se interessar

por algo que considera fora do seu alcance e sem solução. Desta maneira, se cria uma desilusão e conformismo perante a destruição da Natureza" (BACCHETTA, 2000, p. 2).

Contribuindo para a visão mais específica do processo, Wilson da Costa Bueno (2008) ressalta que o Jornalismo Ambiental exerce três funções de destaque. A primeira, sendo **informativa**, preenche a necessidade da população de se informar quanto às questões do meio ambiente, sendo focada para os possíveis impactos no seu dia a dia. A segunda, sendo **pedagógica**, evidencia causas e soluções relativas aos problemas ambientais, promovendo a construção de pensamento crítico e a participação da população para solucionar os problemas. E o terceiro, sendo **político**, causando o envolvimento dos cidadãos perante os transtornos ambientais e, em especial, na defesa do meio ambiente frente aos crimes ambientais praticados por certas empresas e setores (como indústrias e agronegócio), sem deixar de lado as ações realizadas pelos governantes.

Dessa forma, Bueno (2008) considera que para ter capacidade de desempenhar essas atividades, o Jornalismo Ambiental deve se concentrar em certas particularidades. Um dos pontos essenciais é voltada para o que o autor chama de "saber ambiental" e, conforme ele, "não se confunde ou é privilégio de instâncias especializadas e que, na verdade, é resultado da articulação de múltiplos saberes, com forte e benéfica influência dos saberes, experiências e conhecimento tradicionais" (BUENO, 2008, p. 110).

O Jornalismo Ambiental, ainda de acordo com Bueno (2008), adentra numa reflexão mais profunda, ao sustentar que o tema não é posse exclusiva de quem domina o monopólio da fala, já que deve se interligar com o pluralismo e a diversidade. O assunto tem o dever de fomentar "o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés" (BUENO, 2008, p. 111).

Sendo assim, o Jornalismo Ambiental deve buscar como fonte para suas informações cidadãos com as mais variadas perspectivas, diferentes experiências e compreensões. Além disso, essa mesma preocupação deve ser estendida ao receptor, tendo o cuidado de ser acessível a indivíduos nas mais diversas realidades.

A informação construída a partir desses pontos deve estar unida de forma que colabore para definir um vínculo de bem-estar entre o ser humano e a natureza. Independente de para quem se destina, ao expressar seu entendimento sobre o que é meio ambiente, Bueno aponta que esse é:

O complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas, não se limitando ao meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas incluindo as interações sociais, a cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.) (BUENO, 2009, p.116-117).

A produção das notícias ambientais que aproximam os cidadãos das informações e dão suporte para deliberações também é uma ideia defendida por Ângelo e Carvalho (2008).

Paralelamente à avalanche de notícias que são passadas pela mídia existe um crescente grau de desinformação na nossa sociedade. Isto nos impede de tomar decisões que dizem respeito ao tipo de sociedade que queremos para viver, ou que estamos construindo para nossos filhos (ÂNGELO e CARVALHO, 2008, p. 308).

Em vista dessas afirmações, precisamos procurar entender o nosso ambiente em consonância com os demais saberes e poderes, não como informações distintas, mas, sim, cruciais e complementares. Desta forma, o jornalismo ambiental tem força para ajudar a construir as transformações práticas e necessárias.

Tentando evidenciar as particularidades do Jornalismo Ambiental, vamos adiante na discussão utilizando como referência os estudos de Gelós (2008). Esse autor argumenta que o Jornalismo Ambiental não pode ser entendido como uma especialização do Jornalismo Científico por este possuir uma visão mais coletiva e ampla da realidade. O Jornalismo Científico, segundo o autor, tem seu exercício puramente no conhecimento científico e suas fontes pertencem somente ao mundo acadêmico, sem permitir espaço para outras. Ele afirma, desta forma: "o Jornalismo Ambiental considera um espectro mais amplo de fontes e visões, que incluem desde os saberes tradicionais até o conhecimento gerado pela ciência e pela técnica" (GELÓS, 2008, p. 70-71).

Por sua vez, Girardi destaca que o Jornalismo Ambiental trabalha com as seguintes concepções:

O Jornalismo Ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de

informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena. Para sua concretização é necessário buscar respaldo em olhares mais abrangentes, que possibilitem ver as conexões, superar a fragmentação reiterada. Fundem-se, desta forma, a natureza do Jornalismo especializado com as demandas socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes (GIRARDI et al., 2012, p. 148).

Também encontramos em Gelós uma conceituação que corrobora e complementa as definições e entendimentos acerca do tema:

Se trata de Jornalismo especializado dedicado a informar, divulgar e opinar sobre temas ambientais nos meios de comunicação. É a especialização mais ampla e completa em relação as especializações do Jornalismo que existe nos meios, pois engloba com igual ênfase os aspectos científicos, sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais e éticos. Sua amplitude se manifesta na sua interdependência com esses campos. (GELÓS, 2008, p. 70)

Dessa forma, podemos compreender que o Jornalismo Ambiental precisa ser plural, contextualizado, imbuído no saber ambiental, com cobertura sistêmica e requer a busca por soluções e responsabilidade, tanto com a mudança do pensamento, quanto a incitação à mudança das ações, conforme afirmam Girardi, Loose e Silva (2018).

Do mesmo modo, Bueno (2007, p. 29) sustenta que o Jornalismo Ambiental deve dispor-se de maneira social, cultural e politicamente engajada já que “só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses”.

Neste ponto, Traquina revela que o processo de produção das notícias é realizado de tal forma que “o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, portões, que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista – ou *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não (TRAQUINA, 2005, p. 69).

Esse modelo de produção desafia o jornalista ambiental ao necessitar que a pauta tenha grande esforço investigativo e o comprometimento com ações que possam acarretar mudanças. Neste meio, o repórter também precisa se preparar para enfrentar outros impasses, entre eles, o conflito de interesses (BUENO, 2007).

O jornalista, enquanto produz sua reportagem, necessita estar dedicado e inclinado a efetivar a visão multidisciplinar em todas as etapas do processo pois, de

outro modo, terá sob sua autoria outra reportagem comum, que não leva e não contribui ao debate, explica Bueno (2007).

[...] o problema não está, portanto nas etapas para a produção da reportagem [...], que podem seguir o modelo-padrão, mas na capacitação (que não é meramente técnica), no olhar do repórter, no ânimo para a realização do trabalho (BUENO, 2007, p. 36).

Outro desafio enfrentado pelos profissionais é se sobrepôr aos limites geralmente impostos à editoria dentro dos veículos de comunicação. Bueno (2007, p. 18) afirma que sem a superação desse aspecto “o cidadão (leitor, radiouvinte, telespectador, internauta, etc) muitas vezes tem dificuldade para entender a amplitude e a importância de determinados conceitos, e geralmente vislumbra o meio ambiente como algo que lhe é externo”.

Uma das formas para se alcançar o espaço necessário, sem a ameaça de diminuição ou alteração deste, é tido por Trigueiro (2012) como a pauta qualificada e que demonstre relevância de maneira que o repórter possa desmontar os seus argumentos contrários. O autor apela que o repórter não se esqueça que o Jornalismo Ambiental é capaz de ser intimidador para empresas públicas ou privadas que não possuem compromisso real com a causa ambiental uma vez que “para essas empresas, uma exposição ruim na mídia pode desencadear uma sucessão de desastres que vão de um ligeiro arranhão na imagem à perda de credibilidade” (TRIGUEIRO, 2012, p. 391).

Lage destaca que o jornalista, independentemente da organização que atue deve “empenhar-se pela mais ampla difusão dos fatos de interesses público, pela confiabilidade dos dados, relatos e análises de terceiros que divulga e pelo respeito à pluralidade de interesses que conflitam na sociedade” (LAGE, 2014, p. 21).

Dessa forma, com os expostos anteriores, pode-se concluir que o Jornalismo Ambiental, antes de tudo, é Jornalismo e deve servir, como destaca Lage (2014), num conceito amplo, à associação dos acontecimentos mantendo-se a verdade sobre os fatos além de ser:

Fiel quanto às ideias de outrem que transmite ou interpreta; admitir a pluralidade de versões para o mesmo conjunto de fatos, o que é um breve contra a intolerância; e manter compromissos éticos com relação a prejuízos causados a pessoas, coletividades e instituições por informação errada ou inadequada a circunstâncias sensíveis (LAGE, 2014, p. 21).

2.2 MIDIA E POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO BOLSONARO

O jornalismo possui atribuição inerente à democracia, essencialmente por este sistema político propiciar, de maneira ampla, a liberdade de expressão, item fundamental ao desenvolvimento do trabalho jornalístico. Ao estabelecer e assumir um papel de preservação do regime, também há função na reorganização discursiva do mundo. Traquina (2004) credita ao jornalismo, enquanto participante no jogo democrático, a luta pelas garantias das liberdades essenciais já conquistadas.

Proteger a liberdade de imprensa é uma das maneiras de assegurar que os demais direitos fundamentais dos cidadãos serão respeitados. De acordo com Traquina (2004), a conexão entre jornalismo e democracia é simbiótica já que a fundamentação da área andou em conjunto com o fortalecimento das livres democracias.

Denominado como “quarto poder”, diversos teóricos enxergavam o jornalismo como mecanismo para fiscalização dos três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário). Ao longo do desenvolvimento do campo jornalístico, o compromisso de informar, orientar e esclarecer, passou a ser visto, juntamente com o conceito de quarto poder, também como um serviço de aperfeiçoamento da democracia, capaz de formar e mudar a opinião pública, fiscalizando os governantes em auxílio aos cidadãos (REGINATO, 2016).

Motta (2002) afirma que a imprensa tomou para si um papel cada vez mais fundamental para ajudar a interpretar os fatos e, dessa forma, reforçar o sistema democrático:

A imprensa seria, então, o instrumento fundamental do jogo democrático do poder. Isso vale especialmente porque a complexidade das sociedades contemporâneas não permite cada um observar diretamente todos os fatos concernentes, nem dá a todos a capacidade de interpretá-los coerentemente, profissionalmente. Esse é o papel da imprensa (MOTTA, 2002, p. 16).

Com a conferência de dois papéis, sendo o primeiro de vigiar, protegendo os cidadãos contra os abusos do Estado, e o segundo constituído como serviço público capaz de abastecer os cidadãos com informações que os habilitem a exercerem suas atividades cívicas e democráticas, Traquina (2004) ainda aponta que a imprensa desempenharia ligação indispensável entre opinião pública e as instituições que

governam. A mídia agiria como uma autoridade capaz de expor as necessidades da população ao governo.

[...] A noção de “imprensa livre” ou o jornalismo como “quarto poder”, que definiram um ethos próprio para os jornalistas, nomeadamente o de um comunicador desinteressado que não só serve à opinião pública e constitui uma arma, imprescindível em democracia, contra a tirania insensível ou quaisquer eventuais abusos de poder, mas também que se sente comprometido com a verdade (TRAQUINA, 2000 p. 25).

Outro apontamento primordial das interações entre mídia e política considera os meios de comunicação de massa, neste momento podendo ser compreendido além dos tradicionais (rádio, televisão e jornais), mas também as redes sociais e todo tipo de plataforma que possa unir e expandir ideias de maneira global, como capaz de influenciar politicamente. Gomes (2004) expressa clara mudança no “fazer político”:

Os meios de comunicação alcançam nesse momento, ao mesmo tempo, as pessoas localizadas em pontos mais remotos, situadas nas mais diversas classes e com nível de alfabetização, cultura, capacidade de consumo cultural e competência expressiva os mais diversificados. (GOMES, 2004, p. 49).

A expressão “meios de comunicação” é desvalorizada por Gomes (2004) pois, ele entende que “a comunicação de massa não se disponibiliza, dócil e instrumental, para o uso de instâncias alheias aos seus sistemas internos” (GOMES, 2004, p. 60). Mais do que “meios”, a comunicação de massa é, atualmente, traduzida em ambientes cruciais para a política moderna, sendo a política apenas um dos aspectos da vivência midiática.

Hoje vivemos em sociedades de fluxo contínuo, intenso, acelerado e multidirecional de informação política. Nas democracias liberais, a indústria de entretenimento e o sistema industrial de informação assumiram o negócio da informação política em lugar da imprensa de opinião e da imprensa oficial e a censura prévia se torna uma brutalidade arcaica. (GOMES, 2004, p. 63).

O autor também declara que “vivemos em sociedades com grande cota de tempo livre e capital cultural, onde a comunicação política, copiosa, leiga e variada, chega ao volume da informação contínua e ao padrão de velocidade do segundo”. Para ele, em nossas sociedades a política é “secularizada e tratada no nível do consumível, devassa-se a esfera política como se devassa a vida privada das celebridades e da cultura em ondas cada vez mais crescentes de hiperexposição”. (GOMES, 2004, p. 113).

É necessário que retomemos a convicção de que os jornalistas exercem alguma forma de poder. Este apenas perdura quando há um jogo de interesses, tanto por parte da mídia, quanto por parte dos políticos. No caso dos atores políticos, Gomes (2004) lista diretamente quais são esses interesses:

Querem exposição midiática favorável, ou seja, aparecer nos jornais, nas revistas, no rádio e na televisão do modo que lhes renda o máximo de benefícios junto ao público. Querem também exposição midiática desfavorável aos seus adversários. Querem, além disso, que os meios de comunicação lhes sejam instrumentos para formar uma opinião no público que se converta em voto. (GOMES, 2004, p. 155).

Assim sendo, os políticos possuem o desejo de utilizar a mídia como vitrine para seus atos, buscando estar em exposição permanentemente, sendo importante manter-se de maneira favorável. Porém, esses agentes necessitam adentrar na barreira representada pelos critérios de noticiabilidade e a seleção dos fatos relevantes exercida pelos jornalistas. De acordo com Gomes, a política concede energia para converter a pauta jornalística em algo semelhante à sua própria. “Trata-se, evidentemente, de conquista muito difícil, mas cujo benefício para o agente político é imenso, enquanto costuma assegurar-lhe evidência midiática extensa e constante” (GOMES, 2004, p.158).

O mesmo autor ainda chama atenção para um fato contraditório, mas essencial, na conexão entre jornalismo e política. Em uma perspectiva, ao jornalismo é necessário se fazer presente e próximo do mundo político pois, dessa forma, pode exercer sua função social e dar significado ao seu ofício da informação. No entanto, o mesmo jornalismo é o “principal posto de fronteira que permite ou impede a entrada na cena política midiática”. O ator político precisa estabelecer vantagem conquistando espaço midiático, adquirindo “cidadania na esfera de conhecimentos do eleitorado”, e, por meio da visibilidade, tornando-se a própria marca, sendo visto como verdadeira “entidade midiática” (GOMES, 2004, p.160).

Essa contradição é importante para o trabalho uma vez que é exposta e analisada no próximo capítulo salientando que o tratamento negativo dado a uma figura política, neste caso Jair Bolsonaro, mesmo assim, resulta na conversão desse agente em uma entidade midiática.

Diante deste cenário, faz-se necessária a análise de um dos atores com maior distinção e poder no campo político brasileiro ao que tange o objeto deste estudo: a

“Bancada Ruralista”, uma vez que grande parte do desmatamento, queima e destruição é atribuído ao setor do agronegócio e encontra nestes agentes uma forma de proteção própria e de alteração das leis de modo favorável a si mesmos.

Conforme Vigna (2001), o grupo condensa diversas particularidades, muitas delas, inclusive, conflitantes entre si. Entretanto, essas diferenças em outros campos ideológico-partidários são postas à margem para defesa do interesse geral.

Ela respeita certos regulamentos, tem uma instância burocrática e nas votações, independente do conteúdo, segue majoritariamente a indicação do líder. O grupo ruralista não se submete, necessariamente, a nenhuma regra, senão a da fidelidade aos seus interesses. Vota unificado somente nas proposições que possam afetar o seu nicho de mercado. Nas outras votações, cada deputado é tacitamente liberado para seguir ou não as indicações das lideranças (VIGNA, 2001).

Identificados oficialmente como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), também pejorativamente batizados como Bancada do Boi, defendem políticas públicas de estímulo ao agronegócio em que, de maneira geral, reivindicam a ampliação do financiamento rural, a flexibilização das leis trabalhista no campo, mas, principalmente, agem para alterar legislações ambientais, além de combater a reforma agrária. Vigna (2012) aponta algumas das matérias reintroduzidas e aprovadas em votação no Senado quando da oportunidade de construção do novo Código Florestal Brasileiro, ainda no segundo governo da presidenta Dilma Rousseff.

[...] a liberação de créditos aos desmatadores; a dispensa à proteção de nascentes e várzeas de rios e região com água na caatinga; a desobrigação por parte do pequeno proprietário de recompor as áreas desmatadas; a extinção da punição para quem não regularizar a propriedade desmatada; e, por fim, a delegação para os Estados da competência de definir as áreas que devem ter cobertura vegetal recomposta e quais atividades agropecuárias estarão liberadas para exploração nas Áreas de Preservação Permanente (APP) (VIGNA, 2012).

É necessário esclarecer que os itens, apesar de aprovados em votação, foram vetados posteriormente. A proposta carecia de sanção presidencial, porém, utilizando de sua prerrogativa, o governo vetou 12 dos artigos apresentados argumentando que eram contrários ao interesse público e à Constituição. Além disso, outros 32 artigos foram modificados.

Esse combate aos interesses escusos na esfera ambiental não encontra forças ou partidários suficientes no contexto do governo atual como se pode comprovar diante de uma das maiores vitórias até então já conquistadas pela Bancada Ruralista:

a indicação de um nome para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) alinhado aos seus negócios.

Ricardo Salles, ex-diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira, foi condenado judicialmente por improbidade administrativa enquanto secretário estadual do Meio Ambiente, em São Paulo e chegou ao cargo de Ministro com o apoio de ruralistas, tendo esse grupo conquistado a maioria de representantes na Câmara Federal nas eleições de 2018, totalizando 273 Deputados. A condenação imposta foi resultante de ação civil pública ambiental e de improbidade administrativa, movida pelo Ministério Público paulista.

Desde a posse de Jair Bolsonaro e a nomeação de Salles houve rápida mudança na postura Federal ao tratar de temas ambientais. Se, antes, já existiam críticas ao modelo adotado no Brasil para proteger a Amazônia, agora, há clara interferência favorável ao agronegócio, grilagem de terras e ao desmatamento. Essas condutas são comprovadas tanto nas falas, quanto nas ações de desmonte das instituições públicas destinadas à proteção do meio ambiente e que ocorrem a datar da posse do atual governo, como indicam os eventos narrados a seguir.

As queimadas na floresta amazônica, um dos objetos deste estudo, ocorridas a partir de agosto de 2019, não são fruto do acaso ou podem ser explicadas por fatores meramente naturais, mas, também, por consequência da linha de atuação política do governo, como é possível se observar ao estabelecer uma linha do tempo com as principais decisões sobre as instituições.

A primeira ação, logo no dia 1º de janeiro de 2019, já deixava clara as intenções de afrouxar a legislação, diminuir a fiscalização e sucatear os órgãos ambientais em favor do agronegócio. A Medida Provisória (MP) 870/19, transferia o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), antes integrante do Ministério do Meio Ambiente, para a responsabilidade do Ministério da Agricultura, liderado pela ministra Tereza Cristina, ex-presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, a já citada bancada ruralista. O SFB tem a incumbência, pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), de se dedicar ao monitoramento das propriedades rurais no país. Ele coleta informações como a existência de nascentes e a área de vegetação preservada em cada um desses espaços.

Em governos passados as ações e programas desenvolvidos pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) enfocaram as áreas de concessões e do desenvolvimento florestais, o sistema de informações florestais, o cadastro de florestas públicas e o inventário florestal. No governo Bolsonaro, a direção do SFB foi entregue a um ex-deputado que é autor de projeto de lei (2016) que libera a caça de animais silvestres mesmo em unidades de conservação (MELLO-THÉRY, 2019, p. 5).

Na mesma MP efetuou-se a passagem das atividades da Fundação Nacional do Índio (Funai), responsável pela identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas, que executava essas funções há mais de 30 anos, também para a pasta da Agricultura. Mello-Théry questiona:

Congelou-se o reconhecimento de novas terras indígenas, a regularização de terras quilombolas e a criação de novas unidades de conservação. O zoneamento ecológico-econômico, instrumento de gestão ambiental e territorial, que era atribuição do MMA, desapareceu do art. 49 da lei 13.502/2017 (de reestruturação no Michel Temer), revogado pela MP. O MMA assume a coordenação nacional, mas que instituição governamental o executa e fiscaliza? (MELLO-THÉRY, 2019, p. 4).

Em outra de suas ações, complementando a Medida Provisória, o decreto 9.672 extinguiu a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas, que abrigava os departamentos de Políticas em Mudança do Clima e o Departamento de Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima. Além do Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento. O jornal Estadão deu destaque ao tema analisando a diminuição de citações ao meio ambiente.

A questão climática aparece citada somente em três ocasiões, contra 40 no decreto anterior que definia a estrutura do MMA, de janeiro de 2017. Tampouco aparecem menções ao Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), corpo científico internacional que elabora relatórios sobre o que melhor que sabe sobre as mudanças do clima (GIRARDI, 2019).

Ainda em sua primeira semana no cargo de Ministro do Meio Ambiente, Salles foi responsável pela exoneração da presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Suely Araújo, após questionar e insinuar a existência de problemas em contratos de locação de veículos utilizados pelo órgão. Araújo, em nota publicada pelo portal G1, declarou que não havia o conhecimento necessário por parte de Salles para esse questionamento público.

A acusação sem fundamento evidencia completo desconhecimento da magnitude do Ibama e das suas funções. O valor estimado inicialmente para esse contrato era bastante superior ao obtido no fim do processo licitatório, que observou com rigor todas as exigências legais e foi aprovado pelo TCU (MAZUI, 2019).

Em fevereiro, durante entrevista para o programa Roda Viva, da TV Cultura, Ricardo Salles admitiu nunca ter visitado a Amazônia e muito menos saber quem foi Chico Mendes. De acordo com matéria publicada no site da revista Época, o Ministro “ouvira de gente ‘do agro’ que o maior herói ambiental amazônico era um aproveitador que ‘usava os seringueiros’” (SALLES, 2019 apud ANGELO, 2019). Percebendo que criou outra polêmica pela resposta, ele foi ainda mais fundo ao ser questionado afirmando que “o fato é que é irrelevante. Que diferença faz quem é Chico Mendes neste momento?” (SALLES, 2019 apud ANGELO, 2019).

Ao fim do mesmo mês, o MMA formulou uma minuta de decreto para a criação de um núcleo com poderes para anular multas aplicadas pelo Ibama. De acordo com o documento divulgado pela Folha de São Paulo, o “núcleo de conciliação” teria “poderes para analisar, mudar o valor e até anular cada multa aplicada pelo Ibama por crimes ambientais no território nacional —esvaziando, na prática, o papel do fiscal” (VALENTE e MORAES, 2019). Em abril, Bolsonaro assinou o decreto que oficializou a criação do núcleo.

Em março, após pressões contínuas dos ruralistas para diminuir a representação de ONGs na composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), houve corte de 77% no número de conselheiros, passando de 96 para 23 integrantes. As entidades civis que participavam do Conselho diminuíram de 22 para 4 e passaram a ser escolhidas por meio de sorteio. Além disso o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Agência Nacional de Águas (ANA) foram excluídos de participar do Conama. Implantado em 1984, o Conama era um importante ator na elaboração e implementação da política ambiental brasileira, ajudando a estabelecer normas para licenciamento ambiental e controle da poluição (WATANABE, 2019a).

Em entrevista à Folha de São Paulo, a coordenadora regional da Tropical Forest Alliance (TFA) para América Latina, Fabiola Zerbini, destacou que “a importância histórica do Conama na construção de políticas públicas ambientais é incomparável, é única” e que “grande parte do reconhecimento internacional do Brasil quanto à sua legislação ambiental de qualidade tem a ver com o Conama” (WATANABE, 2019a).

Também em março, já era possível constatar a maior queda nos últimos dez anos das multas aplicadas pelo Ibama. A redução foi de 27,9% em relação aos dois primeiros meses de 2018. O jornal O Globo explica que “a comparação do primeiro bimestre deste ano é feita com o primeiro bimestre do ano passado porque, historicamente, janeiro é um dos meses com menos autos de infração, em razão do excesso de chuvas na região amazônica” (DANTAS, 2019). Ainda de acordo com o levantamento do jornal, o governo de Jair Bolsonaro também registrou a maior queda no número de autuações ambientais se comparado aos períodos de transições de governos.

Em todas as transições, houve uma redução no número de autuações ambientais no primeiro mês dos novos presidentes. De FH para Lula, a queda foi de 29,4%, percentual semelhante ao registrado oito anos depois, quando Dilma Rousseff tomou posse. De Dilma para Michel Temer, a redução foi de 7,5%. Entre Temer e Bolsonaro, as atuações caíram 60% (DANTAS, 2019).

Diversos jornais denunciaram igualmente em março que o MMA impôs uma “lei da mordaza” tanto ao Ibama, quanto ao ICMBio, encaminhando orientação para que os órgãos não fornecessem qualquer informação ou atendessem a pedidos da imprensa e que todas as solicitações deveriam ser encaminhadas diretamente ao Ministério. Como noticiou o Estadão, ao solicitar informações, recebeu a seguinte resposta do Ibama: “Por orientação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), demandas de imprensa relacionadas à atuação do Ibama devem ser direcionadas à Assessoria de Comunicação do MMA” (BORGES, 2019).

Em abril, policiais militares de São Paulo foram alçados aos cargos de presidente e diretores do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) ocupando quatro das cinco cadeiras diretivas. O até então presidente, Adalberto Eberhard, pediu sua exoneração após o ministro Ricardo Salles ameaçar servidores do órgão de processo administrativo em uma reunião com ruralistas na cidade de Tavares (RS). O ministro alegou tomar tal ação por não terem comparecido à reunião, porém nenhum servidor do Instituto foi chamado a participar do encontro (MAISONNAVE e SPERB, 2019).

Salles também determinou no mesmo mês o corte de 24% do orçamento anual que estava previsto ao Ibama. Com a redução, o Instituto teve seu orçamento encolhido de R\$ 368,3 milhões, conforme constava na Lei Orçamentária (LOA), para R\$ 279,4 milhões. Porém, isso criou outro impasse já que só as despesas fixas do

órgão estavam estimadas em R\$ 285 milhões para aquele ano, informações destacadas pelo jornal Estado de Minas (2019).

Durante esse processo, em maio, oito ex-ministros, representando cerca de 30 anos de gestão frente ao Ministério do Meio Ambiente, das mais variadas visões políticas, uniram-se para divulgar um comunicado com críticas à gestão que vinha sendo feita até aquele momento por Bolsonaro e seus ministros. Para eles, o governo estava agindo de forma a retirar diversas atribuições da pasta e conduzindo à fragilização dos sistemas de proteção ambiental.

A governança socioambiental no Brasil está sendo desmontada, em afronta à Constituição. Estamos assistindo a uma série de ações, sem precedentes, que esvaziam a sua capacidade de formulação e implementação de políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente: entre elas, a perda da Agência Nacional de Águas, a transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, a extinção da secretaria de mudanças climáticas e, agora, a ameaça de descrição de áreas protegidas, apequenamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente e de extinção do Instituto Chico Mendes. Nas últimas três décadas, a sociedade brasileira foi capaz, através de sucessivos governos, de desenhar um conjunto de leis e instituições aptas a enfrentar os desafios da agenda ambiental brasileira nos vários níveis da Federação (COMUNICADO, 2019 apud RIBEIRO, 2019).

A ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva cunhou o termo “apagão ambiental” em um texto encaminhado para os principais portais de notícias para alertar que estavam sob ameaça “os marcos regulatórios, processos e estruturas que deram suporte às políticas de proteção de nossos ativos ambientais dos últimos trinta anos, levadas a cabo em diferentes governos de diferentes partidos”. Ela denuncia que:

O desmonte irresponsável é acelerado: a saída do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente para o da Agricultura, a entrega da Agência Nacional de Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional, a extinção da Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas, o desmantelamento da Educação Ambiental e, agora, a decisão de rever 334 áreas de proteção ambiental administradas pelo ICMBio. O que está em curso é uma tentativa de acabar com os fundamentos legais sustentados pelo artigo 225 da Constituição Federal. Por ele, cabe ao Estado usar instrumentos de incentivos positivos e coercitivos para moldar os valores e comportamentos da sociedade em relação aos recursos naturais, de modo a que nosso estilo de vida e nossos modelos produtivos respeitassem os limites, a capacidade de suporte e regeneração dos ambientes naturais e a necessidade de preservar os biomas em que se sustentam as nossas vidas (SILVA, 2019 apud LEITÃO, 2019)

Outra das decisões tomadas em maio foi o bloqueio de 95% da verba destinada para implementar políticas sobre mudanças climáticas no Brasil. De acordo com jornal O Globo, o esvaziamento da iniciativa “coincide com a ideia inicial do presidente Jair

Bolsonaro de retirar o país do Acordo de Paris, que estabelece metas para limitar o aquecimento global” (MARIZ, 2019).

“Eu falei para ele: ‘Mete a foice em todo mundo no Ibama” (BOLSONARO, 2019 apud GORTÁZAR, 2019). Com essa frase o presidente Jair Bolsonaro, durante evento, em junho de 2019, na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), declarou para empresários que já havia reforçado sua mensagem ao Ministro Ricardo Salles, conforme aponta matéria no portal El País. Poucos dias após, policiais militares foram solicitados para administrar unidades de conservação sob responsabilidade do ICMBio dando continuidade ao processo de militarização das autarquias ambientais. Enquanto isso, na Amazônia, o desmatamento do mês de junho foi aproximadamente 88% maior quando comparado ao mesmo período de 2018, segundo dados do Deter, sistema de alertas de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em carta aberta, direcionada ao novo presidente do Ibama, Eduardo Fortunato, 18 agentes ambientais do Instituto denunciaram o desmonte que a autarquia vinha sofrendo até ali, em julho de 2019. Para eles, o fechamento de unidades, a falta de estrutura, a ausência de novos concursos, os sucessivos cortes orçamentários, a destruição de leis ambientais, e a redução do quadro de pessoal eram fatores que, além de dificultar, poderia impossibilitar o desenvolvimento do trabalho do órgão.

Não há como dissociar todos estes fatores ao aumento expressivo dos índices de desmatamento e queimadas, conforme dados já amplamente divulgados pelo INPE e pela NASA, com risco de destruição da floresta retornar aos patamares de 2003. O discurso propagado e as medidas concretas adotadas contra a atuação do IBAMA e ICMBio apontam para o colapso da gestão ambiental federal e estimulam o cometimento de crimes ambientais dentro e fora da Amazônia. (TOCANTINS, 2019)

Cada uma dessas intervenções expostas constituem uma base introdutória para se entender os acontecimentos que se registraram no setor ambiental desde a posse de Jair Bolsonaro. São indicadores da política ambiental que teve seu primeiro agravamento com o início das queimadas na região amazônica em agosto de 2019.

O resultado das ações também recebeu destaque na imprensa internacional. A atribuição de denúncia e fiscalização do poder público, como já manifesta, não se limita ao país de origem dos acontecimentos. As manchetes de alguns dos principais

veículos de comunicação do planeta expuseram a preocupação com o meio ambiente na região amazônica.

O *The Guardian*, jornal britânico fundado há 199 anos, destacou em uma das suas primeiras notícias sobre as queimadas que “Jair Bolsonaro afirma que ONGs estão por trás do aumento de incêndios florestais na Amazônia - mas não apresenta evidências” (WATTS, 2019, tradução nossa).

O *The New York Times*, principal expoente da mídia estadunidense, apontou as devastações provocadas por fazendeiros na região norte do Brasil afirmando que a invasão de terras e o desmatamento de grandes áreas de floresta tropical são fatores de agravamento. Andreoni e Hauser (2019) escreveram que o “desmatamento na Amazônia aumentou rapidamente desde que Bolsonaro, eleito em outubro, assumiu seu cargo como presidente da República” (tradução nossa).

O jornal francês *Le Monde* teve como manchete que “Incêndios na Amazônia: uma praga sazonal ‘amplificada pelas posições de Jair Bolsonaro’” (LE MONDE, 2019, tradução nossa). Na notícia, o jornal destaca entrevista com a ambientalista e economista ambiental Catherine Aubertin que declara que uma seca mais intensa, em 2019, aumentou drasticamente os incêndios, mas que:

essa explicação "sazonal" é ampliada pelas posições do novo presidente brasileiro. Jair Bolsonaro imediatamente declarou que a Amazônia era um território improdutivo, formado por terras indígenas e unidades de conservação, que precisavam ser integradas à economia brasileira. Para isso, ele implantou todo um sistema de instituições ambientais enfraquecidas, que ele acusou de serem "máquinas para distribuir multas" (AUBERTIN, 2019 apud LE MONDE, 2019, tradução nossa).

O diário espanhol *El País* publicou a manchete “Amazônia brasileira queima em ritmo recorde” e destacou, utilizando dados do INPE, o aumento de 84% no número de focos de incêndio na comparação com o mesmo período de 2018. Oliveira (2019) destacou ainda que “os dez municípios da Amazônia que mais queimaram também são os mais desmatados. Juntas, essas localidades somam 37% dos incêndios até agora” (tradução nossa).

Por fim, o jornal *Clarín*, da Argentina, tentou explicar as causas dos diversos focos de incêndio em entrevista com o pesquisador Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), organização de pesquisa na região amazônica. “O aumento alarmante dos incêndios na Amazônia brasileira se deve em

grande parte ao avanço do desmatamento e não à estação seca, como mantém o governo de Jair Bolsonaro" (MOUTINHO, 2019 apud CLARÍN, 2019, tradução nossa).

Esses foram apenas os primeiros reflexos do que se tornaria a maior crise ambiental até aquele momento no governo Bolsonaro. Ademais, o resgate e análise com o aprofundamento no período compreendido entre agosto e novembro de 2019 são realizados mais adiante neste estudo.

2.3 FOLHA DE SÃO PAULO, AGENTE FISCALIZADOR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A importância global destinada ao estudo e divulgação da relação do homem com o meio ambiente causou também mudanças na postura dos veículos de comunicação no Brasil diante das questões ambientais, conforme Costa, Miranda e Silva (2014). Para elas, “a mídia vem assumindo, neste contexto, o papel institucional que lhe compete de informar e repercutir junto à opinião pública” (COSTA, MIRANDA e SILVA, 2014, p. 1-2).

Sendo o mais antigo jornal on-line do país, tendo ofertado acesso às notícias de forma digital a partir de 1995, a Folha de São Paulo publica atualmente cerca 160 notícias por dia, impactando mais de 22 milhões de visitantes únicos por mês (FOLHA DE SÃO PAULO, [2019b]). Em março de 2019, o veículo realizou a atualização dos seus princípios editoriais que devem acompanhar o trabalho jornalístico esclarecendo que “a difusão de informações confiáveis e opiniões qualificadas estimula o exercício da cidadania e contribui para o desenvolvimento das ideias e da sociedade, a Folha declara compromisso com” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019c):

1. Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la
2. Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas
3. Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público
4. Promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes
5. Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores

6. Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade Compatível, pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa
7. Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório
8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão
9. Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário
10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo
11. Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei
12. Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção

A partir do retorno das eleições diretas no Brasil, em 1989, a Folha de São Paulo passa a gozar de maior relevância nacional mantendo uma cobertura abertamente apartidária e crítica. Com a eleição de Fernando Collor para a presidência da República, diversas medidas controversas foram tomadas, entre elas, o plano para conter os índices inflacionários onde constava o congelamento dos preços de produtos e o confisco da poupança dos cidadãos. De acordo com Conti (1999), a Folha respondeu de maneira tímida, sem uma contraposição aberta nesse primeiro momento.

Porém, o autor pontua que a postura do jornal foi revista rapidamente quando, passada uma semana da posse de Collor, em março de 1990, a sede foi invadida pela Polícia em conjunto com a Receita Federal sob o pretexto de se investigar a emissão de notas fiscais ainda utilizando o cruzado novo, moeda que acabara de ser substituída pelo cruzeiro. A irregularidade não estaria ocorrendo, pois, seguindo orientação da Associação Nacional de Jornais, a Folha realizava as cobranças e emissões já na nova moeda.

Como em nenhum momento da busca os policiais se deslocaram até a contabilidade da empresa e a Folha foi o único jornal a enfrentar esse tipo de ação, o jornal encarou a invasão como clara tentativa de intimidação (CONTI, [2001]). Na

manhã posterior, o jornal foi impresso com um editorial intitulado “A escalada fascista”, onde afirmava que eclodia na sociedade brasileira “esbirros de uma ditadura ainda sem nome” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1990). O editorial também chamava a invasão de “terrorismo de Estado só comparável ao dos períodos mais infames e vergonhosos da história brasileira”, além de comparar o então presidente com ditadores como o fascista Benito Mussolini. Esse foi um ponto de ruptura do antigo modelo editorial onde, a partir de então, a publicação passou a confrontar cada vez mais, não somente Collor, mas também os demais ocupantes do mais alto cargo do Executivo.

Quatro meses após o episódio da invasão, em julho de 1990, o jornal denunciou em reportagem a contratação ilegal de duas agências de publicidade sem licitação pública. Mesmo com os dados constando no Diário Oficial da União, Collor decidiu processar o jornal, se tornando o primeiro presidente em exercício a processar um órgão de imprensa, como relata Conti ([2001]).

A Folha de São Paulo respondeu ao processo por meio de editorial, em 25 de abril de 1991, intitulado “Carta aberta ao sr. Presidente da República”, atribuindo tentativa de amordaçar o jornal. Otávio Frias Filho, diretor de Redação na época enfatizou que Collor “voltou todo o aparelho do Estado contra este jornal em que parece identificar um perigoso paradigma de independência a ser punida, de altivez a ser exemplada, de vigilância a ser reprimida” (FRIAS FILHO, 1991). Os escândalos acerca de Collor não terminaram até sua renúncia e impeachment posterior.

Outro fato importante no embate entre Folha e Collor deu-se quando, pretendendo exibir o apoio popular que julgava ter, o presidente conclamou que a população saísse às ruas em protesto utilizando roupas verde e amarelas. “No próximo domingo, que [todos] saiam de casa com alguma peça de roupa numa das cores da nossa bandeira e exponham na janela toalhas, panos nas cores da nossa bandeira” (COLLOR, 1992 apud HADDAD, 2020). O jornal sugeriu que os descontentes fossem de preto, o que ocorreu em maioria.

Generaliza-se a idéia de usar a cor negra com expressão do descontentamento, do protesto, da rebeldia contra um governo desmoralizado, perdido na megalomania e na inconsciência... trata-se de enunciar o sentimento que predomina neste instante: o luto (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992 apud SANTOS, 1992).

Fernando Henrique Cardoso (FHC), impulsionado pelo seu destaque na criação e implantação do Plano Real em 1994, venceu as eleições presidenciais tomando

posse em janeiro de 1995. Uma sequência de reportagens da Folha, tendo como base sua sucursal em Brasília, marcou o primeiro mandato de FHC. As matérias comprovavam que deputados venderam seus votos a fim de aprovar uma emenda constitucional que permitiria a reeleição presidencial.

Em maio de 1997, o jornalista Fernando Santos mostrou o envolvimento de deputados do Partido da Frente Liberal (PFL) em um esquema ilegal. Ronivon Santiago e João Maia, do PFL, receberam R\$ 200 mil para votarem em prol dos interesses do governo (CORTECERTU, 2017). Ambos os deputados acabaram expulsos do partido. Na época, os governadores do Amazonas, Amazonino Mendes e do Acre, Orleir Carmeli, seriam os intermediários do conluio (CORTECERTU, 2017). Apesar do clima contrário, FHC conseguiu se reeleger.

Em seu segundo mandato, que faria a ponte para o novo milênio, FHC enfrentava outra crise financeira em caráter global. Como saída, o governo fazia uma série de privatizações. A Folha condenava esse modelo com consecutivos artigos de um dos pioneiros do Jornalismo Econômico no país, Aloysio Biondi. Conforme o próprio jornalista relata, as vendas deram prejuízos na casa dos bilhões de dólares, em valores de 1998 (BIONDI, 1999). Em matéria na qual esclarecia os motivos do Tribunal de Contas da União (TCU) ter suspenso um leilão, ele afirma que:

A decisão do TCU coloca a sociedade brasileira, e o Congresso, em particular, diante de uma realidade da qual não se pode mais fugir: todas as privatizações feitas até agora tiveram sempre pontos obscuros, capazes de impedir que o Tesouro tivesse o melhor pagamento pelo patrimônio coletivo (da classe média, povão etc.) (BIONDI, 1999).

Foi dentro deste contexto que Luiz Inácio Lula da Silva começou a aparecer à frente das pesquisas de intenção de voto para presidência em 2002.

Durante seus oito anos de mandato, Lula enfrentou diversos escândalos de corrupção dentro do governo, muitos com grande repercussão e impacto direto sobre a opinião pública. Ainda em seu primeiro quadriênio, em 2005, a Folha participou diretamente da maior crise do governo Lula, o Mensalão. Em entrevista exclusiva para a publicação, Roberto Jefferson, então deputado e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), revelou um esquema de pagamentos em que parlamentares recebiam R\$ 30.000 para dar parecer favorável aos projetos enviados pelo Executivo.

Um pouco antes de o Martinez morrer, ele me procurou e disse: "Roberto, o Delúbio [Soares, tesoureiro do PT] está fazendo um esquema de mesada, um

"mensalão", para os parlamentares da base. O PP, o PL, e quer que o PTB também receba. R\$ 30 mil para cada deputado. O que você me diz disso?". (JERFFERSON, 2005 apud LO PRETE, 2005)

Roberto Jefferson resolveu contar tudo que sabia após não receber apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) quando, em maio do mesmo ano, a revista *Veja* publicou transcrições de vídeo em que ele é citado como peça-chave em um esquema de desvio de dinheiro público nos Correios. Em editorial retrospectivo após o fim do segundo governo Lula, a *Folha* destacou que "o marco divisório dos oito anos da era Lula é outro: antes e depois do mensalão" (LO PRETE e ZAMBELI, 2010).

As revelações publicadas pela *Folha* resultaram num escândalo que derrubou o principal ministro do governo, José Dirceu, quebrou a cúpula petista e foi responsável pela criação de diversas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) no Congresso Nacional (LO PRETE e ZAMBELI, 2010). Apesar das crises políticas enfrentadas nos oito anos de gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores conseguiu permanecer no Palácio do Planalto, elegendo Dilma Rousseff como presidente da República.

Em 2011, no primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff, a *Folha* foi responsável por gerar a primeira crise política. Em maio daquele ano, o jornal publicou na capa a manchete "Palocci multiplicou por 20 patrimônio em quatro anos". De acordo com a reportagem, em 2006, a declaração de Antônio Palocci para a Receita Federal foi de R\$ 375 mil. Em 2010, quando era sondado para ministro-chefe da Casa Civil, Palocci declarou possuir dois imóveis em São Paulo avaliados em mais de R\$ 7 milhões. Ao comparar e confrontar esses valores, não foi possível estabelecer motivos claros para esse aumento (MATAIS e CREDENDIO, 2011). A repercussão se tornou muito grande impedindo que Palocci continuasse no cargo. Em junho, apenas seis meses depois de assumir a função, acabou sendo demitido do governo.

Outro fator importante foi o apoio midiático à Operação Lava Jato, com início também no primeiro mandato de Dilma. A *Folha* dedicou diversos editoriais e capas de apoio às investigações que se vendia, conforme informações no site do Ministério Público Federal (MPF), como "a maior iniciativa de combate a corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil" (MPF, [2014])

Segundo levantamento de Alves e Geraldine (2017), dos 31 editoriais analisados, entre 2014 e o final de 2015, sobre a operação Lava Jato, pode-se concluir

que o jornal tentava transparecer a ideia de que as instituições brasileiras estavam em pleno andamento mesmo sendo notável que:

Políticos são retratados como agentes com interesses pessoais e inclinados à fraude. Este retrato tem em contrapartida a defesa dos indivíduos e instituições de controle que são vistas como benfeitoras e republicanas. Essa combinação remete ao enraizamento do autoritarismo no Brasil: o conteúdo normativo dos editoriais vê a solução fora da política, ou seja, pertencente à esfera policial, que teria verdadeiros propósitos e não estaria ligada a aspirações individuais. (ALVES e GERALDINE, 2017, p. 225, tradução nossa).

Em 2019, o jornal fez uma autocrítica quanto o apoio dado à Lava Jato. Segundo a ombudsman, Flavia Lima, em reunião com os ex-ocupantes desse cargo, Sérgio Dávila, diretor de Redação, avaliou que “se eu tivesse que visitar o caso e fazer a cobertura de novo, sei que isso não é possível, talvez repensasse o espaço que demos, manchetes atrás de manchetes...” (DÁVILA, 2019 apud LIMA, 2019). Essa revisão do apoio foi feita após o vazamento de informações e denúncias de irregularidade em vários processos da Operação.

No último momento marcante do governo Dilma, o processo de impeachment, a Folha foi abertamente favorável e dura nas críticas. Em editorial intitulado “Nem Dilma nem Temer”, o jornal começa afirmando que “A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). O periódico continua enfatizando que

Enquanto Dilma Rousseff permanecer no cargo, a nação seguirá crispada, paralisada. É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país. Esta **Folha** continuará empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir entre os que preferem a renúncia à deposição constitucional. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Por fim, Michel Temer também foi confrontado pelo jornal durante os cerca de dois anos que ocupou o cargo de Presidente, principalmente pela constante instabilidade desse período e a crise política já instaurada, conforme relatam Campos e Coimbra, 2018. Para elas, “constata-se também o destaque dado a falas polêmicas e a necessidade de mostrar os bastidores por trás da crise política no governo peemedebista, reforçando a ideia da espetacularização midiática” (CAMPOS e COIMBRA, 2018, p. 102).

Com o registro de alguns dos principais momentos dos governos eleitos no período democrático pós-ditadura transparece que, de forma histórica, a Folha de São

Paulo desfruta de relevante destaque no cenário político nacional, sendo um dos principais atores na crítica, denúncia e fiscalização do Poder Público. Características essas já demonstradas nesse trabalho como pontos-chave para o desempenho do Jornalismo.

Não na mesma medida em que vigia as ações políticas, o jornal também acompanha os assuntos relacionados ao meio ambiente, especialmente no que se refere às medidas governamentais. O interesse pela área existe, embora sem receber relevante destaque no noticiário.

Em dezembro de 2018, a Folha criou um espaço exclusivo em seu site para “mostrar os impactos da crise climática na vida cotidiana”, conforme destaca em matéria produzida para informar sobre a novidade. A jornalista Ana Carolina Amaral é responsável pela atualização e manutenção das notícias no espaço que “buscará abordar as relações entre a área ambiental, saúde e economia, além dos impactos diretos da crise climática mundial na vida cotidiana”.

O blog vem para responder desafios da cobertura de ambiente. Um deles é de dar acompanhamento para os fatos que envolvem as questões ambientais. É um grande desafio, porque os fenômenos ambientais acontecem em um tempo diferente do tempo da notícia (AMARAL, 2018 apud FOLHA, 2018).

A cobertura do jornal sobre os assuntos de meio ambiente ganhou mais intensidade no segundo semestre de 2019, devido ao aumento na frequência das denúncias de ocorrência de incêndios na floresta Amazônica. Junto com o crescimento das chamadas na floresta também subia a cobrança da sociedade por ações do governo Bolsonaro para conter a destruição. Estes fatos, o noticiário e a opinião da Folha sobre o assunto serão analisados no quarto capítulo. Antes disso, é preciso rever como se dá a construção da opinião pública e como se formam a identidade, imagem e reputação de um personagem ou de uma instituição em momentos de embates públicos.

3 OPINIÃO PÚBLICA, IDENTIDADE E IMAGEM E REPUTAÇÃO

Neste capítulo iremos abordar a forma como se dá a construção e a consolidação de cada um desses aspectos, cruciais à continuidade deste trabalho. Receptor e emissor podem ser identificados como duas peças-chave dentro deste contexto uma vez que a interação de ambos indivíduos é o que cria, gera, mantém e transforma todas as concepções.

Autores como Novelli (2007), Lippmann (2008), Tarde (2005) e Farias (2019) dão base para a identificação e interpretação dos fatores associados à opinião pública. Hall (2006), Bauman (1998, 2001) e Kellner (2001) contribuem na reconstrução dos conceitos relacionados à identidade. Enquanto isso, Gomes (1999, 2004), Weber (2004, 2009) e Baldissera (2006; 2008) debatem acerca da imagem. As reflexões envolvendo a reputação, por sua vez, são sustentadas por Barros Filho e Peres-Neto (2019), Bueno (2009), Argenti (2006) e Thompson (2002).

3.1 OPINIÃO PÚBLICA

O atual conceito de opinião pública, cunhado pelo filósofo Jean Jacques Rousseau no século XVIII, passou a ser conhecido e estudado de forma mais ampla a partir da Revolução Industrial, no século XIX, com o crescimento da filosofia democrática (ANDRADE, 1962).

A expressão pode ser entendida como o posicionamento, desejo e manifestação partindo de um grupo que esteja inserido socialmente. Apesar de definições anteriores, foi apenas com a participação da população nas discussões de caráter político, em consequência das revoluções pulsantes naquele momento, que a opinião pública validou sua importância. Novelli (2007) expõe que essas revoluções conceberam que:

[...] a opinião pública se tornasse uma instância de vital importância para o funcionamento das democracias modernas. Coube à opinião pública, desde então, o papel de intermediar a relação entre o Estado e a sociedade e atuar como fonte de legitimação política (NOVELLI, 2007, p. 72).

Apresentado de diversas formas, o conceito de opinião pública não existe em consenso. O tema, no entanto, suscita determinado grau de concordância quanto à

necessidade de ocorrer atrelada à manifestação coletiva abarcando consigo os valores, crenças, hábitos e costumes de grupos sociais (LIPPMANN, 2008).

Ao questionar sobre a construção da opinião, Lippmann (2008) afirma que a sociedade de massa não possui acesso à realidade total dos acontecimentos. O fato de opiniões serem imagens da mente, construídas por meio do que é produzido e veiculado por organizações, não diminui a opinião formada por essas sociedades. Para ele, outros fatores são ainda mais importantes e merecem mais destaque ao longo desse processo como o próprio interesse pessoal sobre determinado assunto; os estereótipos; a forma e os limitantes comunicacionais (podendo ser técnico ou mesmo de compreensão); a atenção dispensada pela mídia; e até mesmo a censura, já que as informações que poderiam moldar a opinião podem estar escondidas. Diante disso, reflete que:

Aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas (LIPPMANN, 2008, p. 40).

Tratando sobre o papel das organizações no processo, é necessário abordar a responsabilidade destinada aos veículos de comunicação, em especial os jornalísticos, uma vez que o alcance de suas mensagens se torna um fator relevante na construção da opinião pública. O desenvolvimento da imprensa tornou possível a compreensão da “opinião pública, entendida como força racional capaz de exercer pressão sobre os indivíduos” (NOVELLI, 2007, p. 76).

Ao debater sobre o tema, Tarde (2005) corrobora considerando que, apenas ligado a uma imprensa em desenvolvimento, o público fez-se existente quando a:

[...] Revolução data o verdadeiro advento do jornalismo e, por conseguinte, do público, de que ela foi a febre de crescimento...Contudo, o que caracteriza 1789, o que o passado jamais havia visto, é esse popular de jornais, avidamente devorados, que eclodem na época (TARDE, 2005, p. 35).

Ao defender que as ideias não são criadas, mas que estão aqui para virem à tona e serem utilizadas por aqueles que assim desejarem, em razão do acaso ou da necessidade, o autor francês Tarde teoriza a sociedade como “uma coleção de seres na medida em que estão se imitando entre si” (TARDE, 2005, p.13). Em seguida, discorre sobre seu entendimento, alegando:

Assim as novas opiniões, as novas atitudes, não são o puro produto de uma razão particular. Elas não são produtos de uma razão no sentido de que não provêm de uma razão, não encontram nela a origem de sua existência, mas simplesmente a origem de sua revelação (TARDE, 2005, p. 12).

Dessa forma, a opinião não é gerada somente de maneira consciente, com base estrita na racionalidade, para só então começarmos a construção de uma opinião pública. Porém, é indispensável que exista alguma forma de entendimento ou razão particular acerca do agente. O autor julga ainda que “entre todas essas opiniões que se chocam, só pode restar uma única, que será em breve a opinião pública” (TARDE, 2005, p. 23).

O autor confere conceitos sociológicos à opinião pública, ao inverso da política. Para ele, o que há é “apenas uma única e mesma forma de expressão social, receptora das opiniões políticas como também é receptora dos gostos e das modas de todos os tipos” (TARDE, 2005, p. 31).

Não apenas os autores citados acreditam no Jornalismo como agente capaz de formar e moldar a opinião pública, mas também tendo a imprensa sua função interligada com o campo político.

Essas diferenças no conceito fizeram que Harwood L. Childs tentasse sistematizar uma definição acerca do assunto. Em sua análise ele conclui que, ao confinar os variados sentidos da expressão, as definições pecavam por estabelecer premissas limitadoras (FIGUEIREDO e CERVELLINI, 1995). Com base nessas observações, os autores criaram um quadro comparativo a partir dos expostos de Childs:

Tabela 1 – Definições de Opinião Pública

	Tipo de definição	Limite
1.0	Julgamento social ou consciência comunitária sobre questão de interesse geral, após discussão racional.	O processo de formação da opinião pública não é sempre racional
2.0	Sentimentos sobre qualquer assunto entre grupo dos mais informados, inteligentes e moralmente superiores da sociedade	Elitiza o sujeito da opinião pública. Não existem critérios objetivos para definir quem sejam os moralmente superiores.

3.0	Quando o grupo envolvido é secundário, sem intermediações, sem contato direto com a fonte.	Restringe mais uma vez o sujeito da opinião pública.
4.0	Atitudes, sentimentos e idéias de um grande número de pessoas sobre um assunto público importante.	Limita os fenômenos a assuntos públicos importantes desconsiderando aqueles que podem vir a ser importantes.
5.0	Opinião que, embora não necessariamente consensual, seja majoritariamente aceita.	Não lida com as frequentes situações de conflito
6.0	Opinião pública é um composto de número e intensidade de opiniões	Número e intensidade qualificam, e não definem, a opinião pública
7.0	Reações e afirmações definidas em uma situação de entrevista.	Opera um reducionismo, pois associa a opinião pública ao momento da entrevista
8.0	Opiniões das pessoas que o governo acha por bem conhecer e seguir.	Restringe o sujeito e os temas da opinião pública.

Fonte: Figueiredo e Cervellini (1995)

O conceito e a compreensão do que é opinião pública encontram quatro principais obstáculos, de acordo com Figueiredo e Cervellini (1995). Como forma de organizar e evidenciar essas barreiras, Novelli (2007) compilou e os simplificou, sendo eles:

1. o fato de que os fenômenos da opinião pública podem pertencer a diversos campos de conhecimento, como Sociologia, Ciência Política, Comunicação, Economia e Psicologia que, inversamente a outros conhecimentos, alcançou um alto grau de especialização antes de passar por um processo gradual de desenvolvimento conceitual;
2. a expressão opinião pública faz parte do conjunto de conceitos considerados clássicos por algumas áreas, por exemplo, na Ciência Política, tendo sido estudada por pensadores como Locke, Rousseau, Kant, Burke, Bentham, entre outros;
3. a amplitude da ideia de opinião pública faz com que qualquer tentativa de conceituação pareça limitada, assim como a tendência da mídia para tratar a opinião pública como um "fenômeno" especial e reservado a momentos críticos que envolvem todo o país, retirando do senso comum a possibilidade de identificar em manifestações locais expressões da opinião pública;
4. a grande vinculação da opinião pública com a pesquisa de opinião, já que esta última se refere aos aspectos mais visíveis e discutidos da opinião pública, tornando-se mais interessante, mas certamente não colabora para conceituar um fenômeno que é anterior à realização das pesquisas (NOVELLI, 2007, p. 73).

Mesmo com os empecilhos explanados pelos autores, eles sugerem uma definição própria, de forma que a opinião pública seria resumida como:

Todo fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública (ainda que não diga respeito a toda a sociedade), esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais em situações diversas, seja em manifestações coletivas (FIGUEIREDO e CERVELINI, 1995, p. 116).

É possível perceber que não há obrigatoriedade de a opinião pública ser a opinião considerada pela maioria uma vez que o processo de formação dessa, apesar de buscar o consenso do todo, nunca irá alcançá-lo.

De acordo com Beltrão, o jornalismo difunde três tipos de opinião: "a do editor, a do jornalista e a do leitor, que, juntas, irão oferecer à comunidade a manifestação corporificada do tão discutido fenômeno social da opinião pública" (BELTRÃO, 1980, p. 19).

Nas sociedades com democracias liberais consolidadas, o poder de influência dos meios de comunicação pode-se tornar controverso, provocando a reprovação e desconfiança de alguns ao mesmo tempo que gera aplausos e segurança para outros (GROTH, 2011). Se por um lado, "nos tempos agitados politicamente, sobretudo na política interna, nos quais a nação como um todo participa apaixonadamente dos acontecimentos e das suas avaliações, a influência e o prestígio dos jornalistas aumenta" (GROTH, 2011, p. 431), por outro, "[...] qualquer indiferença de um povo por questões públicas, a sua distância aturada ou obrigada da condução da sua história trazem para o jornalismo uma perda de influência pública e diminuem o seu apreço social (GROTH, 2011, p. 431).

Reparando sobre a inevitabilidade de um ambiente no qual a liberdade esteja presente para que os meios de comunicação possam exercer suas funções, Novelli afirma ainda que esse espaço promove diferentes pontos de vista e ressalta a relevância do Jornalismo pois:

A opinião pública necessita de uma imprensa livre e desvinculada do poder público, cujo objetivo é tornar transparente a administração pública, implicando necessariamente no acesso do povo a todas as informações que dizem respeito ao funcionamento dos poderes públicos (NOVELLI, 2007, p. 77).

Ao avançarmos para análises mais recentes acerca do assunto, identificamos outros fatores no campo de estudo. Novas tecnologias, globalização acelerada e a

comunicação em tempo real são tidas como grandes agentes para a construção e desconstrução das opiniões públicas.

Farias (2019) expõe que, com a profissionalização das *Fakes News*, o tema absorveu certa tensão, considerando que a organização de empresas e pessoas apenas destinadas a esse fim é cada vez mais crescente. O autor questiona: “afinal, com redes sociais digitais o que seria opinião pública?” (FARIAS, 2019, p.19)

De modo a responder essa pergunta, Farias (2019) propõe que a forma como o todo enxerga o indivíduo é volátil, pois não seria possível, na era das redes sociais e da informação em tempo real, fixar um conceito sem influência ou vieses já que a opinião seria transformada com o tempo e influenciada pela cultura e aqueles que nos cercam. De acordo com o autor, “o volátil faz que aquilo que é sólido possa se desmanchar no ar. Opiniões se reconfiguram a todo o tempo, assumindo novas formas, novas posturas. Opiniões voláteis são imagens distorcidas no espelho do mundo” (FARIAS, 2019, p. 22).

A opinião individual é vista como inexistente dentro desse contexto já que:

Todo indivíduo, quando expressa sua opinião, não só a está tornando pública, como também externando algo que decorre de sua relação com o grupo social a que pertence e também à época e às circunstâncias históricas, políticas, sociais e econômicas do momento vivido pelo grupo. Seria, portanto, incorreto separar a opinião individual da opinião pública. Mais correto seria distinguir a opinião expressa da opinião oculta (FARIAS, 2019, p. 27)

Dessa forma, a inovação contínua na maneira e nos meios de interações possibilitadas pelo avanço da tecnologia, em especial das redes sociais, traz o debate acerca da profundidade da imagem percebida e construída nesses ambientes uma vez que a informação pode ser transformada em desinformação.

Não se pode, obviamente, desprezar ou ignorar as novas formas de interação digital entre as pessoas – e seu poder de informação e, certamente, de desinformação –, bem como, o incrível acesso a informações existente na contemporaneidade, mas também pode-se discutir quão rasas podem ser essas relações, e vazias essas informações. (FARIAS, 2019. p. 22).

Ao atingir grande parcela da população, a mídia também influencia e pode ter papel decisivo nesse processo visto que goza de confiança primária sobre o que retrata em suas publicações. Esse protagonismo é notado “desde os tempos nos quais a absoluta maioria da população não era letrada e havia informes públicos, lidos pelos poucos alfabetizados, até hoje, quando se há um acesso agigantado a informações

de todo quilate” (FARIAS, 2019. p. 25), privilégio que também precisa ter seus cuidados quando “a mídia é um espaço que merece atenção e cuja responsabilidade deve-se cobrar” (FARIAS, 2019. p. 25).

O excesso de informação em conjunto com a necessidade de se expressar sobre todos os fatos faz com que o autor se questione sobre os motivos de haver pouca busca pela veracidade, o que pode resultar em uma opinião diferente daqueles impactados por informações falsas:

Talvez porque a cultura da informação em pílulas, sem aprofundamento cresce e se fortalece na sociedade de blocos, nos quais a interação se dá fortemente entre pares, em um clima de consentimento, sem a predisposição muitas vezes à crítica, que pode ser recebida com intolerância (FARIAS, 2019, p. 28).

Esse pensamento é reforçado quando encontra em um dos principais teóricos uma posição semelhante e que, apesar do tempo, permanece muito próxima ao atual cenário exposto. Lippmann contribui ao afirmar que “quando um sistema de estereótipos é bem fixado, nossa atenção é chamada para aqueles fatos que o apoiam, nos afastando daqueles que o contradizem” (LIPPMANN, 2008, p.115).

Isto posto, Farias (2019) destaca que a opinião pública não deve ser considerada como verdade política absoluta, porém, ela contará com o poder “da impaciência, para desestabilizar toda fixidez ou passividade histórica dada, pois o que move o mundo é a contradição, e a opinião pública, ela mesma, é uma contradição, que torna efetiva a paciência do conceito” (FARIAS, 2019, p. 32).

Assim sendo, a opinião pública precisa ser vista como objeto contraditório, o qual exige que passe por mediações de multiconhecimentos e agentes distintos, das mais variadas vertentes e ideias. Além disso, tem a finalidade de construir e estabelecer condições para um regime democrático que favoreça a liberdade de informação, considerando a veracidade desta, pois é diretamente relacionada à construção e solidificação da opinião pública.

3.2 IDENTIDADE

Os conceitos de identidade, ao se relacionarem com o indivíduo, exigem que o estudo do tema esteja atualizado com o momento histórico e os grupos aos quais o

cidadão integra. Passando por processos constantes de mudança, três transformações distintas foram identificadas por Hall (2006) como modificadores desse conceito. De forma a contextualizar, de acordo com suas determinadas épocas, o autor separa a concepção de sujeito dessa forma:

O **sujeito iluminista**, com uma identidade fixa e com a qual já nasceria sem possibilidade de alteração ao longo da vida. Seria resumido em um ser individual, sem sofrer mudanças a partir das interações com outras pessoas.

O **sujeito sociológico**, definido historicamente e estando em contínua alteração, sofrendo influência do meio em que esteja inserido, se contrapondo à ideia do sujeito iluminista. O seu núcleo não é autônomo nem autossuficiente sendo construído pela interação do sujeito com o mundo.

E o **sujeito pós-moderno** que é reflexo das alterações institucionais e estruturais. Neste ponto, a identidade imobilizada e substancial abre espaço para uma identidade volátil e fragmentada. O indivíduo apropria-se de diferentes identidades, em diferentes contextos.

O fato de que projetamos a 'nós próprios' nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os 'parte de nós', contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, 'sutura') o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 2006, p. 11-12)

As identidades modernas, de acordo com Hall (2006), passam por um processo de deslocamento e fragmentação. Ao final do século XX ocorreram mudanças estruturais que fragmentaram ideias culturais como raça, gênero, sexualidade e nacionalidade, itens que serviam como identificação sólida dos indivíduos sociais.

Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito (HALL, 2006, p. 9).

Mercer (1990) é categórico ao afirmar que "a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da incerteza" (apud HALL, 2006, p. 9).

No processo atual, Bauman (1998) considera que a identidade pessoal se converteu em algo construído, a partir do esforço individual, em contraposição aos momentos anteriores aonde a fixação do que era imputado não permitia a opção de mudança, independentemente do esforço do sujeito. A modernidade é entendida como local de partida para um novo período, no qual a identidade é transformada em realização própria, sendo o esforço individual um diferenciador. O autor diz ainda que, mesmo que seja possível romper a identidade que fora atribuída, a modernidade não acabou com as identidades sólidas, somente passou a ponderar válido e obrigatório o esforço pessoal em sua construção. De acordo com o autor:

O projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada. Não tomou, porém, uma firme oposição contra a identidade como tal, contra se ter uma identidade, mesmo uma sólida exuberante identidade. Só transformou a identidade, que era questão de atribuição, em realização - fazendo dela, assim, uma tarefa individual e da responsabilidade do indivíduo (BAUMAN, 1998, p.30)

Dessa forma, Bauman salienta que, no período chamado por ele de “pós-moderno”, todas as coisas são transitórias, mesmo a identidade, e um conceito fixo e bem definido não aparenta ser atrativo. Para ele, “o mundo construído de objetos duráveis foi substituído pelo de produtos disponíveis projetados para imediata obsolescência. Num mundo como esse, as identidades podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa” (BAUMAN, 1998, p. 112).

Tendo como norte o consumo, o indivíduo na sociedade pós-moderna molda sua identidade através desse e se conduz pelo desejo que necessita ser satisfeito. A identidade agora é definida pelo que é possível possuir e experimentar, muitas vezes fundindo a própria identidade com as características do que se consome, se tornando cada vez mais transitória e completamente desnecessária após ter saciada essa vontade:

Em vista da volatilidade e instabilidade intrínsecas de todas ou quase todas as identidades, é a capacidade de 'ir às compras' no supermercado das identidades, o grau de liberdade genuína ou supostamente genuína de selecionar a própria identidade e de mantê-la enquanto desejado, que se torna o verdadeiro caminho para a realização das fantasias da identidade. Com essa capacidade, somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade (BAUMAN, 2001, p. 98).

A identidade manifesta-se como sucessora do comunitário na pós-modernidade, nesse contexto, alterando as regras e modelos de conduta por um ambiente global sem padrão definido. O desenvolvimento da identidade é um

processo contínuo e que nunca estará completo (BAUMAN, 2001). Esses atributos da identidade pós-moderna são responsáveis também pelo aparecimento de comunidades voláteis e breves, focadas para fins bem definidos. Bauman diz que essas comunidades atualizadas possuem um caráter muito mais estético, sem beneficiar o fortalecimento de laços duradouros entre os integrantes:

Uma coisa que a comunidade estética definitivamente não faz é tecer entre seus membros uma rede de responsabilidades éticas e, portanto, de compromissos a longo prazo. Quaisquer que sejam os laços estabelecidos na explosiva e breve vida da comunidade estética, eles não vinculam verdadeiramente. (BAUMAN, 2001, p. 67).

Também vista como fator importante na construção e fixação da identidade, a mídia trabalha e atua na direção de ofertar formatos e conteúdos que sirvam de identificação com a comunidade global, fornecendo apoio para a composição da individualidade nas sociedades.

A cultura da mídia põe à disposição imagens e figuras com as quais seu público possa identificar-se, imitando-as. Portanto, ela exerce importantes efeitos socializantes e culturais por meio de seus modelos de papéis, sexo e por meio das várias posições de sujeito que valorizam certas formas de comportamento e modo de ser enquanto desvalorizam e denigrem outros tipos (KELLNER, 2001, p. 307).

Antes do período moderno, a identidade era o que se fazia e o que se achava de si mesmo, por meio de uma estrutura de escolhas, sejam morais, existenciais ou políticas, de acordo com Kellner (2001). Atualmente, a identidade é aquilo que se aparenta, construído para parecer ser, onde o que conta é como o indivíduo se vende. Desse modo, o autor dispensa à mídia uma responsabilidade cada vez maior no processo de construção da identidade. Podemos usar como exemplo o trabalho desenvolvido pelos influenciadores digitais onde o que se vê é construído para despertar interesse no público, nem sempre condizendo com o real do ser.

Esse envolvimento da mídia é analisado por Kellner (2001) a partir de um modelo onde a cultura na pós-modernidade é responsabilizada pela construção da identidade dos agentes sociais:

Constituir uma identidade é trabalho que exige vontade, ação, compromisso, inteligência e criatividade; e muitas das identidades pós-modernas construídas com material fornecido pela mídia e pela cultura consumista carecem dessas características, sendo pouco mais do que um jogo, uma pose, um estilo e uma aparência que amanhã mesmo podemos trocar: identidades descartáveis e facilmente substituíveis no carnaval pós-moderno (KELLNER, 2001, p. 334).

Ao abordamos o tema também a partir da comunicação organizacional, e seu vínculo direto com a mídia, podemos perceber a correspondência de conceitos, além de suas próprias particularidades. Vásquez (2007) estabelece quatro princípios definidores para que a identidade de uma organização cumpra seus propósitos:

Única e intransferível: Toda identidade pertence a uma marca específica. Não existem duas marcas com a mesma identidade. Um produto pode ser copiado, mas é muito difícil copiar sua identidade.

Atemporal e constante. A identidade não tem tempo nem limite de validade. No entanto, ela deve ser constante no tempo. Marlboro sempre representou individualidade, força e masculinidade por meio do personagem do caubói.

Consistente e coerente. A identidade deve ser sólida em seus elementos constitutivos, ao mesmo tempo em que deve existir correlação entre eles, sendo congruentes e compatíveis entre si.

Objetiva e adaptável. A identidade deve ser direta em seus propósitos e sua comunicação adaptada de acordo com seu público-alvo (VÁSQUEZ, 2007, p. 202, grifos da autora).

Dessa forma, as características internas e externas dessas organizações permitem a identificação e diferenciação de cada uma delas a partir de suas bases definidas em sua missão, visão e cultura corporativa (VÁSQUEZ, 2007).

A missão é o ponto de partida das ações da empresa, é o propósito que justifica a sua existência; define o tipo de atividade que ela vai desenvolver. A visão, por sua vez, é aspiracional. Sua definição marca o rumo, o tipo de atividade na qual a empresa vai atuar e os objetivos que ela quer alcançar. Seu enunciado deve ser direto e enfático. [...] A cultura corporativa é entendida como o conjunto de símbolos, padrões e códigos que se cria, se preserva ou aprimora ao longo do tempo e que é compartilhado por um grupo de pessoas reunido para um fim comum, sujeito a regras ou estatutos e com direitos e deveres a cumprir (VÁSQUEZ, 2007, p.204).

Sendo assim, a identidade não pode ser analisada e estudada tendo apenas uma visão acadêmico-científica, mas é necessário a inclusão das suas formas políticas, sociais e organizacionais, enxergando o indivíduo não de forma isolada, como unidade, mas, sim, como fruto e relação com o todo o meio.

3.3 IMAGEM

Componente inseparável do jogo político, objeto integrante deste estudo, a imagem, ou imagem pública, é tema central uma vez que a construção da imagem possui seu processo encerrado no receptor, restando ao emissor capacidade restrita de comandar o resultado ou conceber cenário com previsões das mais variadas interpretações (GOMES, 1999). Com sua especificidade de ser mutável e provisório, como também podem ser os processos de identidade e opinião pública já analisados,

a imagem exige dos agentes políticos grande empenho para construir e moldar o formato desejado, além de necessitar de reforço contínuo para que não seja transformada pela ação de outros interessados (GOMES, 1999).

Gomes (1999, 2004) descreve que “a imagem de algo ou alguém é, pois, um ato judicativo sobre este objeto, mas um ato judicativo que se refere diretamente àquele complexo de propriedades que o caracterizam” (GOMES, 1999, p. 151) e, depois, atualiza sua concepção ao afirmar que ela é resultante de “um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam” (GOMES, 2004, p. 254).

Entendendo e ampliando o conceito, Weber (2004) infere que as ações políticas do mundo contemporâneo condensam essas práticas:

A cobiça por uma imagem pública favorável sintetiza o movimento da política contemporânea, que faz da sua medição indicador de qualidade, credibilidade, nas disputas de manutenção e conquista de poder. Trata-se de uma política sobre a visibilidade programada para mostrar as partes possíveis e produzir opiniões e esconder as outras. A credibilidade da política está diretamente associada à credibilidade da mídia, mas não existe sem as mediações engendradas no seu próprio campo. Instituições e sujeitos políticos desejam ser adotados e defendidos pelas mídias para que assim possam capturar as opiniões (WEBER, 2004, p.297).

Ao se relacionar com diversas variáveis, a imagem pública, de acordo com Weber (2009), opera como balizadora das questões e conflitos que cercam o poder. Os meios pelos quais a construção e avaliação da imagem se modificam resulta na amplificação do vínculo do campo político e seus agentes associados às estruturas profissionais. Competiria à tecnologia a função de efetuar a transposição dos discursos e atos burocráticos do estado de forma estratégica e apropriada para alcançar os indivíduos pretendidos e “[...] obter nacos de visibilidade nos diversos media.” (WEBER, 2009, p. 11).

A utilização dos recursos tecnológicos por estes agentes é feita para que o conteúdo seja entendido de forma facilitada e garantir que a mensagem alcance ampla parcela da população. Alguns exemplos podem ser dados nesse sentido ao abordarmos o período eleitoral e a maneira como grande parte dos candidatos, até mesmo os menores e sem grande expressão, se tornam presentes em diferentes plataformas e em variados formatos por meio da internet. A intenção, além de

apresentar planos e propostas, é construir sua imagem para aqueles que não conhecem e reforçá-la para aqueles que já tiveram contato.

Grande parte das ocorrências envolvendo o campo político são destacadas pelos veículos jornalísticos por se enquadrarem em variados critérios de noticiabilidade, como já apresentados nesse trabalho. A dependência desse espaço e o interesse de determinadas instituições também influencia nessa concepção uma vez que é imprescindível o diálogo desses atores com as mídias. A imagem pública precisa desembaraçar a realidade política (WEBER, 2009). Essa facilitação só é possível mediante o empenho para que a tradução seja próxima a realidade do atingido. A respeito desse fator, a autora afirma que:

[...] é na simplificação da história, na aposta em uma memória que não precisa de espaço que recai a aposta de uma política de aparências, menor e funcional, que deixa para a Imagem Pública a aquisição dos sentidos da política. Na imagem da política reside também o princípio da aparência como parte da relação do ser humano com o mundo e com os outros (WEBER, 2009, p.13).

A autora também estabelece variadas fases dentro do processo de construção da imagem. Weber (2004) os ordena da seguinte maneira: **ações de instituições e sujeitos públicos; informação de interesse público; participação da mídia; repercussão pública**. Ao adentrar em cada um deles, é possível abreviar imagem pública com a concepção de:

As informações e sinais são estrategicamente construídos como as 'ações de instituições e sujeitos públicos' (informação, propaganda, eventos, atitudes) que, sendo públicas, são 'informações de interesse público', as quais dependem da 'participação da mídia' (relações econômicas, políticas, privadas etc.) para repercutir. A "repercussão pública é desencadeada pelas mídias, adversários, grupos sociais, indivíduos, através da veiculação de suas opiniões e imagens sobre a ação do sujeito político. No processo de recepção à repercussão da imagem, residem as dúvidas e certezas sobre a cena política, seus protagonistas e seus difusores. (WEBER, 2004, p.262)

Apesar de todos esses processos, como já salientado, a imagem pública só passa a existir realmente no momento em que é recebida pelos indivíduos, a partir de toda subjetividade humana (GOMES, 2004). Sendo assim, os dados e estímulos enviados pelos atores do campo político precisam ser estruturados de forma que não apenas apresente como positiva e já concluída, mas possam fomentar uma composição positiva da imagem pública.

A consequência desejada deve ser preparada utilizando-se dos indivíduos e organizações políticas por meio de todo e qualquer mecanismo à sua disposição de

modo que a recepção seja programada para que a imagem seja recebida como desejado (GOMES, 2004).

Do mesmo modo, criar uma imagem [...] não é certamente construir ele mesmo uma imagem, mas organizar os materiais de tal arte que o público a produza: construir é fazer construir. O criador de imagens, na verdade, produz apenas discursos e expressões caracterizadoras, que pode realizar na recepção as concepções caracterizadoras que constituem a imagem (GOMES, 2004, p. 268).

Tratando imagem pública a partir da caracterização da imagem-conceito, Baldissera (2008) compreende que, independente das pretensões dos indivíduos envolvidos, a imagem é construída e formada. De acordo com ele, nas sociedades modernas atuais faz-se vigente nos discursos os ideais de lealdade, fidelização, visibilidade e reconhecimento, sendo assim, a imagem-conceito se estabelece como “fundante das relações político-econômico-sócio-culturais” (BALDISSERA, 2008, p.2). Nessa procura e competição desempenhadas para legitimar seus atos, em troca de reconhecimento e visibilidade, o autor argumenta que:

Cabe ressaltar que a *imagem-conceito* é da qualidade do simbólico, isto é, presos à teia simbólica cultura-imaginário, os sujeitos percebem, apreciam, apreendem, interpretam, caracterizam e julgam o entorno (sua alteridade), atribuindo-lhe valor simbólico, independentemente de tal significação ser adequada, verdadeira ou não. A *imagem-conceito* não é da qualidade do *verdadeiro*, mas do que parece ser, do que é reconhecido como tal (BALDISSERA, 2006, p. 1-2, grifos do autor).

Pela impossibilidade da compreensão integral dos complexos métodos pelos quais a construção da imagem percorre e os seus mais variados significados, em determinados momentos, faz-se presente entre esses agentes a exigência de se alcançar procedimentos infalíveis e guias preparados para demonstrar como fabricar a imagem-conceito perfeita. Porém, como explica Baldissera (2008), não existe, quando abordado o tema, nenhum resultado que possa ser considerado como à prova de falhas ou que garanta na totalidade a positividade da recepção. Porém, ele disserta que “antes, tais processos parecem solicitar a atualização de complexas negociações, seja no nível dos sentidos, das informações, seja no das resistências eco-fisio-psico-sócio-culturais” (BALDISSERA, 2008, p. 194).

No momento em que todos os processos aqui apresentados estiverem arrançados de forma satisfatória pelos atores envolvidos com a construção, gerenciamento e fixação da imagem pública, há determinada tendência de que a imagem seja interpretada de maneira próxima à esquematizada (WEBER, 2004).

Porém, mesmo com todo o preparo e cuidado, os possíveis riscos não podem ser descartados. O caráter dinâmico e temporário da imagem pública se contrapõe ao desejo dos indivíduos sendo contínua a corrente de dados e informações que as pessoas empregam para construir suas opiniões. Sendo assim, Weber (2004) diz que “trabalhar com imagem pública significa entender que sua construção se dá na mesma proporção de sua desconstrução” (WEBER, 2004, p.296).

Como é possível constatar, a mídia goza de predominância ao longo dos processos de formação da imagem pública. Nesta perspectiva, é fundamental compreender a atribuição dos meios de comunicação, sejam físicos ou virtuais, para que se entenda de forma mais profunda as dinâmicas e disputas concedidas por meio de seus espaços. Vistos como reféns da visibilidade, os atores políticos querem e sentem necessidade de serem amparados pela mídia. A opinião de quem recebe a mensagem é o que decide todos os processos, porém, esse fato não altera a disputa que sempre irá ocorrer na tentativa de coordenar como as pessoas devem ver ou serem vistas (WEBER, 2004).

3.4 REPUTAÇÃO

Entendida como fruto da construção social, a reputação não surge e nem se altera por meio das vontades do próprio indivíduo, por mais que este se empenhe. Ela é item participante de todas as interações sociais pela qual passamos e também é vista como delimitadora das ações de com quem elas ocorrem (BARROS FILHO e PERES-NETO, 2019). Ela define, portanto, também a maneira como os outros nos tratam e se há diferença no tratamento é “também porque os discursos que circulam sobre nós não carregam todos as mesmas opiniões. E tampouco se fundam nos mesmos episódios de nossas vidas.” (BARROS FILHO e PERES-NETO, 2019 p. 14).

Dessa maneira, a reputação é afetada por meio de todas as relações vivenciadas, seja pelos discursos que ouvimos e nos chegam de forma direta, por um emissor físico, ou por tudo que pode ser visto e escutado num mundo cada vez mais digital (BARROS FILHO e PERES-NETO, 2019). O autor continua sua reflexão sobre a utilização da tecnologia afirmando que “a construção da reputação se objetiva num placar de dezenas, centenas, milhares de mensagens. Atacando e defendendo.

Falando bem, falando mal. E muito mal. Com um poder de fogo afetivo sem precedentes.” (BARROS FILHO e PERES-NETO, 2019, p. 47).

Ao tentar definir, os autores apresentam quatro significados para reputação, todos vinculados diretamente à comunicação e relacionados entre si, sendo eles:

Primeiro, **reputação está relacionada com fluxos de opinião** - discursos enunciados e, em seguida, ouvidos que reúnem alguma reprodução. Mas que também carregam um processo criativo.

Em segundo lugar, **reputação tem a ver com a imagem pública** que vai se formando a partir dessas opiniões.

Em terceiro lugar, **à reputação se vinculam os conceitos de memória e esquecimento**.

Por fim, em quarto lugar, o termo **“reputação” tem relação direta com as noções de prestígio, fama e notoriedade**. Que integram a cultura dos universos por onde esses discursos opinativos passam (BARROS FILHO e PERES-NETO, 2019, p. 101-102, grifo nosso).

Bueno (2009) percebe a reputação da mesma forma, explicando que se trata de um reflexo da imagem, sendo resultado da soma de contatos e experiências durante toda a vida, sendo impactada pelos sentimentos e sensações que criamos e, também, pelos outros indivíduos que participaram de cada um desses momentos. Sendo assim, a reputação não se trata de uma opinião formada de maneira isolada, mas é resultado de todas as imagens que construímos ao longo da jornada.

A reputação, finalmente, é uma representação mais consolidada, mais amadurecida de uma organização, embora como a imagem, constitua uma percepção, uma síntese mental. Poderíamos dizer que a reputação é uma leitura mais aprofundada, mais nítida, mais intensa de uma organização e que, na prática, apenas um número reduzido de organizações chega a ser contemplado com tal nível de representação. (BUENO, 2009, p. 190)

Diferentemente da imagem, a qual pode ser formada sem contato direto com o indivíduo, o processo de reputação cria a necessidade de conhecimento e integração com o próprio sujeito, por meio da troca dessas experiências no decorrer de um período maior. Bueno (2009) interpreta a reputação como a síntese de várias interações e trocas concebidas ao longo do tempo. Assim sendo, o autor declara que uma reputação consolidada é quase indestrutível uma vez que, criados os laços e percepções, eles se tornam tão fortes ao ponto de a reputação ser defendida fora da presença do sujeito. “A gente pode dizer que a imagem é como algo que se sente na pele e a reputação como algo que se sente na alma” (BUENO, 2009, p. 200).

Por meio da fiscalização constante de instituições e profissionais, principalmente ligados ao meio jornalístico, os mais variados fatos protagonizados por

agentes políticos se tornam conhecidos pela sociedade. A divulgação e interpretação dessas ações, quando julgadas pelo público como violadoras dos conceitos de moral e conduta esperadas, podem se converter em escândalos capazes de deteriorar e até arruinar a reputação daqueles envolvidos.

Vista como aspecto do capital simbólico por Thompson (2002), a reputação é resultante da soma do reconhecimento, prestígio e do respeito atribuído aos agentes políticos. O autor estabelece ainda que existe certa relatividade entre a afeição e admiração de uma pessoa com outra ou mesmo com uma empresa e a reputação que este indivíduo percebe nela. Ele distingue a partir de dois pontos, sendo o primeiro específico da capacidade dos agentes políticos por meio de seus feitos e virtudes na execução das responsabilidades de seus cargos. O segundo, em relação ao caráter, avaliando seus atributos de confiança, probidade, fidedignidade e integridade.

Não é necessário demonstrar nenhuma competência específica a fim de conseguir uma reputação de bom caráter, mas você deve demonstrar um padrão de comportamento através do tempo que os outros possam julgar ser digno de estima (THOMPSON, 2002, p. 297).

O estudo acerca da reputação se mostra imprescindível em um mundo cada vez mais global no qual ocorre o fortalecimento da política de confiança a partir da qual as análises das ações não são feitas apenas pelos partidos ou instituições com os quais estão relacionados, mas por todos os atores integrantes das suas relações sociais. Dentro deste contexto, a confiança individual no que o agente político faz ou diz se torna tão ou mais importante do que o partido pelo qual ele interage.

O jornalismo, utilizando de seus preceitos já estabelecidos, e agindo como quarto poder fiscalizador, dá ainda visibilidade a esses atores os colocando em um teste contínuo de credibilidade a fim de certificar que o que foi dito ou prometido seja cumprido uma vez que qualquer tropeço pode ocasionar escândalos que gerem o esvaziamento de suas reputações e confianças (THOMPSON, 2002).

Argenti (2006, p.97)) também traz outra definição para o conceito, estabelecendo diferenciações a partir da percepção tanto própria quanto dos demais indivíduos. Ele considera que a reputação “se diferencia da imagem por ser construída ao longo do tempo e por não ser simplesmente uma percepção em um determinado período” e continua ao afirmar que ela se diferencia da “identidade porque é um produto tanto de públicos internos quanto externos, enquanto a identidade é

construída por elementos internos. Além disso, (...) a reputação está baseada na percepção de todos os públicos”.

A partir deste conceito é possível estabelecer relação com todos os demais explanados ao longo do capítulo. Argenti (2006) considera que o alinhamento da imagem e identidade resulta na reputação que o indivíduo ou instituição irá ter:

Uma organização com uma identidade corporativa clara, que represente sua realidade subjacente e esteja alinhada com as imagens partilhadas por todos os seus públicos, será beneficiada com uma reputação forte. Uma reputação bem estabelecida, por sua vez, converte-se em orgulho e compromisso [...] e essas qualidades são ativos insubstituíveis (ARGENTI, 2006, p. 103).

Dessa maneira seria possível que a solidez da reputação fosse explicada por meio da sincronia entre o que é projetado publicamente (identidade) e o que é percebido publicamente (imagem). O autor enfatiza que:

Uma vez que a reputação é formada pela percepção de seus públicos, as organizações precisam antes descobrir quais são essas percepções e, então, examinar se coincidem com a identidade e os valores da empresa. Somente quando a imagem e a identidade estiverem alinhadas é que se produzirá reputação forte (ARGENTI, 2006, p.99).

Os conceitos e ideias aqui explanados sobre opinião pública, imagem, identidade e reputação, tal como o processo de formação e fixação, compõem parte central para entendimento futuro das análises. É possível extrair, como concepções principais, dois pontos fundamentais. **O primeiro sendo desempenhado pela interação e relevância das instituições, em especial as jornalísticas**, para a construção e fortalecimento dos temas abordados nas sociedades democráticas atuais. **O segundo, ao definir que nenhum desses conceitos são estáticos, todos correspondendo ao dinamismo do sistema global**, resultam em processos de construção e desconstrução simultâneos e contínuos, o que força os atores políticos, sejam indivíduos ou instituições, a se manterem em constante vigília.

4 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DA FOLHA

Este capítulo analisa as notícias publicadas no portal on-line Folha de São Paulo, durante os meses de novembro e dezembro de 2019, relacionadas às queimadas ocorridas na floresta amazônica brasileira. Ao darmos início é importante ressaltar que o objetivo da análise é entender o impacto dessa série de publicações em relação à crise de imagem vivida pelo governo Bolsonaro durante este período.

É abordado, primariamente, a metodologia empregada durante análise do objeto de estudo, bem como etapas da pesquisa e os critérios para escolha e análise do material. Em seguida é efetuado o estudo do conteúdo das reportagens do veículo. A análise visa, a partir de categorias pré-estabelecidas, investigar e entender como a imagem e reputação foram afetadas a partir das matérias da Folha de São Paulo.

4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

Com o objetivo de analisar a cobertura realizada pela Folha de São Paulo durante as queimadas na região amazônica em 2019, o método escolhido foi a análise de conteúdo. Conforme Bardin, esse tipo de análise é dividido em três etapas: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2011, p. 125).

A pré-análise é estipulada por Bardin (2011) como a fase de organização do material e “tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2011, p. 125). Ela também estipula três “missões” para este processo, sendo: 1) a escolha dos documentos; 2) formulação de hipóteses e objetivos; 3) a definição de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Fonseca Júnior (2008), ao tratar sobre o tema tendo como referência a autora francesa, acrescenta que:

De todas as fases da análise de conteúdo, a pré-análise é considerada uma das mais importantes, por se configurar na própria organização da análise, que serve de alicerce para as fases seguintes. Envolve a escolha de documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, bem como a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final (FONSECA JÚNIOR, 2008, p. 290).

O autor continua ao descrever a análise de conteúdo se referindo como:

[...] um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa. Esse conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, vem sendo utilizado, pelo menos, desde o século XVIII (FONSECA JÚNIOR, 2008, p. 280).

Ao tratarmos sobre a aplicação do método no contexto comunicacional, Fonseca Júnior (2008, p. 286) esclarece que a essência objetiva se faz presente na análise de mensagens emitidas e "o mesmo ocorre com a análise semiológica, ou análise de discurso". Porém, as diferenças, de acordo com o autor, se traduzem na Análise de Conteúdo ao abranger condições de "sistematicidade e confiabilidade".

A análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conteúdo analisável. É também confiável - ou objetiva - porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, possam chegar às mesmas conclusões (LOZANO, 1994, p.141-142 apud FONSECA JÚNIOR, 2008).

Como norte para a análise construída pelo pesquisador, Bardin (2011) indica que seja realizada uma "leitura flutuante". Esta é a pesquisa e separação do material para análise com a finalidade de conceber os objetivos, definir os referencias teóricos para utilização e também formular as hipóteses.

Seguindo este roteiro, é possível chegar ao *corpus* da pesquisa, sendo este o material a ser analisado. No presente trabalho, o *corpus* é constituído pelas notícias on-line do jornal Folha de São Paulo, durante os meses de novembro e dezembro de 2019, e que abordam as queimadas na Amazônia e os reflexos causados pelas ações ou não do governo Bolsonaro.

4.1.1 Objeto de pesquisa

Depois de apresentarmos o método escolhido para utilização nessa pesquisa, esta seção tem por objetivo relacionar o *corpus* de análise. Ele é composto por 16 notícias sendo dividido em nove ao longo do mês de novembro e sete durante o mês de dezembro de 2019. Os meses foram escolhidos pela possibilidade de se estudar os impactos causados na imagem e reputação do governo a partir do distanciamento inicial da crise, instituída no mês de agosto de 2019, assim sendo possível abarcar informações e contextos resultantes das notícias anteriores.

Realizamos o levantamento das matérias por meio da busca de palavras-chave no site da Folha. O resultado para a palavra “queimadas” retornou 288 notícias no mês de agosto, 214 notícias em setembro, 77 notícias em outubro, 77 notícias em novembro e, por fim, 61 notícias em dezembro, todos no ano de 2019. É importante ressaltar que as editorias com o maior número de notícias sobre o tema são Ambiente, Poder e Colunistas, nesta ordem. Os textos escolhidos para análise foram separados levando em consideração o relacionamento entre as instituições, tanto legislativas, compreendida pelo Senado Federal e a Câmara dos Deputados, e o poder executivo, representado na figura do Presidente da República, quanto com os Governadores Estaduais. Também estão presentes visões internacionais com o desdobramento das ocorrências, editoriais do próprio jornal utilizado na análise, afirmações pessoais do Presidente e Ministros, bem como notícias que abordam dados estatísticos. Por fim, são selecionadas matérias opinativas dos colunistas da Folha.

Tabela 2 – Notícias de novembro de 2019

Data de publicação	Título	Tema/seção
11.09.2019	Em balanço de 300 dias, governo infla medidas, usa dados incorretos e tem abordagem ideológica	Dados
18.09.2019	Cientistas não assinam estudo sobre queimadas com medo de represálias do governo	Crise institucional
20.09.2019	Sinistro amazônico	Editorial
20.09.2019	Bolsonaro diz que desmatamento é cultural no Brasil e não acabará	Afirmação pessoal
21.09.2019	Após criar distração ambiental, Bolsonaro lava as mãos para desmatamento	Opinião
21.09.2019	Após criticar países ricos, Bolsonaro vai pedir US\$ 50 milhões para Amazônia	Internacional
25.09.2019	A um mês do recesso, Congresso cria três CPIs sobre desastres ambientais	Crise institucional
29.09.2019	Desmatamento ilegal zero não deve acontecer, diz ministro do Meio Ambiente	Afirmação pessoal
29.09.2019	Às vésperas de conferência do clima da ONU, Bolsonaro publica pacote ambiental	Crise institucional

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 3 – Notícias de dezembro de 2019

Data de publicação	Título	Tema/seção
06.12.2019	Primeiro ano de Jair Bolsonaro levanta 'espectro de devastação'	Internacional
06.12.2019	Alemanha contesta declarações de Salles sobre avanços no Fundo Amazônia	Internacional
07.12.2019	80% dizem ao menos desconfiar de declarações de Bolsonaro, diz Datafolha	Dados
07.12.2019	Na COP-25, Alcolumbre diz que Congresso não deve aceitar retrocessos ambientais	Crise institucional
19.12.2019	Declarações de Bolsonaro e aliados sobre queimadas e AI-5 afastam investidores, diz Maia	Crise institucional
22.12.2019	Amazônia já	Editorial
24.12.2019	Salles muda política ambiental do Brasil e provoca desmonte	opinião

Fonte: elaborado pelo autor

Cabe também relembrar o contexto histórico e de acontecimentos dos meses escolhidos para análise que compõem esse *corpus*, uma vez que a análise precisa levar em consideração o ambiente no qual estão inseridas essas notícias e o que as levaram a fazer parte de discussão e destaque por parte da mídia.

Como pode ser observado no levantamento por meio da pesquisa no site, o número de matérias sobre as queimadas na região amazônica em 2019 diminui a cada mês, item que pode ser esclarecido ao resgatarmos em Bueno (2008) sua consideração de que o fôlego destinado às pautas ambientais dentro de grandes veículos é sempre muito curto e sem sustentação por longos períodos.

Outro ponto importante e que pode ter ocasionado a redução de referências às queimadas é a necessidade de divisão dos profissionais para cobrir outro problema ambiental, o vazamento de óleo ocorrido no litoral do nordeste brasileiro, registrado pela primeira vez ao final do mês de agosto de 2019, mas com desdobramentos maiores nos meses posteriores, tendo atingido mais de 1.000 localidades, segundo dados do Ibama divulgados pelo portal G1. Dessa forma, a pauta ambiental precisou de atenção em duas frentes principais no segundo semestre de 2019.

4.1.2 Categorias

Para proceder a análise, seguindo as recomendações de Bardin, são estabelecidas as seguintes categorias que devem contribuir para dar andamento ao processo de análise:

A) Jornalismo ambiental - conforme as três funções de destaque, pontuadas por Bueno (2008): informar, ser pedagógico e político (envolvendo os cidadãos nos transtornos ambientais).

B) Acompanhamento e fiscalização do poder público – função fundamental do Jornalismo ao atentar-se às ações dos poderes, em específico o Executivo nesse estudo

C) Imagem - do presidente Bolsonaro e do seu governo por meio da análise construída em torno dos problemas das queimadas na Floresta Amazônica

D) Reputação - do presidente Bolsonaro e do seu governo quanto aos incêndios na Amazônia

4.2 EFEITO DAS QUEIMADAS

Figura 1 – Primeiro texto da análise

Em balanço de 300 dias, governo infla medidas, usa dados incorretos e tem abordagem ideológica

Com ministro envolvido em esquema e cortes na educação, Planalto disse que acabou com corrupção e investiu no ensino

Fonte: Fabrini et al. (2019)

Ao adentrarmos na análise das matérias escolhidas, temos como primeiro objeto para estudo um balanço realizado pelo Governo Federal acerca dos 300 dias iniciais da gestão de Bolsonaro. Publicada no dia 11 de novembro de 2019, a notícia **“Em balanço de 300 dias, governo infla medidas, usa dados incorretos e tem abordagem ideológica”** (ANEXO A) utiliza o documento “300 Dias Recuperando a Confiança”, distribuído à jornalistas que participaram de cerimônia alusiva à data no Palácio do Planalto. Já em seu título e parágrafo inicial, os jornalistas deixam claro que as informações contidas no documento precisam ser questionadas.

Na celebração dos 300 dias da gestão de Jair Bolsonaro (PSL), o governo divulgou um balanço que apresenta, entre as medidas, ações superdimensionadas, informações que divergem de dados divulgados por órgãos oficiais e trechos com abordagem ideológica (FABRINI et al., 2019).

Neste ponto, podemos observar que a notícia já contempla uma das categorias da análise ao acompanhar e fiscalizar as ações do poder público, como explanado por Traquina (2004) e Reginato (2015), uma vez que se dispõe a não apenas divulgar o que recebe, mas de expor e contrapor as informações de forma a resgatar não apenas a notícia, mas o que resulta dela por meio da análise e conferência dos dados e posterior publicação do que é incorreto.

Dessa maneira, ao selecionarmos os escritos sobre a questão ambiental, é possível perceber que, dentre os três tópicos destacados por Bueno (2008), apenas a parte informativa se faz presente ao demonstrar cientificamente e de forma clara que o que fora expressado pelo governo não encontra sustentação na realidade.

Na área ambiental, o levantamento sustenta ter havido "redução das queimadas no Brasil entre janeiro e agosto". O documento não apresenta nenhum número. Dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), órgão federal que faz esse tipo de monitoramento, mostram o contrário. Relatório do Programa Queimadas, mantido pelo instituto, diz que o aumento no número de focos foi de 71% e é, "sem dúvida, expressivo" (FABRINI et al., 2019).

Quanto aos demais pontos destacados por Bueno (ser pedagógica e também política, além de informativa) a matéria não evidencia, no entanto, as causas, nem propõe soluções ou promove a participação da população como forma de solucionar esses problemas, não sendo, portanto, pedagógica e nem política. Ao abordar outros fatores além da questão ambiental, o texto não dá enfoque direto ou superior a qualquer um dos temas retratados e debatidos.

A partir do título da notícia é possível também identificar a ênfase dada aos aspectos negativos como a utilização de dados errôneos, a dilatação de medidas e o comportamento ideológico assumido pelo governo. Ao tratar sobre as queimadas, os dados divulgados não conferem com as demais apurações e divulgações dos próprios órgãos oficiais. Esses fatos projetam uma imagem negativa do governo, como explicado por Gomes (1999, 2004), Weber (2004, 2009) e Baldissera (2006, 2008), o qual é visto, ao menos, como desorganizado e contraditório já que o documento do Executivo informa o oposto das instituições voltadas ao meio ambiente.

É viável apontar que a divulgação de dados inverídicos ou imprecisos resultou na diminuição da confiança em Bolsonaro e também minam, aos poucos, a reputação, conduzindo a um conceito pouco positivo como será demonstrado adiante nesse capítulo mediante análise e explanação de dados que abarcam o tema.

Figura 2 – Segundo texto da análise

Cientistas não assinam estudo sobre queimadas com medo de represálias do governo

Pesquisa mostra que, ao contrário do discurso do governo Bolsonaro, queimadas em 2019 superaram média dos últimos anos

Fonte: Watanabe (2019b)

A segunda notícia analisada, publicada no dia 18 de novembro de 2019, **“Cientistas não assinam estudo sobre queimadas com medo de represálias do governo”** (ANEXO B), logo em seu subtítulo informa que a “pesquisa mostra que, ao contrário do discurso do governo Bolsonaro, as queimadas em 2019 superaram média dos últimos anos” (WATANABE, 2019b). Esse enunciado permite identificar o fator de fiscalização, pois Folha chama atenção para a contradição entre o discurso do governo Bolsonaro e a realidade das queimadas em 2019, superior à média registrada.

Membros do governo Bolsonaro inicialmente minimizaram as queimadas no país. Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores, chegou a dizer, em uma reunião fechada com investidores e empresários em Washington, em setembro, que os satélites usados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) não conseguiam distinguir "grandes incêndios" de "fogueiras de acampamento" (WATANABE, 2019b).

Ao perceber que os dados seriam contrários ao que o governo alardeava, diversos pesquisadores solicitaram que seus nomes não fossem incluídos na publicação para evitar sanções, como ocorrera com outros, já explicados aqui.

Segundo o estudo —que se baseou em dados do Inpe, um dos institutos que foi alvo de ataques de Bolsonaro e seus ministros—, o número de incêndios em agosto deste ano foi quase três vezes maior do que em 2018. Além disso, trata-se do valor mais alto desde 2010 (WATANABE, 2019b).

Com esse detalhamento do fato, pesquisadores pedem retirada dos seus nomes dos estudos contrários ao que o governo Bolsonaro diz. O texto publicado também expõe os bastidores da área de pesquisa no Brasil revelando descontentamento e temor das equipes envolvidas no trabalho quanto à possíveis represálias. A situação é mais uma sinalização que reforça a imagem negativa do

governo brasileiro, pois os pesquisadores não se sentem encorajados a assumir publicamente suas posições, mesmo que baseados na realidade e solidez dos dados científicos.

A informação anterior também contrapõe a primeira notícia da análise, uma vez que, a partir dos dados oficiais dos órgãos responsáveis pela fiscalização e monitoramento das florestas no país, o estudo explicita o aumento no número de incêndios em agosto quando o governo divulgava redução nas queimadas em seu documento.

Os autores, com base em dados deste ano do Deter (sistema de detecção do desmatamento em tempo real), do Inpe, também afirmam que há fortes evidências sobre a relação do fogo com a alta do desmatamento. “O aumento acentuado de ambos os incêndios e os desmatamentos em 2019 refuta, portanto, a consideração de que agosto de 2019 foi um mês ‘normal’ na Amazônia brasileira”, diz o estudo.

Membros do governo, como Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, também associaram as queimadas a um clima mais seco no bioma, o que também é refutado pelo estudo em questão. (WATANABE, 2019b).

O jornalista expõe ao longo do texto os motivos aos quais o estudo identificou como associados às queimadas, mas, novamente, sem propor soluções ou informar maneiras de denunciar ou ainda ações que possam contribuir para a diminuição destes crimes. A prática do jornalismo ambiental é apenas informativa.

A imagem já se encontra abalada uma vez que não há o sentimento de liberdade por parte dos servidores das instituições para que exerçam suas funções, deste modo levando à desconfiança dos dados e informações divulgadas pelo governo. Esses atos resultarão também no abalo da reputação.

Figura 3 – Primeiro editorial da análise

Sinistro amazônico

Impossível não associar a alta do desmatamento a atos e omissões de Bolsonaro

Fonte: Folha de São Paulo (2019d)

O editorial “**Sinistro Amazônico**” (ANEXO C), publicado em 20 de novembro de 2019, aborda de forma geral as políticas adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente em seus primeiros 11 meses. Escrito após três meses do início das queimadas, o texto responsabiliza de maneira direta Ricardo Salles e Jair Bolsonaro pelos fatos. Nas palavras da Folha de São Paulo, “os ventos que Bolsonaro e Salles

semearam resultam agora na colheita de tempestade dupla” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019d).

Iniciado com uma afirmação e responsabilização direta, o texto não permite dúvidas quanto ao entendimento do jornal ao sustentar que é “impossível não associar a alta do desmatamento a atos e omissões de Bolsonaro” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019d).

O texto utiliza diversos adjetivos para mostrar o tom de descontentamento. Palavras e frases como “esforço fútil e inútil”, “processo nefasto”, “calendário da destruição” e “vociferava”, entre outras, se fazem presente ao longo dos 11 parágrafos ao mesmo tempo em que apresenta mais dados.

Não resta dúvida, porém, de que a política de Bolsonaro, ou a falta dela, contribuíram e muito para “potencializar” (como disse o próprio presidente) esse processo nefasto.

Segundo dados preliminares do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), de janeiro a outubro de 2019 caíram 8.300 km² de mata amazônica, 70% mais que no mesmo período do ano anterior. Nessa toada, a taxa anual de 2019-20 poderá ultrapassar 12 mil km² (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019d).

Percebe-se que os dados apresentados continuam sendo contrários ao que o governo divulga e, indo além, imputa as autoridades pelos problemas:

Já no Planalto, Bolsonaro não se limitou a ataques retóricos contra a proteção da Amazônia. Enquanto vociferava em defesa da soberania sobre a maior floresta tropical do mundo, aprofundava a destruição —incentivando garimpeiros, esvaziando o Ibama, intervindo no Inpe, menosprezando queimadas.

Acima de tudo está o fato de que Salles até hoje não apresentou política ou programa consequente para enfrentar a situação dramática. Sua medida mais proeminente foi inviabilizar o Fundo Amazônia, subtraindo doações internacionais que financiavam projetos de alternativa à destruição (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019d).

A personificação dos atos é notada na visão do jornal. Os mandos e desmandos são sempre atribuídos a um ou outro, Bolsonaro e Salles, sem responsabilizar os órgãos como um todo, atrelando tais atos apenas à imagem e reputação dos dois responsáveis principais pela tomada de decisão na área ambiental. Dessa forma, fica claro que o ocorrido é resultante das vontades de presidente e do ministro e não dos demais funcionários que apenas obedecem às ordens de seus superiores.

Questões internacionais também são abordadas, informando as consequências e repercussões dos acontecimentos e do mesmo modo o impacto no meio ambiente:

[...] o país não logrará cumprir metas de redução do desmate assumidas no Acordo de Paris, deixando de dar sua contribuição para mitigar a crise do clima planetário.

Pior, surgem sinais de que o rastilho de ressecamento da Amazônia já se acendeu na sua porção sudeste, não por acaso a que abriga o chamado Arco do Desflorestamento. A prosseguir o fenômeno batizado como “savanização”, agronegócio e hidrelétricas sofrerão perdas com a redução de chuvas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019d).

O editorial não faz nenhuma cobrança de ações do governo, mas, sim, acompanha e prove aos leitores informações concretas e reais para que estes possam formar suas opiniões sobre o assunto.

Figura 4 – Quarto texto da análise

Bolsonaro diz que desmatamento é cultural no Brasil e não acabará

Ministro do Meio ambiente, contudo, diz que governo espera reduzir destruição ilegal em 2020

Fonte: Uribe, Coleta e Moreira (2019)

O quarto material dessa análise é composto pela notícia **“Bolsonaro diz que desmatamento é cultural no Brasil e não acabará”** (ANEXO D), também publicada no dia 20 de novembro de 2019. A notícia expõe afirmação do presidente como gancho para tratar sobre fatos anteriores e de que maneira o país chegou ao atual cenário. O subtítulo “Ministro do Meio ambiente, contudo, diz que governo espera reduzir destruição ilegal em 2020” demonstra, outra vez, que os órgãos e pessoas integrantes do governo agem de forma desorganizada e mostram que cada um tem a sua preocupação, conforme a informação que enfatiza.

Os autores resgatam dados do INPE e apontam que “após um crescimento recorde da destruição da vegetação amazônica, o presidente Jair Bolsonaro minimizou nesta quarta-feira (20) o aumento do desmatamento e disse que ele não acabará no Brasil” (URIBE, COLLETA e MOREIRA, 2019), ao mesmo tempo em que, adiante, contrapõem com a fala de Ricardo Salles, exposta no mesmo dia.

Apesar de o presidente Bolsonaro tratar como cultural a questão do desmatamento, o ministro Ricardo Salles disse, também nesta quarta (20), que o governo espera reduzir a destruição ilegal do bioma já em 2020. Ele, contudo, não apresentou uma meta (URIBE, COLLETA e MOREIRA, 2019).

A observação de que faltam metas comuns ou dados que sustentem as afirmações de Bolsonaro e Salles são presentes ao longo do texto. "Não existe

ambientalismo de resultados sem metas, prazos, atribuições e recursos. Sem isso, nenhum plano é efetivo", afirmou Mauricio Voivodic, diretor-executivo da ONG WWF-Brasil. Esses fatos servem para demonstrar a desconfiança que já era presente nesse momento onde a imagem e reputação já esvaía.

Eu vi a Marina Silva criticando anteontem. No período dela, tivemos a maior quantidade de ilícitos na região amazônica", disse o presidente, que não apresentou, no entanto, dados para provar a sua afirmação. (URIBE, COLLETA e MOREIRA, 2019).

Na mesma matéria, os autores entrevistam Carlos Nobre, pesquisador aposentado do Inpe e membro da Academia Brasileira de Ciências, que diz:

Os portugueses quando chegaram aqui desmataram a Mata Atlântica, os europeus também. Não há dúvida que existe uma cultura de desmatamento, agora, estamos no século 21. E além da cultura de desmatamento, também há a de quem comete o crime ambiental e sabe que não haverá punição" (NOBRE, 2019 apud URIBE, COLLETA e MOREIRA, 2019).

Parte dessa afirmação é reforçada por outro entrevistado, o diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Andre Guimarães, que concorda que a cultura da impunidade prevalece, porém, discordando que haja cultura de desmatar.

Em primeiro lugar, de acordo com os dados do Ipam, em torno de 35% do desmatamento acontece em áreas públicas não destinadas, ou seja, patrimônio brasileiro. Já as áreas públicas destinadas, como as unidades de conservação, o percentual é de 10%. Os dados contradizem o presidente porque mais de 45% do desmatamento é ilegal (GUIMARÃES, 2019 apud URIBE, COLLETA e MOREIRA, 2019).

Por ser um texto extenso, a abordagem se dá em diferentes frentes como as afirmações do presidente e do ministro, uma reunião entre Ministério do Meio Ambiente e Governadores, o planejamento para a COP-25 e o aumento nas taxas de desmatamento que tem como fase final as queimadas.

Ao final da notícia, os jornalistas recuperam algumas das afirmações de Bolsonaro durante a campanha e também os atos pós eleição.

Na campanha presidencial, Bolsonaro criticou repetidas vezes a fiscalização ambiental feita pelo Ibama e afirmou que o país tem muitas unidades de conservação e terras indígenas.

No cargo, não diminui o tom do discurso. Ele exonerou fiscal do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) que lhe aplicou uma multa ambiental em 2012 e disse que atenderá a pedido de garimpeiros para que maquinários não sejam destruídos em operações de fiscalização.

Toda a construção da matéria compara o que é dito com o que é, de fato, realizado, assim como o que o governo mostra com o que os dados indicam. A

pluralidade de fontes, como exposta no segundo capítulo, está presente, contando com a participação de oito agentes distintos, porém, mesmo estando catalogada na editoria Ambiente do jornal, a notícia interage muito mais com o Poder. Também é significativo que as informações divulgadas pelo governo, seja de maneira oficial pelos canais do Ministério do Meio Ambiente, ou por meio das afirmações pessoais de Bolsonaro e Salles, e que contradizem os dados de outros órgãos, são todas contestadas e expostas contribuindo para o aumento da insegurança com o exposto por estes. O jornal reforça sua função fiscalizadora.

Figura 5 – Quinto texto da análise

Após criar distração ambiental, Bolsonaro lava as mãos para desmatamento

Diversionismo parece ser o único método de um presidente que escolhe não agir

Fonte: Boghossian (2019)

Publicada no dia 21 de novembro de 2019, a coluna de Bruno Boghossian divulga o texto “**Após criar distração ambiental, Bolsonaro lava as mãos para desmatamento**” (ANEXO E) em que o jornalista e mestre em ciência política confere a Bolsonaro a fabricação da “própria crise na área ambiental”.

[...] pôs em dúvida dados oficiais, demitiu o responsável pelo órgão de monitoramento do setor e comprou briga com países que ajudavam o Brasil a conter a derrubada das florestas. Agora, os números mostraram um recorde na devastação da Amazônia. Jair Bolsonaro não está nem aí (BOGHOSSIAN, 2019).

Gozando de maior liberdade que os repórteres do jornal, o texto opinativo, assim como o editorial visto anteriormente, enumera as ações do governo na esfera ambiental citando que o presidente procura o “diversionismo”, cria teorias conspiratórias, culpa ONGs, demite quem faz um trabalho respeitável. Com entonação negativa, o autor é bastante crítico:

O diversionismo parece ser o único método de Bolsonaro. O presidente procura os holofotes para inventar teorias conspiratórias, acusar ONGs de envolvimento na devastação e demitir o diretor do Inpe que divulgou números que antecipavam o tamanho do desastre. Na hora de enfrentar o problema, no entanto, só parece disposto a lavar as mãos (BOGHOSSIAN, 2019).

Identifica-se que o conjunto proposto por Bueno (2008) encontra lugar apenas no caráter informativo que a publicação tem, mas aliado à função de acompanhamento do jornalismo, conforme Traquina (2004). Não há um resgate ou

tentativa de resgatar a imagem pública por parte de Bolsonaro ou seu governo atrelado aos expostos até aqui.

Figura 6 – Sexto texto da análise

Após criticar países ricos, Bolsonaro vai pedir US\$ 50 milhões para Amazônia

Governo vai aproveitar encontro da ONU em Madri para pedir doações a nações desenvolvidas
Fonte: Uribe e Coletta (2019)

A primeira notícia internacional selecionada para o estudo destaca: **“Após criticar países ricos, Bolsonaro vai pedir US\$ 50 milhões para Amazônia”** (ANEXO F). Publicada em 21 de novembro de 2019, trata sobre os planos para participação do Brasil na conferência COP-25, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), para debater as alterações climáticas no planeta e aborda também a vontade de criação por parte do governo brasileiro de um novo fundo para proteção da Amazônia.

Meses depois de o presidente Jair Bolsonaro declarar que países estrangeiros queriam comprar a Amazônia e de recusar ajuda financeira para a floresta, o governo brasileiro vai aproveitar a conferência da ONU sobre mudanças climáticas, a COP-25, para pedir doações a nações desenvolvidas destinadas a um novo fundo de preservação do bioma (URIBE e COLETTA, 2019).

Ao expor que “por causa da imagem negativa do Brasil no exterior com as queimadas na Amazônia e, mais recentemente, com a alta recorde no desmatamento” (URIBE e COLETTA, 2019), os autores inferem a existência de uma visão danosa ao país na área ambiental, mas também ressaltam que o movimento de criação do novo fundo é uma ação do governo para tentar resgatar a imagem positiva e “que o dinheiro seja usado em projetos em todos os países amazônicos, em um esforço para diluir o desgaste” (URIBE e COLETTA, 2019).

Nos primeiros meses de seu mandato, Bolsonaro foi um forte crítico de ações patrocinadas por estrangeiros, principalmente europeus, para a proteção ambiental na Amazônia. Ele já declarou que governos de outros países estavam tentando “comprar à prestação” a região (URIBE e COLETTA, 2019).

O novo fundo, administrado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), foi apresentado em reunião com embaixadores de países desenvolvidos e, de acordo com as informações do governo “objetivo é financiar projetos na Amazônia nas áreas de reflorestamento, agricultura e infraestrutura

sustentáveis, bioeconomia, regularização fundiária, redução de emissões e pagamento por serviços ambientais” (URIBE e COLETTA, 2019).

Esse trecho da notícia apenas informa, sem contestar ou contrapor as informações como outros fatos, como já vimos em outras matérias do jornal, possivelmente por se tratar de plano futuro sem muitos dados concretos em termos de projeções para essa iniciativa.

Os autores focam nas tentativas de buscar apoio de organismos internacionais para “constituir um mecanismo que financie projetos de sustentabilidade na Amazônia é uma reação à crise de imagem internacional do Brasil em assuntos ambientais” (URIBE e COLETTA, 2019). Ao relatar essas iniciativas, apontam as dificuldades devido ao período das queimadas ilegais que afetou a imagem do país no exterior e a reputação que fora construída a partir de décadas de trabalho na área ambiental.

Por fim, a notícia expõe que o governo possui mais iniciativas a fim de conseguir ajuda dos órgãos internacionais, também sem viés crítico.

Na quarta-feira (20), após um encontro com governadores na Amazônia Legal, Salles afirmou em uma coletiva de imprensa que uma cooperação com a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) está em fase de captação de recursos. Interlocutores no governo Bolsonaro estimam que o Brasil pode captar até US\$ 100 milhões com essa fonte (URIBE e COLETTA, 2019).

Figura 7 – Sétimo texto da análise

A um mês do recesso, Congresso cria três CPIs sobre desastres ambientais

Senadores que propuseram os inquéritos querem começar os trabalhos apenas em 2020
Fonte: Carvalho e Brant (2019)

A proposta sugerida pela Câmara dos Deputados e o Senado para a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) é debatida na notícia “**A um mês do recesso, Congresso cria três CPIs sobre desastres ambientais**” (ANEXO G), publicada em 25 de novembro de 2019. Nela, os jornalistas destacam que “diante da lentidão de resposta do governo a desastres ambientais”, os políticos integrantes das duas cúpulas decidiram formar CPIs para “investigar dois dos episódios mais recentes com repercussão internacional: as queimadas na Amazônia e o vazamento de óleo no litoral brasileiro” (CARVALHO e BRANT, 2019).

Outra vez, a notícia menciona a forma como o planeta estava percebendo as atitudes do governo brasileiro frente às queimadas e também a repercussão interna da resposta, classificada pelos políticos do legislativo como “lenta”.

A matéria utiliza seu espaço também para informar os leitores sobre o funcionamento e finalidade das comissões, favorecendo o entendimento daqueles que não estejam habituados aos trâmites políticos.

As CPIs são criadas pelo Congresso com poder de investigação por um prazo que pode chegar a 180 dias. Nesse período, é possível ouvir indiciados, questionar testemunhas e pedir informações e documentos de órgãos públicos. No fim, as comissões podem fazer sugestões de indiciamento ao Ministério Público e encaminhar propostas de lei (CARVALHO e BRANT, 2019).

Destacado no texto, os autores esclarecem que as CPIs são “uma forma de o Congresso passar um recado para o governo” e “também serve de termômetro do relacionamento entre Legislativo e Executivo” (CARVALHO e BRANT, 2019). Mais do que informativa, a matéria também serve como educação política ao leitor uma vez que se dispõe a explicar o que é e como funciona a CPI. Sendo assim, as três funções destacadas por Bueno (2008) estão presentes na matéria e contribuem de forma significativa para o entendimento sobre o tema.

Assinalam também que o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) “passou a CPI para investigar as origens do óleo no litoral do Nordeste à frente de outros quatro requerimentos” e que “Maia teve um embate com o ministro Ricardo Salles” (CARVALHO e BRANT, 2019) ao cobrar publicamente explicações sobre os desastres ambientais.

Outro fator pontuado é o anúncio, por parte do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), de outra CPI para “proceder investigações a respeito das causas da ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019” (CARVALHO e BRANT, 2019).

Ao entrevistar o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o político afirma que sua proposta é diferente das outras duas CPIs pois o foco “é a destruição da governança ambiental que, no meu entender, levou à ampliação dos índices de desmatamento” (RODRIGUES, 2019 apud CARVALHO e BRANT, 2019).

Dessa forma, em conjunto com as afirmações anteriores, percebe-se que a relação entre os poderes estava abalada uma vez que houve necessidade de realizar

investigação de atos do Executivo em dois setores da política nacional e que as palavras escolhidas pelos representantes são negativas e contrárias ao plano posto em prática por Ricardo Salles e Jair Bolsonaro.

Figura 8 – Oitavo texto da análise

Desmatamento ilegal zero não deve acontecer, diz ministro do Meio Ambiente

Salles, porém, defende a adoção de meta para reverter a tendência de alta e diz que aumento de desmate inferior a 29,5% será uma conquista em 2020

Fonte: Uribe e Amaral (2019)

Em reportagem conjunta, o jornalista Gustavo Uribe, da Folha, e a jornalista Luciana Amaral, do UOL, entrevistaram o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles sobre “o recorde desta década de destruição da floresta amazônica”. Intitulada **“Desmatamento ilegal zero não deve acontecer, diz ministro do Meio Ambiente”** (ANEXO H) e publicada em 29 de novembro de 2019, a notícia faz um compilado das respostas de Salles durante entrevista em vídeo.

O ministro defende adoção de meta para redução do desmatamento ilegal no país e afirmou que não deve ocorrer o índice zero por ser uma atividade ilegal. “Salles afirma que, se em 2020 o país atingir um aumento anual do desmatamento inferior a 29,5%, como o constatado entre agosto de 2018 e julho de 2019, “será uma conquista” (URIBE e AMARAL, 2019).

A notícia se resume a transcrever as respostas do vídeo sobre as metas para 2020, a destruição, em parte, como suposta cultura brasileira, o acordo de Paris, a Conferência do Clima, da ONU, a mudança no Fundo Amazônia, a destruição de maquinários, o desastre do vazamento de óleo, a evolução patrimonial e a possível mudança de partido. Apesar de extensa e abordando assuntos amplos, a matéria não contrapõe ou questiona as falas de Salles. Contudo, as próprias respostas do Ministro somam ao conjunto do *corpus* de forma a sintetizar o entendimento do governo sobre meio ambiente e algumas são rebatidas em notícias posteriores.

Figura 9 – Nono texto da análise

Às vésperas de conferência do clima da ONU, Bolsonaro publica pacote ambiental

Para especialistas, decretos tentam amenizar imagem negativa do país após crises

Fonte: Watanabe (2019c)

A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-25) foi responsável por um pacote de decretos no setor ambiental assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. A notícia, firmada por Phillippe Watanabe, “**Às vésperas de conferência do clima da ONU, Bolsonaro publica pacote ambiental**” (ANEXO I), em 29 de novembro de 2019, revela que “a publicação próxima ao evento pode ter a intenção de vender uma imagem mais positiva do país na conferência climática” (WATANABE, 2019c). A interpretação do jornalista vai ao encontro da abordagem de Gomes (2004) que considera que o desejo por uma imagem pública favorável resume a cena política atual, sendo também uma investida para conquistar credibilidade.

Ao discorrer sobre os eventos acontecidos ao longo do ano, o autor relembra que, em menos de doze meses, o governo “enfrentou diversas crises ambientais que arranharam a imagem do país internacionalmente” (WATANABE, 2019c). Ele cita as “[...] queimadas na Amazônia em agosto, vazamento de óleo no litoral brasileiro no mês seguinte e aumento do desmatamento na Amazônia[...]” (WATANABE, 2019c).

O autor ressalta ainda os resultados internacionais desses atos dizendo que “ao mesmo tempo, o discurso do governo só inflamava as crises”:

Os eventos tiveram consequências: a Alemanha, por exemplo, suspendeu as verbas para projetos de proteção à Amazônia enviados ao Brasil pelo Ministério do Meio Ambiente alemão. A embaixada diz que a decisão “reflete a grande preocupação com o aumento do desmatamento na Amazônia brasileira” (WATANABE, 2019c).

A matéria também explica que “os decretos publicados nesta sexta (29) parecem tentar apagar esse incêndio perante o mundo” e informa que o decreto sobre desmatamento ilegal cuida de “propor planos e diretrizes e articular e integrar ações estratégicas para prevenção e controle do desmatamento ilegal e recuperação da vegetação nativa nos biomas”, além de “coordenar e monitorar a implementação dos planos contra desmate, como o Ppcdam (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal)” (WATANABE, 2019c).

Por fim, são entrevistados dois especialistas para opinar sobre as publicações. De acordo com a matéria, “os decretos não chegam a animar os especialistas consultados pela reportagem. “É para inglês ver” (WATANABE, 2019c).

Assim, ao reforçar a todo momento que a imagem do país está arranhada, que existe crise de imagem internacional e que esses acontecimentos são de responsabilidade dos governantes, nomeadamente Bolsonaro, constata-se novamente a personificação dos atos e que já existe, na Folha de São Paulo, aspectos que sinalizam para a crise.

Figura 10 – Décimo texto da análise

Primeiro ano de Jair Bolsonaro levanta 'espectro de devastação'

Especiais de NYT e FT responsabilizam brasileiro por destruição da Amazônia que 'ameaça o mundo'

Fonte: Sá (2019)

Ao seguir na análise das notícias publicadas em dezembro de 2019, temos como objeto inicial a coluna de Nelson de Sá que relata que o “**Primeiro ano de Jair Bolsonaro levanta 'espectro de devastação'**” (ANEXO J), publicada no dia 6. A matéria resgata publicações especiais de dois jornais de grande destaque no mundo: New York Times (NYT) e Financial Times (FT).

A notícia divulga que o New York Times destacou que a “Amazônia está totalmente sem lei: A floresta tropical após o primeiro ano de Bolsonaro” em “extensa edição de fotos e vídeos concentrada nas queimadas” (SÁ, 2019). E divulga também a publicação de um caderno de quatro páginas no Financial Times “com a manchete ‘Floresta tropical em destruição ameaça o mundo’ e, logo abaixo, ‘Presidente do Brasil dá de ombros aos temores ambientais para ‘monetizar’ a Amazônia’” (SÁ, 2019).

Existe ainda outro resgate das notícias ao expor que:

Todas as reportagens questionam o governo brasileiro, com títulos como “Espectro de devastação desencadeia feroz batalha pelo futuro da Amazônia” ou “Investidores boicotam o Brasil por preocupação com o desmatamento da Amazônia” (SÁ, 2019).

Outra publicação retratada é a do mensal The Art Newspaper, que possui redações em Nova York, Londres, Paris, Moscou e Pequim. O autor realça que o mensal destacou “novo documentário do chinês Ai Weiwei que retrata as queimadas como esforço para abrir caminho à agropecuária na Amazônia” (SÁ, 2019).

Dessa maneira, é razoável afirmar que a imagem e reputação do Brasil estão sendo impactadas diretamente por meio da repercussão internacional dada ao que os jornais chamam de “destruição” e “devastação”. A própria escolha dos termos utilizados já demonstra a visão negativa que o mundo, aqui destacados por dois jornais importantes, está tendo do país. A coluna, apesar de dar enfoque às questões ambientais, não trata de suas causas ou efeitos nem é pedagógica, portanto, não contemplando as funções destacadas por Bueno (2008).

Figura 11 – Décimo primeiro texto da análise

Alemanha contesta declarações de Salles sobre avanços no Fundo Amazônia

Ministro havia falado em 'fase final' para restabelecimento do fundo e aprovação do país europeu

Fonte: Watanabe e Amaral (2019)

Outra notícia publicada no dia 6 de dezembro de 2019 também aborda relações internacionais a partir dos acontecimentos originados com as queimadas na região amazônica. Em “**Alemanha contesta declarações de Salles sobre avanços no Fundo Amazônia**” (ANEXO K), os jornalistas repercutem resposta alemã à fala de Ricardo Salles sobre o reestabelecimento do fundo de apoio.

Ao iniciar a notícia destacando que:

À Folha Salles disse, na COP-25 (Conferência do Clima da ONU), em Madri, que o Fundo Amazônia deve continuar e que "está tendo um entendimento com os países." Ao jornal O Globo, afirmou que a Alemanha, um dos países doadores do fundo, já havia concordado com as mudanças propostas (WATANABE e AMARAL, 2019).

E logo em seguida evidenciar que “a Alemanha, porém, negou as afirmações e qualquer proximidade de resolução do tema nesta sexta” (WATANABE e AMARAL, 2019), os jornalistas demonstram que o governo brasileiro, outra vez personificado, continua divulgando informações desencontradas e que são negadas por outros citados nestas, o que contribui para a desconfiança.

Adiante, eles enfatizam que “Salles minimizou os recordes de desmatamento e queimadas” (WATANABE e AMARAL, 2019) e transcrevem de uma entrevista em vídeo o trecho:

Essa semana já estamos na fase final da troca de minutas e documentos para o restabelecimento do fluxo de recursos para o Fundo Amazônia. Quer seja da Alemanha ou da Noruega [o outro país doador do fundo], e outros países

que eventualmente queiram participar. Mas em novos padrões (SALLES, 2019 apud WATANABE e AMARAL, 2019).

Imediatamente acrescentam nova fala do Ministro afirmando que "entregamos uma minuta aos doadores, que estão estudando a proposta. A Alemanha já topou. Falta a Noruega" (SALLES, 2019 apud WATANABE e AMARAL, 2019). Outra vez, a informação do ministro é rebatida, desta vez, com uma nota da embaixada da Alemanha no Brasil.

A Embaixada da Alemanha diz ter recebido com espanto as declarações de Salles sobre o Fundo Amazônia. "A Embaixada recebeu no início dessa semana, uma proposta formal do BNDES para reformular o Fundo Amazônia, autorizada, segundo o BNDES, pelo Ministro Salles. Esta proposta está em avaliação e a Alemanha não comentou o assunto até o momento com o lado brasileiro", diz a embaixada, em nota. (WATANABE e AMARAL, 2019).

Por fim, a notícia traz ainda a recordação de episódios anteriores nos quais houve a divulgação de informações posteriormente desmentidas por Alemanha e Noruega sobre o Fundo Amazônia que ajudam a danificar a imagem e reputação, como explanado por Thompson (2002), correspondendo ao respeito e confiança atribuídos aos atores políticos.

Em maio, Salles convocou uma coletiva de imprensa na qual afirmou, sem apresentar documentos ou maiores informações, que havia detectado irregularidades em contratos do Fundo Amazônia com ONGs. Na ocasião, o ministro disse que os países doadores do fundo, Noruega e Alemanha, estavam cientes de que o governo Bolsonaro queria fazer mudanças no fundo.

Os países, porém, afirmaram que não tinham sido informados do conteúdo da coletiva de imprensa ou da vontade do governo (WATANABE e AMARAL, 2019).

Ao analisarmos as informações com base nos textos de Traquina (2004), nota-se que a matéria cumpre o papel fiscalizador destinado ao Jornalismo ao vigiar e examinar se as falas e ações são condizentes com o que fora apresentado. dizentes com o que fora apresentado.

Figura 12 – Décimo segundo texto da análise

80% dizem ao menos desconfiar de declarações de Bolsonaro, diz Datafolha

Segundo pesquisa, 43% nunca confiam em afirmações do presidente, e 37% confiam às vezes; 19% confiam sempre

Fonte: Folha de São Paulo (2019e)

Embora não seja possível identificar inicialmente que a matéria trate da questão das queimadas, Folha de São Paulo repercute, no dia 6 de dezembro de 2019, pesquisa em que **“80% dizem ao menos desconfiar de declarações de Bolsonaro, diz Datafolha”** (ANEXO L). A publicação informa que, após “ouvir 2.948 pessoas em 176 municípios em todo o país”, chegou-se ao dado de que “43% dos entrevistados disseram que nunca confiam em afirmações do presidente, e 37% declararam confiar às vezes. Os que dizem confiar sempre são 19% dos entrevistados —1% não soube responder (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019e).

A partir desse dado fica claro que a imagem pública e a reputação de Bolsonaro estão abaladas. No trecho seguinte, a notícia estabelece relação direta com o tema aqui em investigação. Em uma de suas declarações quase diárias aos jornalistas, Bolsonaro “fez comentários que contribuíram para uma crise diplomática relacionada às queimadas na Amazônia” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019e).

Além disso, a imagem de Bolsonaro como presidente do país também é exposta no estudo que divulga como os entrevistados veem suas atitudes quando relacionadas com o cargo que ocupa.

Um total de 28% disse que em nenhuma situação ele se comporta como um presidente deveria se comportar, enquanto outros 28% afirmaram que, na maioria das vezes, ele se comporta de acordo com o cargo que ocupa. Para 25%, em algumas situações ele se comporta adequadamente, mas, na maioria, não. Outros 14% afirmaram que as atitudes são adequadas em “todas as ocasiões” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019e).

Figura 13 – Décimo terceiro texto da análise

Na COP-25, Alcolumbre diz que Congresso não deve aceitar retrocessos ambientais

Fonte: Amaral (2019)

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), concedeu entrevista à Folha no dia 7 de dezembro, em Madri, na Espanha, durante participação na COP-25. A jornalista Ana Carolina Amaral titula que **“Na COP-25, Alcolumbre diz que Congresso não deve aceitar retrocessos ambientais”** (ANEXO M) e descreve que o político se encontrou com representantes de diversas ONGs brasileiras.

O fato significativo para a presente análise é o questionamento ao senador quanto às permissões para evitar retrocessos na legislação ambiental. Ele esclarece

que “desde o dia em que os ex-ministros levaram suas preocupações, a Câmara e o Senado fizeram uma conciliação, tanto é que não aconteceu nada. Então o pedido deles foi aceito” (ALCOLUMBRE, 2019 apud AMARAL, 2019).

Logo abaixo a jornalista relaciona com os incêndios ocorridos e explica que “em agosto, por conta da crise das queimadas na Amazônia, um grupo de ex-ministros do Meio Ambiente pediu que o Congresso não tramitasse projetos de lei que representassem retrocessos ambientais” (AMARAL, 2019).

A apresentação desse fato é somada à movimentação dos Estados nas pautas de meio ambiente de forma separada do Governo Federal pois “[...] o governo federal tem se colocado contrário às políticas atuais de controle ambiental” (AMARAL, 2019). Dessa maneira, é admissível entender que os Governos Estaduais não mais confiam ou possuem afinidade com a Federação para assumir a defesa de seus recursos naturais como as florestas. Outra vez, ao informar, a notícia também traz palavras negativas, como “retrocessos ambientais” e “crise das queimadas”, quanto ao governo de Bolsonaro, ora por parte dos entrevistados, ora pelo entendimento da própria autora a partir dessas informações repassadas.

Há ainda comentários sobre a agenda do ministro Ricardo Salles, em que “para observadores das negociações, a agenda apresentada pelo ministro na última semana não é típica de um ministro de Estado em uma conferência internacional de clima” (AMARAL, 2019). Novamente, informação que pesa sobre a visão internacional que o país vem tendo.

Figura 14 – Décimo quarto texto da análise

Declarações de Bolsonaro e aliados sobre queimadas e AI-5 afastam investidores, diz Maia

Para presidente da Câmara, falas geram insegurança e prejudicam o próprio governo

Fonte: Boldrini, Brant e Carvalho (2019)

Em nova repercussão a partir da declaração do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os autores destacam “que declarações sobre o AI-5 e sobre queimadas na Amazônia dadas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e membros do governo afugentam investidores e diminuíram crescimento do país em 2019” (BOLDRINI, BRANT e CARVALHO, 2019).

A matéria “**Declarações de Bolsonaro e aliados sobre queimadas e AI-5 afastam investidores, diz Maia**” (ANEXO N), publicada no dia 19 de dezembro de 2019, traz o depoimento do deputado federal ao comentar sobre a economia e o crescimento do país. “E se continuar com essas declarações, ano que vem que pode crescer 2,5% também vai crescer menos. É uma questão de bom senso” (MAIA, 2019 apud BOLDRINI, BRANT e CARVALHO, 2019).

"Há um compliance de muitas empresas de que o tema 'meio ambiente' é relevante, democracia é relevante. [...] Atrapalha o Brasil, óbvio, mas atrapalha também o governo do próprio presidente” (MAIA, 2019 apud BOLDRINI, BRANT e CARVALHO, 2019).

Assim como na análise realizada a partir de matéria com o presidente do Senado, percebe-se que o poder Legislativo se preocupa com a imagem do Brasil no exterior e tenta aconselhar Bolsonaro e seus ministros para que cuidem de como é afetada a reputação do país a partir das declarações dadas por eles.

Além disso, a questão ambiental não é debatida de forma mais aprofundada, porém a matéria cumpre as duas funções informativas destacadas para as análises bem como o acompanhamento das ações do poder público.

Figura 15 – Segundo editorial da análise

Amazônia já

Desastre conduzido pelo governo Bolsonaro demanda reação enérgica da sociedade

Fonte: Folha de São Paulo (2019f)

Em seu último editorial sobre a pauta ambiental, em 2019, a Folha de São Paulo publicou, no dia 22 de dezembro, “**Amazônia já**” (ANEXO O) em extensa análise do primeiro ano de governo Bolsonaro e suas decisões sobre o meio ambiente.

O jornal resgata que:

“O governo Jair Bolsonaro tinha meros 25 dias no poder quando se deflagrou a maior tragédia ambiental do Brasil. Barragem da mineradora Vale se liquefez em Brumadinho (MG) e levantou um tsunami de rejeitos que matou 270 pessoas” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019f).

Logo após diz que isso “era o prenúncio ominoso do que estava por vir, num ano pleno de más notícias para o meio ambiente —para nada dizer das notícias

fraudulentas despejadas sobre o assunto desde o Planalto” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019f).

Nesses trechos é perceptível que a Folha mantém a postura combativa e o discurso crítico ao mesmo tempo que informa e classifica as ações do governo, destacando também que muitas desinformações na área ambiental partiram de Bolsonaro e Salles.

O texto se refere às manifestações anteriores de Bolsonaro e afirma que “seus discursos funcionaram como combustível para inflamar os ânimos da coalizão predatória contra a floresta, composta por grileiros, madeireiros ilegais e pecuaristas, e não faltou quem previsse a alta no desmatamento” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019f). O jornal continua e retrata a resposta de Bolsonaro aos dados sobre o aumento do desmatamento, importante aqui por ser item inicial ao processo que termina nas queimadas.

Bolsonaro reagiu como sabe, negando a realidade com fabulações paranoicas contra o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que conduz o monitoramento da devastação há três décadas. O presidente acusou o Inpe de falsificar dados e de estar a serviços das ONGs (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019f).

As palavras escolhidas pela Folha ao relatar esses fatos atacam diretamente a imagem e reputação de Jair Bolsonaro que é identificado como alguém que “nega a realidade” e é “paranoico”.

Mas as análises do jornal não se detêm apenas nas ações e comentários do presidente, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é citado em trecho atribuindo que ele foi “[...] escolhido para desmontar as políticas da própria pasta do Meio Ambiente, cismou com o Fundo Amazônia, fonte de recursos para a floresta mantida por Noruega e Alemanha. [...] só conseguiu paralisar o mecanismo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019f).

Em relação a Salles, o tom utilizado também é acusatório por suas ações, vistas como ineficazes ou ainda como contrárias ao próprio meio ambiente. A Folha se refere em seguida ao que chamou de “desgoverno ambiental” ao abordar que o mundo estava se dando conta “[...] em agosto e setembro, na estação seca, com a explosão das queimadas que se seguem ao corte” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019f).

O texto continua informando que “Bolsonaro inventou que não havia aumento de focos de incêndio, em comparação com anos anteriores, e que as ONGs estavam queimando as matas” e que “Imobilizado pela narrativa negacionista, o governo federal demorou a reagir. Com enorme atraso, montou operação espetaculosa [...]” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019f).

A seguir, ao relacionar os atos do vazamento de óleo ocorrido no litoral do Nordeste brasileiro, o jornal é enfático ao dizer que “repetiu-se o padrão de comportamento que mescla alienação, calúnia e inoperância, agora com Salles na vanguarda” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019f).

A notícia possui iniciativa pedagógica e política, com informações mais amplas sobre a política ambiental, demonstrando que a inoperância estatal não é acidental, mas, sim, resultado de uma política de governo. Outra vez, as funções propostas por Bueno (2008) são contempladas em sua plenitude. Por ter caráter de posicionamento, o editorial é utilizado para convencer a opinião pública, sendo neste caso pedagógico, político e informativo.

Mais uma vez, Presidente e ministro são responsabilizados diretamente pelos danos causados, seja por ações diretas, divulgação de informações incorretas ou ainda a omissão na defesa do meio ambiente.

O texto declara que “o papel bisonho desempenhado pelo ministro a serviço de Bolsonaro fecharia 2019 [...] como nele entrou, metendo os pés pelas mãos” e que Salles durante a COP-25 “saiu dela como protagonista da obstrução que a transformou num fiasco” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019f).

Após essa sucessão de críticas, o editorial salienta ainda que:

Com tal sequência de desmandos, a área ambiental responde, até aqui, pelos danos mais palpáveis infligidos pelo bolsonarismo ao país. A alta de 29,5% no desmate da Amazônia junta números às declarações e ações desastradas do governo —com **perda devastadora também para a imagem** do país. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019f, grifo nosso).

Ao finalizar, o jornal pede que “Governadores, Congresso, empresariado e **opinião pública** podem e devem mobilizar-se contra retrocessos conduzidos pelo Executivo federal” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019f, grifo nosso).

Dessa maneira, não só o jornal informa, ao relatar os principais pontos de problema ocorridos em 2019 no setor ambiental, como também repercute, nomeia e

cobra uma ação de toda a sociedade. Além disso, destacam especificamente os danos causados à imagem do país no exterior.

Figura 16 – Último texto da análise

Salles muda política ambiental do Brasil e provoca desmonte

País ficou com imagem arranhada após queimadas, desmate e atuação na COP-25

Fonte: Brant e Watanabe (2019)

Em notícia publicada no dia 24 de dezembro, os jornalistas apontam que **“Salles muda política ambiental do Brasil e provoca desmonte”** (ANEXO P). Em matéria que também faz abordagem anual sobre o meio ambiente, eles afirmam que:

O Brasil assistiu ao desmonte de órgãos de fiscalização e gestão, viu o aumento recorde de queimadas e desmatamento (com direito a **alta repercussão negativa internacional**), demorou a agir no mais extenso desastre ambiental do litoral do país e perdeu bilhões de reais com o fim do Fundo Amazônia e a posição de liderança que tinha nas negociações internacionais de clima (BRANT e WATANABE, 2019, grifo nosso).

Aqui, pela dimensão da notícia, vamos nos ater apenas aos fatos relacionados ao objeto deste estudo uma vez que a escalada de ações que resultaram nas queimadas já foi explanada no trabalho.

Ao abordar importante recurso de preservação da floresta, os autores analisam que “na política externa, desde o início Salles adotou uma tática de confronto com países europeus” e que ao ser criticada por Alemanha e França a política ambiental brasileira “em especial no combate ao desmatamento na Amazônia, ele aplicou o mesmo discurso de Bolsonaro de que se tratava de tentativa de interferência na soberania do país” (BRANT e WATANABE, 2019).

Assim, a imagem do país já estava sendo movida de acordo com as falas e ações de Bolsonaro e Salles. Como reforçado pelos autores, ela não era positiva.

O ano ambiental também foi marcado por uma série de crises, às quais Salles muitas vezes reagiu com demora ou negação. Foi o caso das queimadas nas florestas. Até 1º de setembro, o número de focos de incêndio havia batido recorde dos últimos nove anos, com 91.891 pontos de fogo (BRANT e WATANABE, 2019).

Em seguida, contrapõem que “o ministro defendia que o problema era causado pela seca, e não por um aumento de incêndios criminosos”, mas, na realidade, as

“pesquisas mostraram que a seca estava em níveis normais, o que contraria seu discurso” (BRANT e WATANABE, 2019).

Encerrando a questão das queimadas os autores expõem que “junto ao fogo, cresceu o desmatamento, também alvo de gestão desastrosa” (BRANT e WATANABE, 2019). Diferentemente de outras notícias aqui analisadas, esta utiliza muito adjetivos dando ênfase à demora para ação do governo.

O balanço realizado pelos jornalistas contém traços de alerta ao leitor e costura dados que durante o ano aparecem no noticiário de forma fragmentada e isolada. Então, ao fazerem isso, os repórteres trazem uma abordagem mais completa e pedagógica atuando em conjunto com as funções informativas e fiscalizadoras do jornalismo, bem como efetivam a especialização dentro do contexto ambiental.

Durante a análise das 16 matérias destacadas, é possível perceber elementos que se repetem em todas elas, como a abordagem crítica, checagem e fiscalização de dados que resultam na exposição de fatos contraditórios nas ações governamentais e suas repercussões. Os textos também não deixam de usar expressões que adjetivam as ações, reforçam visões negativas, raramente as notícias são apenas informativas. Geralmente, os noticiários sobre crises são também acompanhados de respostas para que sejam solucionados os problemas, porém, não é o que se concretiza a partir do exposto no estudo.

Em associação ao caráter ambiental, grande parte contempla ao menos uma das funções definidas por Bueno (2008). Por fim, a imagem e reputação também são fator integrante com determinada constância dentro da construção das notícias, principalmente por que o próprio noticiário alerta e expõe sobre a perda de credibilidade do Brasil diante de organismos internacionais e governos de outros países e o quanto isso impacta e vai dificultar as relações e o comércio exterior para a produção brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender de que maneira a imagem e reputação do governo Bolsonaro foram afetados a partir das queimadas ocorridas na Floresta Amazônica em 2019 foi a intenção que motivou o percurso realizado até aqui. Para isso, utilizou-se como objeto de estudo a seleção de notícias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo, em seu site, nos meses de novembro e dezembro de 2019, período em que já era possível aferir resultados.

Tendo como base as matérias da Folha de São Paulo, foram revistos conceitos, características e motivações, demonstrando e justificando o modelo jornalístico. Dando prosseguimento para a análise de conteúdo, conforme Bardin (2016) propôs, foram estabelecidas cinco categorizações para aplicação na análise das reportagens selecionadas.

Ao longo do estudo é demonstrado como a Folha foi construindo durante suas matérias uma imagem acerca das ações de Bolsonaro e Salles que se consolidou negativa. Aqui, importante frisar, que as matérias não criticam ou questionam os órgãos ambientais, mas, sim, nomeiam presidente e ministro expressamente como responsáveis pelas ações. Dessa forma, o Ministério do Meio Ambiente, Ibama e demais instituições são postas, na verdade, também como vítimas de muitas dessas decisões que atrapalham os cuidados com a Floresta Amazônica.

Enquanto contrapõe todas as falas e informações divulgadas com outros dados de fontes oficiais e responsáveis diretos pelo cuidado das florestas, os jornalistas também cumprem o papel exposto em Traquina (2000), uma vez que o profissional não apenas “serve à opinião pública”, mas também vai além e “constitui uma arma, imprescindível em democracia, contra a tirania insensível ou quaisquer eventuais abusos de poder, mas também que se sente comprometido com a verdade” (TRAQUINA, 2000 p. 25).

A partir da pesquisa, o autor deste estudo conseguiu identificar situações gerais e específicas que minaram a confiança no governo Bolsonaro e a crise gerada na imagem do país, tanto interna, quanto internacional, além do abalo da reputação, como comprovado por meio de pesquisa em que a minoria confiava na palavra do presidente.

Percebe-se que o exposto em Novelli (2007), em que a opinião pública é capaz de exercer pressão sobre os indivíduos, não foi suficiente para uma mudança de postura de Bolsonaro ou Salles. Porém, o mesmo autor tem confirmada a tese, que é exposta também por Tarde (2005), de que apenas com uma imprensa livre e sem vínculos com o poder público é possível tornar transparente a administração pública e, assim, fornecer acesso às informações mais próximas da realidade.

A partir do estudo é visível que as declarações falsas do próprio presidente Jair Bolsonaro, a tentativa de censura à divulgação de dados de órgãos como INPE, Ibama e Sistema DETER, responsáveis pela fiscalização e controle dos danos ambientais, bem como a manipulação de informações são todos fatores que contribuíram para que houvesse desconfiança sobre o governo na área ambiental.

Fica claro que não houve um planejamento efetivo para defesa do meio ambiente durante a crise instaurada pelas queimadas criminosas na Amazônia. A demora na tomada de decisões, a desorganização sobre as ações e as acusações, que se mostraram infundadas, de instituições de defesa do meio ambiente, como ONGs, sendo causadoras dos incêndios, absorveram energia e tempo precioso para que fossem mitigados os danos.

Como aponta Bueno (2009), a reputação é impactada pelos sentimentos que criamos, no caso de Bolsonaro, o sentimento gerado foi de desconfiança por meio das falas inverídicas, e formado pela soma das interações anteriores. Isso é reforçado por Thompson (2002) quando afirma que “você deve demonstrar um padrão de comportamento através do tempo que os outros possam julgar ser digno de estima” (THOMPSON, 2002, p. 297). Neste caso, o montante reunido em torno de Bolsonaro e Salles, pela trajetória de falas e ações até aquele momento, se tornou item contrário à boa reputação.

Assim como definido por Gomes (1999), a imagem é indissociável quando se trata das relações políticas em virtude de que a forma que a população enxerga o ator político tem grande influência presente e futura. Porém, Jair Bolsonaro subverte todas as expectativas de comportamento público esperado pelo representante máximo do país. Weber (2004, p. 297), uma das principais teóricas sobre o assunto, afirma que “a cobiça por uma imagem pública favorável sintetiza o movimento da política contemporânea, que faz da sua medição indicador de qualidade, credibilidade, nas

disputas de manutenção e conquista de poder”, mas isso não parece ser uma preocupação nem do presidente, nem de seu governo já que, como demonstrado, todas as ações tomadas por eles são absolutamente contrárias e desfavoráveis a imagem enquanto pessoas e também instituição.

Argenti (2006) também contribui ao estabelecer que a reputação difere da imagem já que a reputação é construída com o tempo e a imagem pode ser fruto de ato momentâneo. Porém, ele esclarece que a soma das mesmas imagens fornece a visão que será obtida com sua reputação. Ou seja, se ao longo de vários momentos a imagem é negativa, a reputação será da mesma maneira.

Pesa também, de forma negativa, a condução do Ministério do Meio Ambiente por Ricardo Salles, político condenado judicialmente por danos causados ao ecossistema ao qual a pasta que ocupa se propõe a defender além de sua ligação bastante próxima com o setor do agronegócio, área responsável pela maior parte do desmate no país, sendo a queimada a última etapa do processo.

A ideia de Baccheta (2000) é confirmada ao longo do trabalho quando esse sustenta que a imprensa só concede destaque ao meio ambiente no caso de catástrofes. Como visto e enumerado, o primeiro e segundo mês das queimadas são de extensa cobertura, sendo os seguintes cada vez menos destacado o que resulta dali. Apesar deste fato, o que pontua Bueno (2008) pode ser visto também em boa parte do trabalho da Folha que mantém as funções de informativas, pedagógicas e políticas.

Também é possível concluir que o caráter transversal da questão ambiental explanado por Girardi (2012) se faz presente em todas as notícias, pois envolvem não apenas o meio ambiente, tendo contato direto também com a área política, econômica, de relações internacionais e ainda da saúde.

Assim sendo, o trabalho aqui desenvolvido pôde comprovar, por meio das matérias da Folha de São Paulo, que a imagem e reputação do governo Bolsonaro foram diretamente e muito afetadas não apenas pelas queimadas na floresta Amazônica, mas pela inabilidade política de desenvolver um trabalho capaz de proteger o meio ambiente, pela negação veemente dos fatos científicos e pela divulgação de informações falsas por parte do Presidente Jair Bolsonaro e o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Mesmo sendo perceptível a partir do acompanhamento dos fatos, a trajetória aqui explicitada reúne e organiza informações espaçadas ao longo do ano, possibilitando, dessa forma, compreender o quão desastroso foi e tem sido o conjunto de ações tomadas pelo governo e a consequente destruição da imagem e reputação do país e dos indivíduos envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mércia; GERALDINE, Bernardo. La Operación Autolavado en el diario Folha de S.Paulo. **Íconos**, n. 63, 2019 p. 207-228.

AMARAL, Ana Carolina. **Na COP-25, Alcolumbre diz que Congresso não deve aceitar retrocessos ambientais**. Folha de São Paulo, Madri, 7 dez. 2019. Disponível em: <<https://ambiencia.blogfolha.uol.com.br/2019/12/07/na-cop-25-alcolumbre-diz-que-congresso-nao-deve-aceitar-retrocessos-ambientais/>>. Acesso em 11 jun. 2020.

AMARAL, Luciana; URIBE, Gustavo. **Desmatamento ilegal zero não deve acontecer, diz ministro do Meio Ambiente**. Folha de São Paulo, Brasília, 29 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/desmatamento-ilegal-zero-nao-deve-acontecer-diz-ministro-do-meio-ambiente.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Para Entender Relações Públicas**, Editora Luzir, São Paulo, 1962.

ANGELO, Claudio. **A ignorância de Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, sobre Chico Mendes**. Época, 15 fev. 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/a-ignorancia-de-ricardo-salles-ministro-do-meio-ambiente-sobre-chico-mendes-23452042>>. Acesso em: 9 maio 2020.

ÂNGELO, Fabrício Fonseca; CARVALHO, Cacilda Nascimento. A informação ambiental como instrumento para a conscientização do cidadão: um estudo sobre as matérias de temática ambiental produzidas por cinco das principais revistas semanais de notícias. In GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (Org.). **Jornalismo Ambiental: Desafios e Reflexões**. 1. ed. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 303-317.

ARGENTI, Paul A. **Comunicação Empresarial**. A construção da identidade, imagem e reputação. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação, identificação e imagem-conceito. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2006, Brasília. **Trabalho apresentado**. Brasília: Intercom, 2006. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1439-1.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

_____. Significação e comunicação na construção da imagem-conceito. **Revista Fronteira**, v. 10, p. 193-200, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS FILHOS, Clovis de; PERES-NETO, Luiz. **Reputação: Um eu fora do meu alcance**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.

BACCHETTA, Víctor. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, V. L. (Ed.). **Ciudadanía planetária**. Montevideo: IFEJ/FES, 2000. p. 18-21.

BIONDI, Aloysio. **O assalto das privatizações continua**. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 jun. 1999. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi12069904.htm>>. Acesso em: 12 maio 2020.

BOGHOSSIAN, Bruno. **Após criar distração ambiental, Bolsonaro lava as mãos para desmatamento**. Folha de São Paulo, 21 nov. 2020. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2019/11/apos-criar-distracao-ambiental-bolsonaro-lava-as-maos-para-desmatamento.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BOLDRINI, Angela; BRANT, Danielle; CARVALHO, Daniel. **Declarações de Bolsonaro e aliados sobre queimadas e AI-5 afastam investidores, diz Maia**. Folha de São Paulo, Brasília, 19 dez. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/declaracoes-de-bolsonaro-sobre-queimadas-e-ai-5-afastam-investidores-diz-maia.shtml/>>. Acesso em 11 jun. 2020.

BORGES, André. **Ministério do Meio Ambiente impõe lei da mordaca a Ibama e ICMBio**. Estadão, Brasília, 13 mar. 2019. Disponível em:

<<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-do-meio-ambiente-impoe-lei-da-mordaca-a-ibama-e-icmbio,70002753849>>. Acesso em: 26 maio 2020.

BRANT, Danielle; WATANABE, Phillippe. **Salles muda política ambiental do Brasil e provoca desmonte**. Folha de São Paulo, Brasília e São Paulo, 24 dez. 2019.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/salles-muda-politica-ambiental-do-brasil-e-provoca-desmonte.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (Org.). **Jornalismo Ambiental**: Desafios e Reflexões. 1. ed. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. cap 11, p. 105-118.

_____. **Comunicação Empresarial**: políticas e estratégias. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAMPOS, Mariane Motta; Mayra Regina, COIMBRA. **Revista Parágrafa**, v. 6, n. 2, p. 91-104, maio/ago. 2018. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/download/690/589>>. Acesso em: 6 maio 2020.

CARVALHO, Daniel; BRANT, Danielle. A um mês do recesso, Congresso cria três CPIs sobre desastres ambientais. Folha de São Paulo, Brasília, 25 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/a-um-mes-do-recesso-congresso-cria-duas-cpis-sobre-desastres-ambientais.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CLARÍN. **Qué causa los incendios en el Amazonas**. Clarín, 22 ago 2019. Disponível em: <https://www.clarin.com/mundo/-causa-incendio-amazonas_0_azZ8zeHLe.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

CONTI, Mario Sergio. **Polícia Federal invade a sede da Folha**. Folha de São Paulo, [2001]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-04.shtml>. Acesso em: 17 maio 2020.

CORTECERTU, Jair dos Santos. **Há 20 anos, Câmara aprovou emenda da reeleição**. Folha de São Paulo, 25 fev. 2017. Disponível em: <<https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/02/25/ha-20-anos-camara-aprovou-emenda-da-reeleicao/>>. Acesso em: 31 maio 2020.

COSTA, Luciana Miranda; MIRANDA, Camila Pinheiro Cordeiro de. SILVA, Layze Machado da. O Discurso Ambiental e as Fontes Políticas: a Construção de Sentidos sobre as Mudanças Climáticas na Folha de São Paulo. *In: Intercom*, 27., 2014, Foz do Iguaçu. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-1904-1.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2020.

DANTAS, Dimitrius. **Governo Bolsonaro tem menor número de multas ambientais dos últimos dez anos**. O Globo, 4 mar. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-bolsonaro-tem-menor-numero-de-multas-ambientais-dos-ultimos-dez-anos-23498814>>. Acesso em: 13 maio 2020.

ESTADO DE MINAS. **Ministro do Meio Ambiente corta 24% do orçamento do Ibama**. Estado de Minas, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/26/interna_politica,1049312/ministro-do-meio-ambiente-corta-24-do-orcamento-do-ibama.shtml>. Acesso em: 17 maio 2020.

FABRINI, Fábio *et al.* **Em balanço de 300 dias, governo infla medidas, usa dados incorretos e tem abordagem ideológica**. Folha de São Paulo, Brasília, 11 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/em-balanco-de-300-dias-governo-infla-medidas-usa-dados-incorretos-e-faz-panfleto-ideologico.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FARIAS, Luiz-Alberto de. **Opiniões Voláteis**: Opinião pública e construção de sentido. São Paulo: Metodista, 2019.

FIGUEIREDO, Rubens; CERVELLINE, Sílvia. Contribuições para o conceito de opinião pública. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 3, dez. 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50629/mod_resource/content/1/figuere-do_cevellini.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Bolsonaro diz que Folha é 'toda a fonte do mal' na imprensa**. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 mar. 2019a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-diz-que-folha-e-toda-a-fonte-do-mal-na-imprensa.shtml>>. Acesso em: 2 maio 2020.

_____. **Site da Folha**. Folha de São Paulo, [2019b]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/folha_com.shtml?fill=8>. Acesso em: 7 maio 2020.

_____. **Princípios editoriais**. Folha de São Paulo, 12 mar. 2019c. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

_____. **Sinistro amazônico**. Folha de São Paulo, 20 nov. 2019d. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/11/sinistro-amazonico.shtml>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

_____. **80% dizem ao menos desconfiar de declarações de Bolsonaro, diz Datafolha**. Folha de São Paulo, 7 dez. 2019e. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/80-dizem-ao-menos-desconfiar-de-declaracoes-de-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

_____. **Amazônia já**. Folha de São Paulo, 22 dez. 2019f. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/12/amazonia-ja.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

_____. **Editorial: A escalada fascista**. Folha de São Paulo, 24 mar. 1990. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-04b.shtml>. Acesso em: 13 maio 2020.

_____. **Folha cresce e lidera circulação entre jornais do país em 2019**. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folha-cresce-e-lidera-circulacao-entre-jornais-do-pais-em-2019.shtml>>. Acesso em: 1 maio 2020.

_____. **Folha lança blog sobre questões ambientais**. Folha de São Paulo, 10 dez. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/12/folha-lanca-blog-sobre-questoes-ambientais.shtml>>. Acesso em: 22 maio 2020.

_____. **Nem Dilma nem Temer**. Folha de São Paulo, 2 abr. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>>. Acesso em: 25 maio 2020.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise do conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Metódos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.

FRIAS FILHO, Otavio. **Carta aberta ao sr. presidente da República**. Folha de São Paulo, 25 abr. 1991. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-04d.shtml>. Acesso em: 12 maio 2020.

GELÓS, Héran Sorhuet. Periodismo ambiental: eje comunicacional del siglo XX. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 67-74.

GIRARDI, Giovana. **Mudança do clima e combate ao desmatamento somem no Meio Ambiente de Bolsonaro**. Estadão, São Paulo, 2 jan. 2019. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/mudanca-do-clima-e-combate-ao-desmatamento-somem-no-meio-ambiente-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 29 maio 2020.

GIRARDI, Ilza *et al.* **Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental**. Comunicação & Sociedade, V. 34, p. 132-152. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2972/3136>>. Acesso em: 11 maio 2020.

GIRARDI, Ilza; LOOSE, Eloisa Beling; SILVA, Jamille Almeida da. **O jornalismo ambiental na concepção de quem o faz**: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. *Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, Palmas, v. 2, n. 2, p. 48-66, 2018.

GOMES, Wilson. **A política de imagem**. In: *Revista Fronteiras*, v.1, n.1, dez. 1999. São Leopoldo: Unisinos, 1999, p. 144-175.

_____. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. **O Brasil de Jair Bolsonaro, um novo vilão ambiental para o planeta**. *El País*, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564267856_295777.html>. Acesso em: 7 maio 2020.

GROTH, Otto. **O Poder Cultural Desconhecido**: Fundamento da Ciência dos Jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HADDAD, Naief. **Collor pediu apoio em verde-amarelo, mas população saiu às ruas de preto**. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 fev 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/02/collor-pediu-apoio-em-verde-amarelo-mas-populacao-saiu-as-ruas-de-preto.shtml>>. Acesso em: 16 maio 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

LAGE, Nilson. **Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas**. Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol.1, n.1 p.20-25, Jan-Jul, 2014.

LE MONDE. **Incendies en Amazonie: un fléau saisonnier “amplifié par les prises de position de Jair Bolsonaro”**. Le monde, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/climat/article/2019/08/22/incendies-en-amazonie-un-fléau-saisonnier-amplifié-par-les-prises-de-position-de-jair-bolsonaro_5501711_1652612.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

LEITÃO, Matheus. **'País vive desmonte agressivo no sistema nacional de meio ambiente', afirma Marina Silva**. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/05/13/pais-vive-desmonte-extremamente-agressivo-no-sistema-nacional-de-meio-ambiente-afirma-marina-silva.ghtml>> Acesso: 17 mai. 2020.

LIMA, Flávia. **A Folha faz autocrítica**. Folha de São Paulo, 6 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/10/a-folha-faz-autocritica.shtml>>. Acesso em: 26 maio 2019.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LO PRETE, Renata. **Contei a Lula do "mensalão", diz deputado**. Folha de São Paulo. 6 jun. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200504.htm>>. Acesso em: 15 maio 2020.

LO PRETE, Renata; ZAMBELI, Fabio. **Anos Lula se dividem em antes e depois do mensalão**. Folha de São Paulo, 19 dez. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912201006.htm>>. Acesso em: 16 maio 2020.

MAISONNAVE, Fabiano; SPERB, Paula. **Presidente do ICMBio pede demissão após ameaça de Salles de investigar agentes**. Folha de São Paulo, Manaus e Porto Alegre, 15 abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/04/presidente-do-icmbio-pede-demissao-apos-salles-ameacar-investigar-agentes.shtml>>. Acesso em: 24 maio 2020.

MANUELA, Andreoni; HAUSER, Christine. **Fires in Amazon Rain Forest Have Surged This Year**. The New York Times, Rio de Janeiro, 21 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/08/21/world/americas/amazon-rainforest.html>>. Acesso em: 15 maio 2020.

MARIZ, Renata. **Ministério do Meio Ambiente bloqueia 95% da verba para o clima**. O Globo, Brasília, 7 maio 2020. Disponível

em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-do-meio-ambiente-bloqueia-95-da-verba-para-clima-23646502>>. Acesso em: 3 maio 2020.

MATAIS, Andreza; CREDENDIO, José Ernesto. **Palocci multiplicou por 20 patrimônio em quatro anos**. Folha de São Paulo, Brasília, 15 maio 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1505201102.htm>>. Acesso em: 16 maio 2020.

MAZUI, Guilherme. **Presidente do Ibama se demite após ministro questionar contrato de aluguel de caminhonetes**. G1, Brasília, 7 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/07/presidente-do-ibama-pede-exoneracao-depois-de-ministro-questionar-contrato-de-aluguel-de-carros.ghtml>>. Acesso em: 2 maio 2020.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Perspectivas ambientais 2019: retrocessos na política governamental**. Confins, ed. 501 2019. O Brasil e a revolução geopolítica mundial. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/21182>>. Acesso: 14 maio 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Entenda o caso**. [2014]. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 22 maio 2020.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e poder**. Brasília: EDUnB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

NEVES, Lucas. **França diz que Bolsonaro mentiu sobre ambiente e ameaça barrar UE-Mercosul**. Folha de São Paulo, Brasília e Paris, 23 ago. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/irlanda-ameaca-acordo-ue-mercosul-se-brasil-nao-protoger-a-amazonia.shtml>>. Acesso em: 19 maio 2020.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. Comunicação e opinião pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Joana. **La Amazonia brasileña arde a un ritmo récord**. El País, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2019/08/21/america/1566407770_057777.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. 2016. 260 p. Trabalho de conclusão (Tese) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS.

RIBEIRO, Bruno. **Ex-ministros do Meio Ambiente divulgam manifesto com críticas ao governo Bolsonaro 2019**. Terra, São Paulo, 8 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/ex-ministros-do-meio-ambiente-divulgam-manifesto-com-criticas-ao-governo-bolsonaro,2e651f2047879a2446aa9b2f0b4de72ft0qlch9t.html>> Acesso: 25 maio 2020.

SÁ, Nelson de. **Primeiro ano de Jair Bolsonaro levanta 'espectro de devastação'**. Folha de São Paulo, 6 dez. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2019/12/primeiro-ano-de-jair-bolsonaro-levanta-espectro-de-devastacao.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SANTOS, Mario Vitor. **Cores em disputa**. Folha de São Paulo, 16 out. 1992. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariovitorsantos/1992/08/1521795-cores-em-disputa.shtml>>. Acesso em: 16 maio 2020.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TARJA, Alex; MONTESANTI, Beatriz. **Futuro ministro, Ricardo Salles é condenado em ação de improbidade**. UOL, São Paulo, 19 dez. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/12/19/futuro-ministro-ricardo-salles-e-condenado-em-acao-de-improbidade.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOCANTINS. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **OFÍCIO Nº 384/2019/SUPES-TO**. Palmas, TO. 26 ago. 2019. Assunto: Carta aberta ao Ibama e à sociedade brasileira. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Carta-aberta-IBAMA-ao-Brasil.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2020.

TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **O poder do jornalismo: análise e textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

_____. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável 2: Novos rumos para um planeta em crise**. São Paulo: Globo, 2012.

URIBE, Gustavo; COLETTA, Ricardo Della. Após criticar países ricos, Bolsonaro vai pedir US\$ 50 milhões para Amazônia. Folha de São Paulo, Brasília, 21 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/apos-criticar-paises-ricos-bolsonaro-agora-quer-us-50-milhoes-para-amazonia.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

URIBE, Gustavo; COLETTA, Ricardo Della; MOREIRA, Matheus. **Bolsonaro diz que desmatamento é cultural no Brasil e não acabará**. Folha de São Paulo, Brasília e São Paulo, 20 nov. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/bolsonaro-diz-que-desmatamento-e-cultural-no-brasil-e-nao-acabara.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

VALENTE, Rubens; MORAES, Fernando Tadeu. **Ministério do Ambiente quer núcleo com poder de anular multas do Ibama**. Folha de São Paulo, Brasília, 26 fev. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/02/ministerio-do-ambiente-quer-nucleo-com-poder-de-anular-multas-do-ibama.shtml>>. Acesso em: 14 maio 2020.

VÁSQUEZ, Ruth Peralta. Identidade de marca, gestão e comunicação. **Revista Organicom**: v.4, n.7, p. 14, 2ª semestre de 2007. Disponível em:

<<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/download/19/138>>. Acessado em: 14 fev. 2015.

VIGNA, Edécio. **Bancada Ruralista**: o maior grupo de interesse do Congresso Nacional. Brasília: INESC, 2012.

_____. **Bancada ruralista**: um grupo de interesse. Argumento nº 8. Brasília, INESC, 2001.

WATANABE, Phillippe. **Salles corta 77% de Conselho Ambiental, retira ICMBio e fará sorteio de vagas**. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 maio 2019a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/05/salles-corta-77-de-conselho-ambiental-retira-icmbio-e-fara-sorteio-de-vagas.shtml>>. Acesso em: 11 maio 2020.

_____. **Cientistas não assinam estudo sobre queimadas com medo de represálias do governo**. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 nov. 2019b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/cientistas-nao-assinam-estudo-sobre-queimadas-com-medo-de-represalias-do-governo.shtml>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

_____. **Às vésperas de conferência do clima da ONU, Bolsonaro publica pacote ambiental**. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 nov. 2019c. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/as-vesperas-de-conferencia-do-clima-da-onu-bolsonaro-publica-pacote-ambiental.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

WATANABE, Phillippe. AMARAL, Ana Carolina. **Alemanha contesta declarações de Salles sobre avanços no Fundo Amazônia**. Folha de São Paulo, Madri e São Paulo, 6 dez 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/alemanha-contesta-declaracoes-de-salles-sobre-avancos-no-fundo-amazonia.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

WATTS, Jonathan. **Jair Bolsonaro claims NGOs behind Amazon forest fire surge – but provides no evidence**. The Guardian, 21 out. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/aug/21/jair-bolsonaro-accuses-ngos-setting-fire-amazon-rainforest>>. Acesso em: 15 maio 2020.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBUM, Antonio A. C. (Org). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

_____. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. **ECO-Pós**, v.12, n.3, setembro-dezembro 2009, p.11-26. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/download/929/869>. Acessado em: 15 jun. 2020.

ANEXOS

ANEXO A – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 5 DE NOVEMBRO DE 2019

Em balanço de 300 dias, governo infla medidas, usa dados incorretos e tem abordagem ideológica

Com ministro envolvido em esquema e cortes na educação, Planalto disse que acabou com corrupção e investiu no ensino



BRASÍLIA Na celebração dos 300 dias da gestão de Jair Bolsonaro (PSL), o governo divulgou um balanço que apresenta, entre as medidas, ações superdimensionadas, informações que divergem de dados divulgados por órgãos oficiais e trechos com abordagem ideológica.

A cerimônia reuniu autoridades no Palácio do Planalto, na terça-feira (5), para discurso de Bolsonaro e assinatura de projetos.



O presidente Jair Bolsonaro durante cerimônia que marcou os 300 dias de seu governo - Lúcio Távora/Xinhua

No evento, a Presidência distribuiu à imprensa um documento intitulado "300 Dias Recuperando a Confiança".

Logo na abertura do balanço, a equipe de Bolsonaro afirma que "os escândalos de corrupção sumiram do Palácio do Planalto e dos noticiários".

Desde o início do governo, os aliados do presidente e um de seus filhos, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), são alvo de investigações sobre ilegalidades.

Em outubro, o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, foi denunciado à Justiça sob a acusação de caixa dois eleitoral, apropriação indébita de recursos e associação criminosa.

A investigação do caso, revelado pela Folha, apontou ser ele o chefe de um esquema de candidaturas de laranjas no PSL, partido de Bolsonaro. O presidente decidiu mantê-lo no cargo.

Em fevereiro, o secretário-geral da Presidência, Gustavo Bebianno, foi demitido por envolvimento no mesmo escândalo.

1/7 Quem é quem no esquema de candidaturas-laranjas do PSL



Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (PSL) patrocinou um esquema de candidaturas-laranjas em Minas Gerais que direcionou verbas públicas de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete na Câmara Reprodução/SBT

[Leia Mais](#)

Flávio foi apontado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro como possível envolvido em um esquema de "rachadinha", desvio de parte dos salários de servidores de seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio. A investigação está suspensa por ordem do Supremo Tribunal Federal.

Na área ambiental, o levantamento sustenta ter havido "redução das queimadas no Brasil entre janeiro e agosto". O documento não apresenta nenhum número.

Dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), órgão federal que faz esse tipo de monitoramento, mostram o contrário. Relatório do Programa Queimadas, mantido pelo instituto, diz que o aumento no número de focos foi de 71% e é, "sem dúvida, expressivo".

Para a diretora de Ciência do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), Ane Alencar, a postura do governo na área ambiental, ao questionar dados oficiais e denunciar uma suposta indústria de multas, contribuiu para o problema. "Isso tudo leva o produtor e o grileiro a achar que está liberado [para desmatar]."

ANEXO B – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Cientistas não assinam estudo sobre queimadas com medo de represálias do governo

Pesquisa mostra que, ao contrário do discurso do governo Bolsonaro, queimadas em 2019 superaram média dos últimos anos



Phillippe Watanabe

SÃO PAULO Com receio de represálias, pesquisadores de instituições federais brasileiras decidiram não assinar um estudo recentemente publicado sobre o aumento das queimadas sob o governo Jair Bolsonaro.

“Alguns colaboradores recusaram a coautoria neste trabalho para manterem-se no anonimato. Lamentamos que isso fosse necessário e gostaríamos de agradecer-lhes por sua importante contribuição”, diz o estudo, em seus agradecimentos, publicado na revista científica *Global Change Biology* na sexta (15).

A **Folha** os autores que mantiveram o nome na pesquisa preferiram não identificar as instituições dos pesquisadores que optaram pelo anonimato.

1 / 31 As queimadas de agosto



1º de setembro - ABI, Associação Brasileira de Imprensa, pede ao governador do Pará, Helder Barbalho, que proteja o jornalista que denunciou o Dia do Fogo. Profissional que vive em Novo Progresso, no Pará, vem sofrendo ameaças por parte de fazendeiros locais João Laet/AFK

Os autores da pesquisa pretendiam trazer esclarecimentos sobre os diferentes tipos de queimadas que ocorrem na Amazônia. Segundo eles, conforme cresceu a atenção do governo e das pessoas para o assunto em agosto, aumentou também a confusão quanto ao tema, como a divulgação de fotos atribuídas incorretamente ao bioma e a publicação de dados imprecisos.

Assim que o trabalho começou, os pesquisadores perceberam que a pesquisa ia de encontro ao discurso do governo para aquele momento.

Membros do governo Bolsonaro inicialmente minimizaram as queimadas no país. Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores, chegou a dizer, em uma reunião fechada com investidores e empresários em Washington, em setembro, que os satélites usados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) não conseguiram distinguir “grandes incêndios” de “fogoeiras de acampamento”.

Em palestra na Câmara de Comércio dos EUA, Ernesto ainda distribuiu papéis com dados para supostamente respaldar seu discurso de que as queimadas na floresta estão na média dos índices registrados nos últimos 15 anos.

A pesquisa publicada na revista científica *Global Change Biology* mostra um cenário diferente do que o pregado pelo governo.

Segundo o estudo — que se baseou em dados do Inpe, um dos institutos que foi alvo de ataques de Bolsonaro e seus ministros —, o número de incêndios em agosto deste ano foi quase três vezes maior do que em 2018. Além disso, trata-se do valor mais alto desde 2010.

Os autores, com base em dados deste ano do Deter (sistema de detecção do desmatamento em tempo real), do Inpe, também afirmam que há fortes evidências sobre a relação do fogo com a alta do desmatamento. “O aumento acentuado de ambos os incêndios e os desmatamentos em 2019 refuta, portanto, a consideração de que agosto de 2019 foi um mês ‘normal’ na Amazônia brasileira”, diz o estudo.

Membros do governo, como Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, também associaram as queimadas a um clima mais seco no bioma, o que também é refutado pelo estudo em questão.

Por fim, houve quem também atribuiu o fogo a limpezas de pasto para práticas agrícolas. O secretário especial de Assuntos Fundiários do governo Bolsonaro, Luiz Antônio Nabhan Garcia, por exemplo, atribuiu parte da culpa dos incêndios na Amazônia a povos indígenas que, segundo ele, teriam as queimadas como “prática” e “costume”.

“O fogo faz parte do desmatamento”, diz Erika Berenguer, pesquisadora da Universidade Oxford e da Universidade de Lancaster, que optou por aparecer como uma das autoras do estudo.

Segundo ela, o tipo de queimada documentada em agosto não poderia estar relacionado a outra atividade que não o desmate. “Eram plumas de fumaça gigantescas. Isso indica que não eram capim e meia dúzia de árvores queimando. Era muito matéria orgânica.”

O estudo faz essa diferenciação e mostra os diferentes tipos de fogo que acontecem na Amazônia, como o para manejo de pastagens e para agricultura, além dos incêndios acidentais descontrolados, que podem atingir tanto áreas agrícolas quanto a floresta.

Jos Barlow, também da Universidade de Lancaster e pesquisador da Universidade Federal de Lavras, diz que, como o estudo acaba por bater de frente com o discurso oficial do governo, alguns cientistas ficaram com medo.

“Há um clima de perseguição”, diz Berenguer. “Dados e evidências podem gerar um descontentamento no governo.”

A pesquisadora cita exemplos de servidores ambientais que foram remanejados de seus postos e o caso de Ricardo Galvão, ex-diretor do Inpe.

Após o presidente Bolsonaro questionar a veracidade dos dados produzidos pelo Inpe e a idoneidade do próprio Galvão, o ex-diretor defendeu a ciência produzida no instituto e respondeu aos ataques pessoais.

Poucas semanas depois, foi exonerado por Marcos Pontes, ministro da Ciência e Tecnologia.

ANEXO C – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 20 DE NOVEMBRO DE 2019

Sinistro amazônico

Impossível não associar a alta do desmatamento a atos e omissões de Bolsonaro



Incêndio na floresta amazônica na região de Apuí (AM) - Bruno Kelly - 3.set.19

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, como de hábito tenta isentar o governo Jair Bolsonaro de responsabilidade pelo aumento de 29,5% na área de floresta amazônica que sofreu corte raso entre agosto de 2018 e julho de 2019. Esforço fútil e inútil.

Verdade que o desmatamento não começou a recrudescer apenas sob Bolsonaro. Desde 2013 observa-se tendência de alta, que se deve atribuir, portanto, a Dilma Rousseff (PT) e a Michel Temer (MDB).

Não resta dúvida, porém, de que a política de Bolsonaro, ou a falta dela, contribuíram e muito para “potencializar” (como disse o próprio presidente) esse processo nefasto.

No período 2018-19, sofreram derrubada 9.762 km² (cerca de seis vezes a área da cidade de São Paulo) de floresta. Nos 12 meses anteriores, haviam sido 7.536 km², diferença que corresponde à taxa de 29,5% de aumento —a maior em 11 anos.

Só sete meses desse calendário da destruição coincidem com o atual governo, de fato. Durante os três meses da campanha eleitoral, quando o futuro presidente não economizou discursos em desfavor da Amazônia, a alta do desmate foi ainda maior, ao ritmo de 49%.

Segundo dados preliminares do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), de janeiro a outubro de 2019 caíram 8.300 km² de mata amazônica, 70% mais que no mesmo período do ano anterior. Nessa toada, a taxa anual de 2019-20 poderá ultrapassar 12 mil km².

Já no Planalto, Bolsonaro não se limitou a ataques retóricos contra a proteção da Amazônia. Enquanto vociferava em defesa da soberania sobre a maior floresta tropical do mundo, aprofundava a destruição — incentivando garimpeiros, esvaziando o Ibama, intervindo no Inpe, menosprezando queimadas.

Acima de tudo está o fato de que Salles até hoje não apresentou política ou programa consequente para enfrentar a situação dramática. Sua medida mais proeminente foi inviabilizar o Fundo Amazônia, subtraindo doações internacionais que financiavam projetos de alternativa à destruição.

Os ventos que Bolsonaro e Salles semearam resultam agora na colheita de tempestade dupla. Primeiro, o país não logrará cumprir metas de redução do desmate assumidas no Acordo de Paris, deixando de dar sua contribuição para mitigar a crise do clima planetário.

Pior, surgem sinais de que o rastilho de ressecamento da Amazônia já se acendeu na sua porção sudeste, não por acaso a que abriga o chamado Arco do Desflorestamento. A prosseguir o fenômeno batizado como “savanização”, agronegócio e hidrelétricas sofrerão perdas com a redução de chuvas.

Sim, a Amazônia é nossa —mas não deveria ser para devastar como se não houvesse amanhã.

ANEXO D – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 20 DE NOVEMBRO DE 2019

Bolsonaro diz que desmatamento é cultural no Brasil e não acabará

Ministro do Meio ambiente, contudo, diz que governo espera reduzir destruição ilegal em 2020



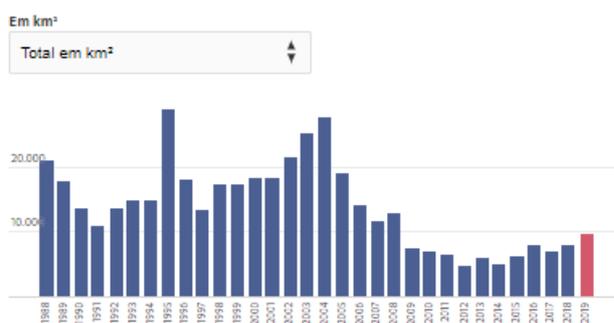
Gustavo Uribe
Ricardo Della Coletta
Matheus Moreira

BRASÍLIA e SÃO PAULO Após um crescimento recorde da destruição da vegetação amazônica, o presidente Jair Bolsonaro minimizou nesta quarta-feira (20) o aumento do desmatamento e disse que ele não acabará no Brasil.

Na saída do Palácio do Alvorada, onde parou para cumprimentar um grupo de eleitores, ele afirmou que tanto os desmatamentos como as queimadas são práticas culturais no país. O presidente foi perguntado se adotaria alguma medida para reduzir o desflorestamento. "Você não vai acabar com o desmatamento nem com as queimadas. É cultural", disse.

No período de agosto de 2018 e julho de 2019, o Brasil bateu o recorde nesta década de destruição na floresta amazônica. Segundo o sistema de monitoramento Prodes (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia), foram desmatados 9.762 km², um aumento de 29,5% em comparação com o ano anterior.

Taxas de desmatamento na Amazônia



Fonte: Prodes/Inpe.

O presidente criticou a ex-ministra do Meio Ambiente e sua adversária na última disputa eleitoral, Marina Silva. Ela afirmou recentemente que o cenário é preocupante para 2020 e que Bolsonaro quer entregar a Amazônia para a destruição.

"Eu vi a Marina Silva criticando anteontem. No período dela, tivemos a maior quantidade de ilícitos na região amazônica", disse o presidente, que não apresentou, no entanto, dados para provar a sua afirmação.

Durante a gestão de Marina Silva (2003-2008), no governo Lula, o desmatamento chegou em 2004 ao segundo maior valor da série histórica, 27.772 km². No ano em que saiu do ministério (2008), a taxa de destruição foi de 12.911 km².

Segundo Carlos Nobre, pesquisador aposentado do Inpe e membro da Academia Brasileira de Ciências, há desde a chegada dos portugueses ao Brasil uma cultura do desmatamento. Ele explica que durante a ditadura militar, por exemplo, era necessário desmatar as propriedades doadas pelo governo para se obter empréstimos do Banco do Brasil para a produção agropecuária.

"Os portugueses quando chegaram aqui desmataram a Mata Atlântica, os europeus também. Não há dúvida que existe uma cultura de desmatamento, agora, estamos no século 21. E além da cultura de desmatamento, também há a de quem comete o crime ambiental e sabe que não haverá punição", diz.

Nobre aponta que o desmatamento ilegal acontece, essencialmente, de duas formas. A primeira é promovida por proprietários de terra que não solicitam autorização para o desmate. A segunda é o roubo de terra (grilagem). "Isso acontece sempre com a expectativa de que um dia a terra será legalizada. O que sempre foi feito é que, depois da grilagem, o governo faz a regularização e dá aquela terra para quem cometeu o crime ambiental. Praticamente todo mundo que cometeu ilegalidades até 2008 foi perdoado", afirma.

O pesquisador se refere a [anistia prevista no Código Florestal](#), reformulado em 2012, e julgada constitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 2018.

O diretor executivo do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), Andre Guimarães, diz que a cultura da impunidade prevalece, mas discorda que haja cultura de desmatar. "Em primeiro lugar, de acordo com os dados do Ipam, em torno de 35% do desmatamento acontece em áreas públicas não destinadas, ou seja, patrimônio brasileiro. Já as áreas públicas destinadas, como as unidades de conservação, o percentual é de 10%. Os dados contradizem o presidente porque mais de 45% do desmatamento é ilegal", aponta.

Apesar de o presidente Bolsonaro tratar como cultural a questão do desmatamento, o ministro Ricardo Salles disse, também nesta quarta (20), que o governo espera reduzir a destruição ilegal do bioma já em 2020. Ele, contudo, não apresentou uma meta.

"O nosso objetivo de redução tem como base a evolução histórica", declarou Salles, após uma reunião com os governadores da Amazônia Legal. "Mais importante do que estabelecer metas numéricas é estabelecer uma estratégia, que é o alinhamento do governo federal com os estados. Isso ficou 100% estabelecido hoje", disse.

ANEXO E – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 21 DE NOVEMBRO DE 2019

Após criar distração ambiental, Bolsonaro lava as mãos para desmatamento

Diversionismo parece ser o único método de um presidente que escolhe não agir



O presidente fabricou a própria crise na área ambiental: pôs em dúvida dados oficiais, [demitiu](#) o responsável pelo órgão de monitoramento do setor e comprou briga com países que ajudavam o Brasil a conter a derrubada das florestas. Agora, os números mostraram um recorde na devastação da Amazônia. Jair Bolsonaro não está nem aí.

Quando foram divulgadas as estatísticas, no início da semana, o presidente fingiu que não tinha nada a ver com o assunto. "Não pergunte para mim, não", disse, na terça (19).

1 / 31 As queimadas de agosto



1º de setembro - ABI, Associação Brasileira de Imprensa, pede ao governador do Pará, Helder Barbalho, que proteja o jornalista que denunciou o [Dia do Fogo](#). Profissional que vive em Novo Progresso, no Pará, vem sofrendo ameaças por parte de fazendeiros locais João Laet/AFK

No dia seguinte, instado mais uma vez a comentar a destruição de uma área equivalente a seis vezes o território da cidade de São Paulo, agiu como se fosse melhor deixar as coisas como estão. "Você não vai acabar com o desmatamento, nem com as queimadas. É cultural", afirmou.

O diversionismo parece ser o único método de Bolsonaro. O presidente procura os holofotes para inventar teorias [conspiratórias](#), acusar ONGs de envolvimento na devastação e demitir o diretor do Inpe que divulgou números que antecipavam o tamanho do desastre. Na hora de enfrentar o problema, no entanto, só parece disposto a lavar as mãos.

Para escapar, o presidente voltou a usar a velha tática do retrovisor. "Marina Silva foi ministra, vocês viram? Foi recorde o desmatamento", declarou. Ele se referia ao ano de 2004, quando a área desmatada na Amazônia foi a maior dos últimos 23 anos, quase o triplo da taxa atual.

Se estivesse interessado em achar soluções, Bolsonaro saberia que a resposta do governo na ocasião foi o lançamento de um plano rigoroso de fiscalização e ordenamento territorial, que ajudou a reduzir o índice. Ambientalistas dizem que, hoje, esse trabalho está praticamente parado.

★

Um deputado estadual paulista eleito pelo PSL propôs uma homenagem a Augusto Pinochet, ditador sanguinário e corrupto do Chile. Certamente queria chamar atenção pela sordidez -e conseguiu. Mas, neste espaço, nem sequer será nominado.

ANEXO F – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 21 DE NOVEMBRO DE 2019

Após criticar países ricos, Bolsonaro vai pedir US\$ 50 milhões para Amazônia

Governo vai aproveitar encontro da ONU em Madri para pedir doações a nações desenvolvidas



Ricardo Della Coletta
Gustavo Uribe

BRASÍLIA Meses depois de o presidente Jair Bolsonaro declarar que países estrangeiros queriam comprar a Amazônia e de recusar ajuda financeira para a floresta, o governo brasileiro vai aproveitar a conferência da ONU sobre mudanças climáticas, a COP-25, para pedir doações a nações desenvolvidas destinadas a um novo fundo de preservação do bioma.

Um mecanismo que já existia com objetivo semelhante, o Fundo Amazônia, foi paralisado após a extinção, por Bolsonaro, dos conselhos que o geriam. O ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) também tentou mudar regras de gestão do Fundo Amazônia e apontou indícios de irregularidades em projetos apoiados pelo mecanismo, em outras ações que contribuíram para a suspensão de repasses por seus principais doadores.

Em dez anos, cerca de US\$ 1,3 bilhão foi doado ao Fundo Amazônia, principalmente pela Noruega e pela Alemanha.

Nos primeiros meses de seu mandato, Bolsonaro foi um forte crítico de ações patrocinadas por estrangeiros, principalmente europeus, para a proteção ambiental na Amazônia. Ele já declarou que governos de outros países estavam tentando "comprar à prestação" a região.

Agora, a proposta encampada pelos ministros Salles e Ernesto Araújo (Relações Exteriores) é que os recursos de um novo fundo sejam administrados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), instituição que também seria responsável pela análise de projetos financiados.

Por causa da imagem negativa do Brasil no exterior com as queimadas na Amazônia e, mais recentemente, com a alta recorde no desmatamento, o governo propôs que o dinheiro seja usado em projetos em todos os países amazônicos, em um esforço para diluir o desgaste.

Dessa forma, o mecanismo também poderá beneficiar ações em nações como Colômbia, Equador, Guiana e Peru.

Outro argumento do governo para criar um novo fundo é que, além de projetos de preservação, seria necessário focar no desenvolvimento econômico da Amazônia, uma das regiões com menor IDH do país.

O fundo do BID também permitiria o pagamento por serviços ambientais, criando uma recompensa para os produtores que preservem áreas que poderiam ser desmatadas, segundo interlocutores consultados pela **Folha**.

2/3 Projetos dependem da floresta em pé para gerar lucro na Amazônia



Plantação irrigada de açaí, produto exportado para o mundo como fruta congelada, cápsula antioxidante e cosmético Embrapa

Uma equipe do banco interamericano esteve em Brasília no início desta semana para tratar do novo fundo. Araújo e Salles também fizeram, na terça-feira (19), uma primeira rodada de apresentação da ideia para embaixadores de países desenvolvidos, que são os potenciais doadores.

Salles deve participar da COP-25 em Madri, em dezembro, e terá como missão passar o chapéu pelas delegações estrangeiras, em uma tentativa de convencê-las a fazer doações para o novo fundo.

Em um documento que apresentou as linhas gerais da proposta, os apoiadores da iniciativa afirmam que o objetivo é financiar projetos na Amazônia nas áreas de reflorestamento, agricultura e infraestrutura sustentáveis, bioeconomia, regularização fundiária, redução de emissões e pagamento por serviços ambientais.

"Nas últimas décadas o crescimento econômico da região esteve acompanhado por uma significativa perda de diversidade bioecológica e de estoque de carbono, resultado da ocupação de ecossistemas naturais anteriormente intocados. Embora grandes extensões da floresta amazônica ainda estejam preservadas, é imperativo impulsionar o desenvolvimento sustentável da região, com vistas a garantir a subsistência dos seus habitantes, enquanto o ecossistema é preservado", diz o texto.

A expectativa do governo é que o fundo esteja pronto para operações em julho de 2020, com um capital inicial estimado em US\$ 50 milhões.

Nesta quarta-feira (20), Salles falou sobre a COP-25 e disse que o Brasil deve cobrar dos países desenvolvidos mais aportes para a aplicação no desenvolvimento da região da Amazônia.

ANEXO G – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 25 DE NOVEMBRO DE 2019

A um mês do recesso, Congresso cria três CPIs sobre desastres ambientais

Senadores que propuseram os inquéritos querem começar os trabalhos apenas em 2020



Daniel Carvalho
Danielle Brant

BRASÍLIA Diante da lentidão de resposta do governo a desastres ambientais, Câmara e Senado decidiram criar, perto do recesso parlamentar, CPIs (comissões parlamentares de inquérito) para investigar dois dos episódios mais recentes com repercussão internacional: as queimadas na Amazônia e o [vazamento de óleo no litoral brasileiro](#).

As CPIs são criadas pelo Congresso com poder de investigação por um prazo que pode chegar a 180 dias. Nesse período, é possível ouvir indiciados, questionar testemunhas e pedir informações e documentos de órgãos públicos. No fim, as comissões podem fazer sugestões de indiciamento ao Ministério Público e encaminhar propostas de lei.

1 / 31 As queimadas de agosto



1º de setembro - ABI, Associação Brasileira de Imprensa, pede ao governador do Pará, Helder Barbalho, que proteja o jornalista que denunciou o [Dia do Fogo](#). Profissional que vive em Novo Progresso, no Pará, vem sofrendo ameaças por parte de fazendeiros locais João Laet/AF

Para serem criadas, as comissões precisam das assinaturas de pelo menos um terço dos parlamentares de cada Casa (171 deputados ou 27 senadores) ou de ambas, se for uma CPI mista. Por isso, acabam sendo uma forma de o Congresso passar um recado para o governo. O esforço do presidente da Câmara e do Senado para criar as comissões também serve de termômetro do relacionamento entre Legislativo e Executivo.

Na Câmara, por exemplo, o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) passou a CPI para investigar as origens do óleo no litoral do Nordeste à frente de outros quatro requerimentos que aguardam seu despacho —dois de CPIs para apurar preços de passagens aéreas, um sobre os vazamentos de mensagens do ministro Sérgio Moro (Justiça) com integrantes do Ministério Público do Paraná e um de pirâmide financeira com criptomoedas.

Antes de aprovar a criação da CPI, em 12 de novembro, Maia teve um embate com o ministro Ricardo Salles. O presidente da Câmara cobrou publicamente uma explicação sobre o vazamento de óleo depois que o titular do Meio Ambiente insinuou que um navio da ONG Greenpeace poderia ter relação com o episódio.

Salles ainda tentou justificar sua declaração, afirmando que a embarcação havia navegado pela costa brasileira “na época do aparecimento do óleo venezuelano”, mas Maia rebateu e qualificou a resposta de “ilação desnecessária”.

A CPI do óleo, cujo requerimento é de autoria do deputado federal João H. Campos (PSB-PE), terá 34 titulares e 120 dias para analisar a atuação dos órgãos do governo e apurar responsabilidades pelo vazamento. O colegiado ainda não foi instalado.

“O objetivo é avaliar se houve omissão do governo, se o governo negligenciou, se demorou para agir, e ela pode levar ao indiciamento do [ministro do Meio Ambiente](#)”, diz o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que deve fazer parte da CPI e que preside a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara.

Manual elaborado para determinar se o PNC (Plano Nacional de Contingência de Incidentes com Óleo) deve ser acionado mostra que o governo demorou a agir. Se o plano é acionado, um coordenador operacional é designado para acompanhar o vazamento. Essa designação só foi feita em 11 de outubro em ofício interno pelo ministro Ricardo Salles, [43 dias após o aparecimento das manchas](#).

ANEXO H – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Desmatamento ilegal zero não deve acontecer, diz ministro do Meio Ambiente

Salles, porém, defende a adoção de meta para reverter a tendência de alta e diz que aumento de desmate inferior a 29,5% será uma conquista em 2020



Luciana Amaral, do UOL
Gustavo Uribe, da Folha

BRASÍLIA Após o país ter batido o recorde desta década de destruição da floresta amazônica, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defende a adoção de meta para redução do desmatamento ilegal no Brasil.

Ao programa de entrevistas da [Folha](#) e do [UOL](#), em um estúdio compartilhado em Brasília, na terça-feira (26), [Salles afirmou, porém, que, chegar a zero, por se tratar de uma atividade ilegal, não deve acontecer.](#)

“É necessário ter uma estratégia que perdure, que faça com que o desmatamento ilegal diminua ano a ano”, disse.

Salles afirma que, se em 2020 o país atingir um [aumento anual do desmatamento inferior a 29,5%, como o constatado entre agosto de 2018 e julho de 2019](#), “será uma conquista”.



“Nós estamos felizes com os 29%? Não, nós queríamos que fosse bem menor”, disse.

As vésperas da Conferência da ONU para as Mudanças Climáticas, a [COP-25](#), que começa na segunda (2), ele afirma que o Brasil discute mudanças no Fundo Amazônia, como a composição do conselho, as regras de aprovação e as diretrizes gerais, e considera que, para 2020, o país deveria receber pelo menos US\$ 10 bilhões do Acordo de Paris.

Meta para 2020

Qualquer número abaixo do que foi neste ano terá sido uma conquista, uma vez que a tendência é de subida. É preciso ter uma boa estratégia para para reverter de uma hora para outra uma tendência de sete anos.

Que reversão é essa? É de alguns percentuais para menos? Nós vamos ver. Quanto foi o aumento? 29%. Quer dizer que nós estamos felizes com os 29%? Não, nós queríamos que fosse bem menor.

O importante é ter algo que seja sustentável, que perdure no tempo. É necessário ter uma estratégia que perdure, que faça com que o desmatamento ilegal venha diminuindo ano a ano.

Destruição cultural

Há uma questão cultural relativa à abertura de áreas para plantio. Faz parte da dinâmica da produção no Norte do Brasil, até porque tem baixa tecnologia, pouca tecnologia de produção agrícola.

Portanto, para recuperar o solo e mantê-lo produtivo, faz parte da história daquela região a abertura de uma área. É uma questão de constatação da realidade.

Infelizmente, nós padecemos no Brasil de uma tendência de não discutir os assuntos de maneira aberta. Há um patrulhamento em cima de certos temas que não permite que se discutam as questões de maneira aberta, fundamentada, com opiniões diferentes.

Acordo de Paris

O [Brasil](#) é um modelo para o mundo de conservação ambiental.

Agora, nós precisamos ter o recurso que nos foi prometido no Acordo de Paris, de 2015. Recurso esse que se inicia no ano que vem e que, segundo as negociações, naquela altura, é de US\$ 100 bilhões [R\$ 425 bilhões] por ano.

Nós precisamos que o Brasil, que é um país que é um exemplo de sustentabilidade, receba uma parcela significativa desses recursos dos US\$ 100 bilhões.

No mínimo, nós teremos direito aí a uns US\$ 10 bilhões [R\$ 45 bilhões] por ano, no mínimo. Mas isso compete aos países que nos prometeram isso.

Conferência do Clima da ONU

Em outubro, tivemos o [menor índice de queimadas da Amazônia dos últimos 21 anos](#). Estive em Nova York, Washington, Londres, Paris e Berlim. Ficou claro que havia ali uma questão de desinformação.

Vamos diferenciar a questão da [retórica política da questão administrativa](#).

O ministro Gerd Müller [da Cooperação Econômica e Desenvolvimento] já manifestou o interesse da [Alemanha](#) em retomar as [contribuições para o Brasil](#) por meio do [Fundo Amazônia](#). E nós temos outros instrumentos, como o fundo que foi lançado com os Estados Unidos de US\$ 100 milhões e o [fundo com o BID para capital privado](#), que já começa agora com um tiquete de US\$ 50 milhões.

ANEXO I – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Às vésperas de conferência do clima da ONU, Bolsonaro publica pacote ambiental

Para especialistas, decretos tentam amenizar imagem negativa do país após crises



Phillippe Watanabe

SÃO PAULO Às vésperas do início da COP-25 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), o governo Jair Bolsonaro publicou, no Diário Oficial da União, um pacote de decretos na área ambiental, entre eles, um que cria uma comissão para controle de desmatamento ilegal.

Segundo especialistas ouvidos pela **Folha**, a publicação próxima ao evento pode ter a intenção de vender uma imagem mais positiva do país na conferência climática.



O presidente Jair Bolsonaro, acompanhado dos ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Sergio Moro (Justiça), participa de cerimônia de hasteamento da bandeira, em homenagem ao Dia da Bandeira, no Palácio da Alvorada, em Brasília - Pedro Ladeira/Folhapress

Em menos de um ano, o governo enfrentou diversas crises ambientais que arranharam a imagem do país internacionalmente: [queimadas na Amazônia em agosto](#), vazamento de [óleo no litoral brasileiro](#) no mês seguinte e [aumento do desmatamento na Amazônia](#), divulgado em novembro, para citar alguns.

Os eventos tiveram consequências: a Alemanha, por exemplo, suspendeu as verbas para projetos de proteção à Amazônia enviados ao Brasil pelo Ministério do Meio Ambiente alemão. A embaixada diz que a decisão “reflete a grande preocupação com o aumento do desmatamento na Amazônia brasileira”.

Ao mesmo tempo, o discurso do governo só inflamava as crises. Em reação à resposta da Alemanha, Bolsonaro mandou a chanceler alemã, Angela Merkel, pegar o dinheiro e reflorestar o país europeu.

Os decretos publicados nesta sexta (29) parecem tentar apagar esse incêndio perante o mundo.

O decreto que trata de desmatamento ilegal fala em “propor planos e diretrizes e articular e integrar ações estratégicas para prevenção e controle do desmatamento ilegal e recuperação da vegetação nativa nos biomas”. Também fala em coordenar e monitorar a implementação dos planos contra desmate, como o Ppcdam (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal).

Em entrevista na terça (26), à **Folha** e ao UOL, Salles explicitou objetivos modestos para o combate ao desmatamento. O ministro disse que se em 2020 o país atingir um aumento anual do desmatamento inferior a 29,5%, como o recorde constatado entre agosto de 2018 e julho de 2019, “será uma conquista”.

Um dos decretos reconstituiu uma comissão destinada a tratar de REDD+ (Redução das Emissões de gases provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal), um mecanismo que pode auxiliar o país a atrair verbas estrangeiras.

A comissão em questão foi extinta por Bolsonaro em decreto de abril que deu fim a inúmeros conselhos, entre eles os do Fundo Amazônia —fundo bilionário para preservação da floresta que permanece paralisado— e os que compunham o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água (PNC), usado para tentar controlar o óleo que atinge o Nordeste e parte do Sudeste desde o fim de agosto.

Segundo Natalie Unterstell, diretora da Talanoa Soluções, organização que trabalha com política de clima, a existência da comissão é necessária para que o governo possa acessar dinheiro estrangeiro relacionado a REDD+.

Unterstell diz que o decreto retira amarras que existiam anteriormente e pode levar estados brasileiros a comercializar seus créditos de carbono. Os estados que reduzirem emissões poderiam vender créditos para países ou estados em outros países que poluem.

Mesmo assim, os decretos não chegam a animar os especialistas consultados pela reportagem. “É para inglês ver”, diz a Unterstell. “Temos baixa confiança e não temos equipes destacadas para execução do que está nos decretos. Fica parecendo uma boa proposta mas que não é para valer.”

Carlos Rittl, secretário-executivo do Observatório do Clima, também diz acreditar que os decretos são uma forma de amenizar a imagem ruim no exterior. “Se as medidas fossem sérias, eficientes e houvesse compromisso do governo no combate ao desmatamento e na promoção do desenvolvimento sustentável, o presidente já teria parado de falar bobagens”, diz.

Bolsonaro, na quinta (28), voltou a acusar, sem provas, ONGs pelos incêndios na Amazônia. Nesta sexta, chegou a dizer que o ator Leonardo DiCaprio deu “dinheiro para tacar fogo na Amazônia”.

ANEXO J – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Primeiro ano de Jair Bolsonaro levanta 'espectro de devastação'

Especiais de NYT e FT responsabilizam brasileiro por destruição da Amazônia que 'ameaça o mundo'



O presidente brasileiro surge repetidamente nos balanços de fim de ano. Nos “Melhores Filmes de 2019”, o [New York Times](#) escolheu “Democracia em Vertigem” para o oitavo lugar e justificou:

“Este documentário angustiante, uma análise cuidadosa dos eventos que levaram à eleição de Jair Bolsonaro, é o filme mais assustador do ano.”

O mesmo [NYT](#) atravessou a quinta (5) com o destaque “Amazônia está totalmente sem lei: A floresta tropical após o primeiro ano de Bolsonaro”, extensa edição de fotos e vídeos concentrada nas queimadas.

Já o [Financial Times](#) publicou também na quinta um caderno de quatro páginas com a manchete “Floresta tropical em destruição ameaça o mundo” e, logo abaixo, “Presidente do Brasil dá de ombros aos temores ambientais para ‘monetizar’ a Amazônia”.

Todas as reportagens questionam o governo brasileiro, com títulos como “Espectro de devastação desencadeia feroz batalha pelo futuro da Amazônia” ou “Investidores boicotam o Brasil por preocupação com o desmatamento da Amazônia”.

Sobrou para a China. O mensal [The Art Newspaper](#), publicação global com redações em Nova York, Londres, Paris, Moscou e Pequim, destaca o novo documentário do chinês Ai Weiwei, que retrata as queimadas como esforço para abrir caminho à agropecuária na Amazônia.

ANEXO K – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Alemanha contesta declarações de Salles sobre avanços no Fundo Amazônia

Ministro havia falado em 'fase final' para restabelecimento do fundo e aprovação do país europeu



Phillippe Watanabe
Ana Carolina Amaral

SÃO PAULO e MADRI O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou recentemente que o restabelecimento do Fundo Amazônia estava já na fase final. À **Folha** Salles disse, na COP-25 (Conferência do Clima da ONU), em Madri, que o Fundo Amazônia deve continuar e que "está tendo um entendimento com os países." Ao jornal O Globo, afirmou que a Alemanha, um dos países doadores do fundo, já havia concordado com as mudanças propostas.

A Alemanha, porém, negou as afirmações e qualquer proximidade de resolução do tema nesta sexta (6).



O ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles durante a COP-25, em Madri, na Espanha - Susana Vera/Reuters

Em entrevista à revista *Veja* em 29 de novembro, Salles minimizou os recordes de desmatamento e queimadas no governo Bolsonaro e disse [a partir de 14:38 no vídeo]: "Essa semana já estamos na fase final da troca de minutas e documentos para o restabelecimento do fluxo de recursos para o Fundo Amazônia. Quer seja da Alemanha ou da Noruega [o outro país doador do fundo], e outros países que eventualmente queiram participar. Mas em novos padrões".

ANEXO L – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 7 DE DEZEMBRO DE 2019

80% dizem ao menos desconfiar de declarações de Bolsonaro, diz Datafolha

Segundo pesquisa, 43% nunca confiam em afirmações do presidente, e 37% confiam às vezes; 19% confiam sempre



SÃO PAULO Uma parcela de 80% da população diz ao menos desconfiar das declarações do presidente Jair Bolsonaro, aponta a mais recente pesquisa do Datafolha.

Segundo levantamento nacional realizado na última quinta-feira (5) e sexta-feira (6), 43% dos entrevistados disseram que nunca confiam em afirmações do presidente, e 37% declararam confiar às vezes. Já os que dizem confiar sempre são 19% dos entrevistados —1% não soube responder.

A pesquisa ouviu 2.948 pessoas em 176 municípios em todo o país. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.

O resultado da avaliação do presidente será publicado neste domingo (8) na **Folha**.



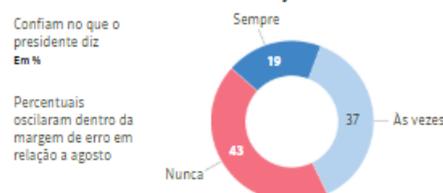
O presidente Jair Bolsonaro fala com jornalistas no Palácio da Alvorada - Antonio Cruz - 2.nov.19/Agência Brasil

Desde o meio do ano, Bolsonaro incorporou à sua rotina manifestações quase diárias a jornalistas, especialmente em frente ao Palácio da Alvorada, o que aumentou a repercussão de suas declarações.

Foi em um desses episódios, por exemplo, em que fez comentários que contribuíram para uma crise diplomática relacionada às queimadas na [Amazônia](#).

Em novembro, levantamento feito pela **Folha** mostrou que o presidente dá ao menos uma declaração falsa ou imprecisa a cada quatro dias. Os dados estão reunidos no [Bolsonômetro](#), ferramenta que reúne afirmações do presidente checadas e contextualizadas pela **Folha** desde o início do mandato.

80% dizem desconfiar das declarações de Bolsonaro



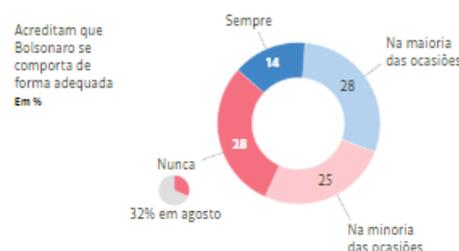
Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

Na pesquisa desta semana, o Datafolha também questionou os entrevistados sobre como veem as atitudes de Bolsonaro, considerando o cargo que ele ocupa.

Um total de 28% disse que em nenhuma situação ele se comporta como um presidente deveria se comportar, enquanto outros 28% afirmaram que, na maioria das vezes, ele se comporta de acordo com o cargo que ocupa.

Para 25%, em algumas situações ele se comporta adequadamente, mas, na maioria, não. Outros 14% afirmaram que as atitudes são adequadas em "todas as ocasiões".

Maioria considera que o presidente tem comportamentos que não condizem com o cargo que ocupa



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

Os números são mais favoráveis ao presidente entre entrevistados com 60 anos ou mais ou que tenham renda familiar mensal entre cinco e dez salários mínimos. A aprovação a Bolsonaro nesse item cai entre moradores da região Nordeste.

ANEXO M – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 7 DE DEZEMBRO DE 2019

Na COP-25, Alcolumbre diz que Congresso não deve aceitar retrocessos ambientais



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), participa de reunião com ONGs brasileiras na COP-25 (Foto: Divulgação)

Ana Carolina Amaral

MADRI (Espanha) O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), chegou neste sábado (07) à COP-25 do Clima, conferência da ONU que busca regulamentar o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas.

Ele participou de uma reunião com ONGs brasileiras como Instituto Clima e Sociedade, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Greenpeace e Observatório do Clima sobre as implicações das mudanças recentes nas políticas ambientais brasileiras. “Vim para ouvir”, disse Alcolumbre.

À **Folha**, Alcolumbre disse que “a nossa tese é proteger o Brasil, as comunidades tradicionais, respeitar a legislação que existe hoje de proteção ao meio ambiente, porque a gente está promovendo o bem-estar da humanidade, não só do Brasil. Essa é a tese da maioria do parlamento hoje”.

Questionado pela **Folha** se a presidência da Casa lhe permitiria evitar retrocessos na legislação ambiental, Alcolumbre respondeu que “desde o dia em que os ex-ministros levaram suas preocupações, a Câmara e o Senado fizeram um conciliação, tanto é que não aconteceu nada. Então o pedido deles foi aceito”.

Em agosto, por conta da crise das queimadas na Amazônia, um grupo de ex-ministros do Meio Ambiente pediu que o Congresso não tramitasse projetos de lei que representassem retrocessos ambientais.

O encontro com as ONGs na COP-25 também contou com representantes da academia, do setor privado e de mais três senadores: Eliziane Gama (Cidadania-MA), o presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Fabiano Contarato (Rede-ES) e o líder da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

“Além da representação política, os senadores também representam os estados. É uma questão importante do pacto federativo”, disse Caio Magri, diretor-presidente do Instituto Ethos e organizador do encontro.

A reunião também discutiu o papel dos governos estaduais na implementação das políticas ambientais sob o novo contexto político, em que o governo federal tem se colocado contrário às políticas atuais de controle ambiental.

“Dos 27 estados, oito ainda não têm políticas estaduais de clima”, disse Germano Vieira, secretário de meio ambiente de Minas Gerais e presidente da Abema, associação que reúne os órgãos estaduais de meio ambiente.

“No entanto, pela primeira vez, os 27 estados assinaram uma carta se comprometendo a trabalhar com políticas públicas concretas”, completou.

Logo antes do encontro com senadores, o espaço brasileiro na COP-25 – organizado pelas ONGs, na ausência de um estande oficial do país – recebeu a coalizão americana We Are Still In (“nós ainda estamos dentro”), que articula governos locais, universidades e empresas americanas para continuar implementando políticas climáticas a despeito da decisão do governo Trump de deixar o Acordo de Paris.

No Brasil, governos locais e ONGs já vinham ao longo do ano imitando as reações dos americanos à decisão de Trump de deixar o acordo climático. No entanto, as semelhanças começam a mostrar suas limitações.

Na reunião deste sábado, os americanos disseram evitar se contrapor diretamente ao governo federal dos Estados Unidos. Para Alfredo Sirkis, ex-secretário do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima e atual organizador do movimento Governadores pelo Clima, essa estratégia seria limitante para o Brasil, já que as emissões de carbono do país se concentram no setor de uso do solo e florestas, dependente de políticas do governo federal como o controle do desmatamento.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, chegou a aparecer na porta da reunião dos senadores neste sábado, mas não entrou.

Agenda do ministro

Em Madri desde o último fim de semana, Salles ainda não teve nenhuma agenda com as ONGs ambientalistas durante a COP-25. A chegada dos ministros do Meio Ambiente é esperada apenas na próxima semana, já que eles assumem o comando das negociações somente nos últimos três dias da conferência, que vai até a sexta-feira (14).

Ao longo da semana, Salles se reuniu apenas com dois representantes de governos – a ministra do Meio Ambiente do Chile, Carolina Schmidt, que preside a COP-25, e a ex-ministra de Energia do Reino Unido, Claire Perry, que presidirá a COP-26. O restante da sua agenda priorizou reuniões com executivos de multinacionais, como Telefônica, Santander e Shell.

ANEXO N – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Declarações de Bolsonaro e aliados sobre queimadas e AI-5 afastam investidores, diz Maia

Para presidente da Câmara, falas geram insegurança e prejudicam o próprio governo



Angela Boldrini
Danielle Brant
Daniel Carvalho

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta quinta-feira (19) que declarações sobre o AI-5 e sobre queimadas na Amazônia dadas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e membros do governo afastam investidores e diminuíram o crescimento do país em 2019.

"É ruim para o governo, né? Fica falando de AI-5, fica falando de queimada, aí o investidor não coloca dinheiro no Brasil. Aí a economia ia crescer 2,5% este ano e vai crescer 1%, para mim culpa dessas declarações", afirmou.

"E se continuar com essas declarações, ano que vem que pode crescer 2,5% também vai crescer menos. É uma questão de bom senso", disse durante reunião com jornalistas na residência oficial da Câmara.

Questionado sobre se em algum momento teve medo de que o governo passasse a ter uma postura mais autoritária, para além de declarações como a de Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e Paulo Guedes (Economia) sobre um "novo AI-5", Maia disse que nunca viu essa possibilidade.



Jair Bolsonaro e Rodrigo Maia (DEM-RJ) ao deixar a Câmara dos Deputados após entregar o PL da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - André Coelho - 4.jun.19/Folhapress

Apesar disso, disse que as [declarações geram insegurança](#) e prejudicam o próprio governo.

"Há um compliance de muitas empresas de que o tema 'meio ambiente' é relevante, democracia é relevante. Não há nenhum do presidente que vá ao encontro do que disse o Eduardo e do que disse o Paulo Guedes, mas é o filho e o ministro da Economia, então vai gerando insegurança", afirmou. "Atrapalha o Brasil, óbvio, mas atrapalha também o governo do próprio presidente."

"Com a [queda da taxa de juros](#) e a inflação, você tem um espaço enorme, como já está acontecendo internamente, de sair do mercado de renda fixa e caminhar para o mercado de capitais", disse.

"Isso já está acontecendo com dinheiro de brasileiros, os estrangeiros para valer não entraram com dinheiro novo. Essas declarações atrasam a entrada", disse.

Em entrevista à jornalista Leda Nagle, em outubro, o deputado Eduardo Bolsonaro afirmou que ["se a esquerda brasileira radicalizar, uma resposta pode ser via um novo AI-5"](#). Um dia depois, ele disse que foi "um pouco infeliz" na declaração.

Em novembro, Guedes afirmou que não é possível se assustar com a ideia de alguém pedir o AI-5 diante de uma possível radicalização dos protestos de rua no Brasil.

1 / 12 50 anos da prisão de Caetano e Gil



Os artistas Gilberto Gil e Caetano Veloso durante o exílio na Europa, entre 1969 e 1972
Divulgação/Divulgação

ANEXO O – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 22 DE DEZEMBRO DE 2019

Amazônia já

Desastre conduzido pelo governo Bolsonaro demanda reação enérgica da sociedade



No mapa, área mais clara mostra desmatamento acumulado desde 1988 - Inpe/Reprodução

O governo Jair Bolsonaro tinha meros 25 dias no poder quando se deflagrou a maior tragédia ambiental do Brasil. Barragem da mineradora Vale [se liquefez em Brumadinho](#) (MG) e levantou um tsunami de rejeitos que matou 270 pessoas.

Era o prenúncio ominoso do que estava por vir, num ano pleno de más notícias para o meio ambiente —para nada dizer das notícias fraudulentas despejadas sobre o assunto desde o Planalto.

Falhou a Vale na manutenção da segurança e falhou o poder público em obrigá-la a tanto. Para isso deveriam servir o licenciamento ambiental e a fiscalização do cumprimento de suas exigências, mas tais processos se desvirtuaram em papelório e faz de conta que perdem de vista o objetivo primário, preservar a população e a natureza.

Bolsonaro e equipe fizeram mais que prostrar-se, entretanto. Capitanearam os esforços para afrouxar as normas do licenciamento, sob pretexto de desburocratizá-las (coisa de que por certo necessitam). Só não se consumou retrocesso completo porque o Congresso chamou para si a negociação e exerceu um poder moderador.

Desde a campanha Bolsonaro propagava doutrina nacionalista sobre a Amazônia, com críticas a governos estrangeiros e ONGs.

[Seus discursos funcionaram como combustível](#) para inflamar os ânimos da coalizão predatória contra a floresta, composta por grileiros, madeireiros ilegais e pecuaristas, e não faltou quem previsse a alta no desmatamento.

O aumento da destruição começou a ser detectado por satélites no final do primeiro semestre. Bolsonaro reagiu como sabe, negando a realidade com fabulações paranoicas contra o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que conduz o monitoramento da devastação há três décadas.

O presidente acusou o Inpe de falsificar dados e de estar a serviços das ONGs. Diante da reação ativa do diretor do instituto, Ricardo Galvão, exigiu e obteve sua exoneração do ministro da Ciência, Marcos Pontes. Galvão terminaria entre os [dez cientistas mais destacados do mundo](#) pela revista Nature.

Coerentemente, o Planalto não se limitou às palavras. Ricardo Salles, um ministro escolhido para desmontar as políticas da própria pasta do Meio Ambiente, cismou com o Fundo Amazônia, fonte de recursos para a floresta mantida por Noruega e Alemanha.

Quer alijar doadores e assumir o controle das verbas; na prática, só conseguiu paralisar o mecanismo.

O desgoverno ambiental já se tornava tema de conhecimento no mundo em agosto e setembro, na estação seca, com a explosão das queimadas que se seguem ao corte.

Confrontado com medidas de satélite, Bolsonaro inventou que não havia aumento de focos de incêndio, em comparação com anos anteriores, e que as ONGs estavam queimando as matas.

Imobilizado pela narrativa negacionista, o governo federal demorou a reagir. Com enorme atraso, montou operação espetacular de combate às chamas com as Forças Armadas e pediu ajuda a Israel.

Quase ao mesmo tempo, novo desastre ambiental encurralou a administração quando [milhares de toneladas de petróleo cru começaram a aparecer nas praias](#) do Nordeste. Repetiu-se o padrão de comportamento que mescla alienação, calúnia e inoperância, agora com Salles na vanguarda.

O papel bisonho desempenhado pelo ministro a serviço de Bolsonaro fecharia 2019 —que terminará, provavelmente, como o segundo ou terceiro ano mais quente da história— como nele entrou, metendo os pés pelas mãos.

Viajou a Madri para participar da 25ª conferência mundial sobre emergência climática e saiu dela como protagonista da obstrução que a transformou num fiasco.

Com tal sequência de desmandos, a área ambiental responde, até aqui, pelos danos mais palpáveis infligidos pelo bolsonarismo ao país. [A alta de 29,5% no desmate da Amazônia](#) junta números às declarações e ações desastradas do governo —com perda devastadora também para a imagem do país.

A calamidade demanda reação enérgica da sociedade. A todos, incluindo o agronegócio, interessa a defesa da região. Governadores, Congresso, empresariado e opinião pública podem e devem mobilizar-se contra retrocessos conduzidos pelo Executivo federal.

ANEXO P – TRECHO DE FOLHA DE SÃO PAULO, 24 DE DEZEMBRO DE 2019

Salles muda política ambiental do Brasil e provoca desmonte

País ficou com imagem arranhada após queimadas, desmate e atuação na COP-25



Danielle Brant
Phillippe Watanabe

BRASÍLIA e SÃO PAULO No primeiro ano do que o ministro Ricardo Salles chamou de ambientalismo de resultados, o Brasil assistiu ao desmonte de órgãos de fiscalização e gestão, viu o aumento recorde de queimadas e desmatamento (com direito a alta repercussão negativa internacional), demorou a agir no mais extenso desastre ambiental do litoral do país e perdeu bilhões de reais com o fim do Fundo Amazônia e a posição de liderança que tinha nas negociações internacionais de clima.

Salles chegou à pasta com a proposta de conciliar ruralistas e ambientalistas e diminuir conflitos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o setor produtivo. Também disse, em diferentes ocasiões, que o MMA não poderia se preocupar apenas com a Amazônia, mas também com os resíduos urbanos.

A gestão também se distanciou de ONGs ambientais, quase ausentes na agenda oficial, e se aproximou do setor privado. Em uma das poucas ações elogiadas por ambientalistas, Salles aumentou a velocidade na concessão de parques à iniciativa privada.



Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente do governo Jair Bolsonaro - Adriano Machado/Reuters

Outra marca do governo foi a crítica aos próprios órgãos públicos de fiscalização ambiental. Logo no início de sua gestão, Salles seguiu a linha do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que fora multado pelo Ibama em 2012, e começou a fazer acusações ao órgão. Nos primeiros dias no cargo, o mandatário e o ministro questionaram um contrato de R\$ 28,7 milhões para aluguel de veículos no Ibama, em defesa do enxugamento da máquina pública.

Após a acusação, a então presidente do Ibama, Suely Araújo, pediu exoneração.

Na política externa, desde o início Salles adotou uma tática de confronto com países europeus. Quando Alemanha e França criticaram a política ambiental brasileira, em especial no combate ao desmatamento na Amazônia, ele aplicou o mesmo discurso de Bolsonaro de que se tratava de tentativa de interferência na soberania do país.

A mudança da política ambiental brasileira ficou clara na COP-25 (Conferência do Clima da ONU), realizada no início deste mês em Madri. Membros da comitiva do país ficaram alarmados com a transformação vista no evento.

Se antes o Brasil ajudava na construção do texto final das conferências, desta vez foi lá para “tumultuar”, nas palavras do deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que é presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara e esteve na COP-25.

“Não é usual um ministro de Meio Ambiente conduzir processos de negociação. Pela primeira vez o Brasil não foi para construir”, avalia.

Na COP, o Brasil foi o principal país a bloquear o artigo 6 do Acordo de Paris, que fala da criação de um mercado de carbono para incentivar ações de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Para desbloquear a negociação, Salles pediu dinheiro para o Brasil em reuniões bilaterais.

Outro destaque negativo no âmbito de relações internacionais foi o fim do Fundo Amazônia, que está paralisado desde que Salles atacou os contratos com ONGs —sem apresentar provas— e Bolsonaro extinguiu os conselhos que geriam as doações enviadas por Noruega e Alemanha.

A agenda propositiva também é problemática. Salles afirma, desde o início de sua gestão, que o saneamento e gestão de resíduos sólidos urbanos eram alguns dos temas ao qual se dedicaria, mas segundo Maurício Voivodic, diretor executivo da ONG WWF-Brasil, não houve propostas que a curto ou médio prazo possam trazer melhorias.

“Na questão de plásticos, por exemplo, o Brasil foi contra um acordo internacional de combate a plástico no oceano, em uma reunião da ONU.”

A Folha procurou a pasta em busca de dados sobre os principais projetos do ministério e os planos para 2020, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br